O fio condutor deste livro é a elaboração de um *Projeto de Pesquisa em História*. Ao avançar em sua leitura, o estudante e o pesquisador entrarão em contato com vários aspectos que envolvem uma Pesquisa em História, desde a escolha do tema até a formulação de hipóteses e a elaboração de um Quadro Teórico adequado à pesquisa. A obra serve tanto para a elaboração de "projetos de pesquisa" como para o encaminhamento de pesquisas na área de História.

O livro pode ser utilizado como um manual, mas, na realidade, apresenta-se mais como um instrumento para discutir questões relevantes sobre Conhecimento Científico, Metodologia, Historiografia e Pesquisa. Assim, o leitor interessado mais seriamente em História – mesmo que não pertença ao meio acadêmico – também poderá se beneficiar de sua leitura com vistas a compreender como se faz a História nos dias de hoje, como são pensadas suas grandes questões, como o historiador lida com suas fontes, com o tempo, com a narrativa, com a necessidade de demonstrar todas as suas reflexões através de um raciocínio lógico que se apoia em vários tipos de documentos.

www.vozes.com.br

EDITORA VOZES
Uma vida pelo bom livro

ISBN 978-85-326-3182-4

O PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

José D'Assunção Barros

5ª Edição

O PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

Da escolha do tema ao quadro teórico

José D'Assunção Barros

© 2005, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Editoração: Fernando Sergio Olivetti da Rocha
Projeto gráfico: AG.SR Desenv. Gráfico
Capa: Marta Braiman

ISBN 978-85-326-3182-4

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Apresentação

O livro *O Projeto de Pesquisa em História* não pretende desempenhar o papel de um mero manual, simplificado e esquemático. Dá-se uma importância muito grande à discussão de questões significativas para o conhecimento científico e para o conhecimento histórico de uma maneira particular. Em alguns casos, a explanação acerca da feitura de capítulos específicos de um Projeto de Pesquisa abre-se como pretexto para uma discussão mais ampla sobre a própria natureza do conhecimento, suas práticas e discursos.

Por outro lado, espera-se que – com a sua leitura e acompanhamento – o pesquisador encontre nesta obra uma forma interessante de se aperfeiçoar na elaboração de projetos de pesquisa, projetos de tese e outros tipos de projeto. Em todo o caso, evita-se radicalmente a ideia de fornecer uma "receita de bolo" que possa ser seguida mecanicamente e sem uma ação reflexiva e recriadora. O princípio que norteia este livro é o de discutir alternativas e modelos diversificados que poderão ser operacionalizados pelo pesquisador, pelos professores e estudantes de pós-graduação – que em última instância são os beneficiários previstos para este trabalho. Busca-se, além disto, preencher um conteúdo básico para as disciplinas relacionadas ao campo da *Metodologia Científica*, e muitos dos textos aqui apresentados foram escritos pensando-se na possibilidade de favorecer as discussões em sala de aula.

Um dos objetivos deste livro é desenvolver uma reflexão acerca das funções e da estrutura fundamental de um Projeto, ao mesmo tempo em que são discutidos também os diversos capítulos de um Projeto de Pesquisa até o "Quadro Teórico". A "Metodologia", capítulo de um Projeto que envolve uma série de novos aspectos a serem discutidos, será ob-

Ao final do texto deste livro, o leitor encontrará um *Glossário* que em alguns casos tem a função de esclarecer termos ou expressões que aparecem no decorrer do texto, e que, em outros casos, tem a função de apresentar intertextos voltados para a discussão mais aprofundada de aspectos apenas mencionados no texto. Qualquer palavra seguida de um asterisco (*) remete a um verbete correspondente neste Glossário.

Espera-se que o trabalho aqui desenvolvido possa contribuir tanto para um autoesclarecimento do estudante e pesquisador, bem como para a constituição de materiais a serem utilizados em disciplinas de Graduação e Pós-Graduação relacionadas à "Metodologia Científica". Embora o enfoque principal esteja vinculado às áreas de História e de Ciências Humanas, o leitor irá verificar que são fornecidos exemplos referentes a diversificados campos de estudo, incluindo as ciências da natureza e as ciências exatas, e por isto espera-se que este trabalho também encontre a sua utilidade em disciplinas metodológicas associadas a estes outros campos do conhecimento humano.

Sumário

1. O Projeto de Pesquisa: funções e estrutura fundamental 9
1.1. Por que escrever um Projeto de Pesquisa? 9
1.2. As partes de um Projeto de Pesquisa 14
2. Introdução e Delimitação do Tema 23
2.1. Dois tipos de Introdução 23
2.2. O "recorte temático" diante de suas motivações sociais e intradisciplinares 25
2.3. As escolhas que dependem mais diretamente do pesquisador 34
2.4. Recortando o Tema 37
2.5. Recorte espácio-temporal 41
2.6. Recorte serial e "recorte na fonte" 47
2.7. Articulando recortes 51
3. Revisão Bibliográfica 54
3.1. Por que elaborar uma Revisão Bibliográfica? 54
3.2. Que livros incluir na Revisão Bibliográfica? 55
3.3. Como organizar a Revisão Bibliográfica 61
3.4. Distinção entre Bibliografia e Fontes 63
4. Justificativa e Objetivos 67
4.1. Justificativa 67
4.2. Objetivos 75

5. Quadro Teórico 79
5.1. Interações e diferenças entre Quadro Teórico e Metodologia 79
5.2. Elementos para o Quadro Teórico 85
5.3. O Campo Histórico 94
5.4. Conceitos pertinentes ao campo de estudos ou à linha de Pesquisa 101
5.5. Conceitos pertinentes ao recorte temático 103
5.6. Normas para a elaboração de definições conceituais 108
6. Hipóteses 128
6.1. Hipóteses: sua natureza e importância 128
6.2. As funções da Hipótese na Pesquisa 137
6.3. A elaboração da Hipótese 156
6.4. A Hipótese em seu momento criador 180
6.5. Considerações finais: Hipótese Central, Hipóteses Secundárias e Comentários 185
Conclusão 189
Glossário 191
Referências bibliográficas 227

1
O Projeto de Pesquisa: funções e estrutura fundamental

1.1. Por que escrever um Projeto de Pesquisa?

Iniciar uma Pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora. Mas trata-se decerto de uma viagem diferente, onde já não se pode contar com um caminho preexistente que bastará ser percorrido após a decisão de partir.

Se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da Pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador. Até mesmo a escolha do lugar a ser alcançado ou visitado não é mera questão de apontar o dedo para um ponto do mapa, pois este lugar deve ser também ele construído a partir da imaginação e da criatividade do investigador.

Delimitado o tema, o problema a ser investigado, ou os objetivos a serem atingidos, o pesquisador deverá em seguida produzir ou constituir os seus próprios materiais – pois não os encontrará prontos em uma agência de viagens ou em uma loja de artigos apropriados para a ocasião – e isto inclui desde os instrumentos necessários à empreitada até os modos de utilizá-los.

É assim que, se qualquer viagem necessita de um cuidadoso planejamento – de um roteiro que estabeleça as etapas a serem cumpridas e que administre os recursos e o tempo disponível –, mais ainda a viagem da Pesquisa Científica necessitará deste instrumento de planejamento, que neste caso também será um instrumento de elaboração dos próprios materiais de que se servirá o viajante na sua aventura em busca da constru-

O Projeto de Pesquisa deve ser, naturalmente, um instrumento flexível, pronto a ser ele mesmo reconstruído ao longo do próprio caminho empreendido pelo pesquisador. Se o conhecimento é produto da permanente interação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, como tende a ser considerado nos dias de hoje, as mudanças de direção podem ocorrer com alguma frequência, na medida em que esta interação se processa e modifica não apenas o objeto de estudo, mas o próprio estudioso.

Ao se deparar com novas fontes, ao reformular hipóteses, ao se confrontar com as inevitáveis dificuldades, ao produzir novos vislumbres de caminhos possíveis, ou ao amadurecer no decorrer do próprio processo de pesquisa, o investigador deverá estar preparado para lidar com mudanças, para abandonar roteiros, para antecipar ou retardar etapas, para se desfazer de um instrumento de pesquisa em favor do outro, para repensar as esquematizações teóricas que até ali haviam orientado seu pensamento. Neste sentido, todo Projeto é provisório, sujeito a mutações, inacabado.

Diante deste caráter provisório e inacabado do Projeto, o pesquisador iniciante frequentemente se vê tentado a supor que elaborar um Projeto é mera perda tempo, e que melhor seria iniciar logo a pesquisa. Da mesma forma, o estudioso que acaba de ingressar em um Programa de Mestrado não raro se põe a perguntar se não seria mais adequado começar já a escrever os capítulos de sua dissertação, na medida em que vai levantando e analisando os seus materiais (como na História ou na Sociologia), ou à medida que vai realizando os seus experimentos (neste último caso, considerando ciências como a Física ou a Química). Se ele passa a elaborar o seu Projeto, a contragosto, é porque se acha obrigado a isto *institucionalmente*, uma vez que deverá defendê-lo a certa altura do seu curso em um evento que nas universidades brasileiras chama-se "exame de qualificação".

Já com relação ao pesquisador que participa de um Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado, este, na maior parte dos casos, já deve ter elaborado o seu Projeto antes de ter ingressado no Programa – e neste caso o Projeto terá assumido para ele, para além do papel de uma exigência institucional, a função de uma "carta de intenções" a partir da qual ele procurou convencer a banca examinadora de que era um candi-

Por outro lado, para além dos ambientes acadêmicos e universitários, com frequência uma pesquisa é proposta pelo seu executante para ser financiada por organizações nacionais e internacionais, por institutos e órgãos de fomento à pesquisa, e também por empresas de caráter privado ou estatal. Os professores que atuam nos meios universitários também devem, na maior parte das vezes, registrar as pesquisas que estão realizando como parte de suas atividades docentes. Em todos estes casos, a elaboração do Projeto de Pesquisa se apresenta novamente como uma exigência necessária, e a incapacidade de atender esta exigência de maneira minimamente satisfatória pode implicar na perda de oportunidades profissionais importantes.

Em que pesem estes aspectos institucionais de que se pode ver revestido, um Projeto de Pesquisa é na verdade muito mais do que isto. Assim, contrariamente à falsa ideia de que o Projeto é meramente uma exigência formal e burocrática, ou de que se constitui apenas naquele recurso necessário para a Instituição selecionar candidatos a pesquisadores ou avaliar seu desempenho, o estudioso mais amadurecido sabe que o Projeto é efetivamente uma necessidade da própria pesquisa. Sem o Projeto, ele sabe que sua viagem se transformará em caminhada a ermo, que os recursos em pouco tempo estarão esgotados por falta de planejamento, e que os próprios instrumentos necessários para iniciar a caminhada, para dar um passo depois do outro, sequer chegarão a ser elaborados.

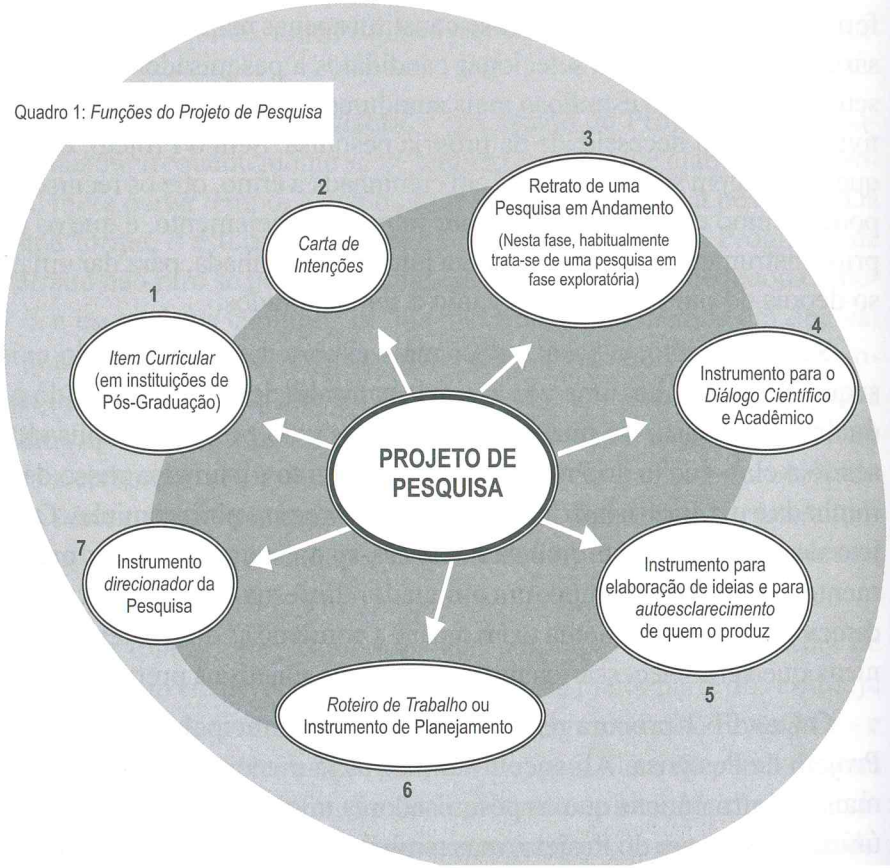
Sem o Projeto, o pesquisador mais experiente sabe que não existe sequer um caminho, uma vez que este caminho deve ser construído gradualmente a partir de materiais elaborados pelo próprio pesquisador – sendo a elaboração do Projeto simultaneamente o primeiro passo da caminhada e o primeiro instrumento necessário para se pôr a caminho. O Projeto de Pesquisa, desta maneira, mostra-se a este pesquisador precisamente um ganho de tempo, um agilizador da pesquisa, um eficaz roteiro direcionador, um esquema prévio para a construção dos materiais e técnicas que serão necessários para alcançar os objetivos pretendidos.

O Quadro 1 procura resumir algumas das principais funções de um Projeto de Pesquisa. Ali encontraremos as já mencionadas funções formais ou burocráticas que os pesquisadores iniciantes confundem com a única razão de ser do Projeto, mas também as funções operacionais, que

se o Projeto é uma "carta de intenções" (1) onde o pesquisador exibe a sua proposta investigativa para uma instituição acadêmica ou científica, e se ele é um "item curricular" nas instituições de Pós-Graduação (2), o Projeto é também um poderoso instrumento que cumpre as funções de "direcionador da pesquisa" (3).

Neste último particular, o pesquisador que pretenda iniciar sem um Projeto a sua viagem de construção do conhecimento cedo perceberá que o próprio tema lhe parece fugir constantemente. Facilmente o pesquisador pode se pôr a perder em uma floresta temática, que lhe oferece mil direções e possibilidades, até que perceba que, dentro de um tema mais amplo, é preciso recortar, criar um problema, estabelecer uma direção, e que o Projeto vai lhe permitir precisamente a efetivação destes múltiplos recortes que tornarão a sua pesquisa possível, viável e relevante.

Quadro 1: *Funções do Projeto de Pesquisa*



Esta constituição gradual e sistemática de um objeto de pesquisa não necessita apenas de uma direção e de um recorte delimitador, mas também de um planejamento. Aqui o Projeto vem trazer outra contribuição, uma vez que em uma de suas instâncias ele se constitui em um "roteiro de trabalho" ou em um instrumento de planejamento (4) sem o qual o pesquisador desperdiçaria os seus recursos, perdendo-se em uma investigação não sistematizada para ficar a meio caminho dos objetivos que sequer chegou a explicitar de maneira mais clara para si mesmo.

Sobretudo, o Projeto é um eficaz "instrumento para elaboração de ideias" e para autoesclarecimento de quem o produz (5). Ao elaborar um quadro teórico ou pensar metodologias, ao construir hipóteses e fixar objetivos, ao empreender uma revisão bibliográfica que colocará o pesquisador diante da literatura já existente sobre o assunto, o Projeto vai gradualmente esclarecendo aquele que o produz, dando-lhe elementos para articular melhor suas ideias e confrontá-las com o que já foi feito naquele campo de conhecimento.

Mais ainda, o Projeto permite que a pesquisa em andamento seja exposta aos olhares de outros pesquisadores, sejam professores e profissionais mais experientes que incluem o orientador da dissertação ou da tese, sejam os colegas de mesmo nível, também capazes de contribuir significativamente para uma pesquisa que, sabe-se muito bem, nunca é um trabalho exclusivamente individual. O Projeto torna-se desta maneira um instrumento para o "diálogo científico e acadêmico" (6).

Alguns destes diálogos, em se tratando das pesquisas de Pós-Graduação, encontram precisamente o seu lugar nos momentos em que o pesquisador expõe o seu Projeto a professores e colegas nos vários seminários que habitualmente constituem parte dos itens curriculares de um curso de Mestrado ou de Doutorado. O próprio "Exame de Qualificação" é precisamente um momento maior nesta rede permanente de diálogos – um momento algo ritualizado em que o pesquisador apresenta o seu trabalho a alguns professores para receber críticas e sugestões que o ajudarão a aperfeiçoar o seu trabalho e a encontrar novos caminhos.

O Projeto cumpre, desta forma, oferecer o "retrato de uma pesquisa em andamento" (7). Neste momento, em se tratando de uma pesquisa que visa a elaboração de uma Dissertação de Mestrado, é lícito chamá-lo de

"Projeto de Dissertação" (ao invés de "Projeto de Pesquisa", expressão que implicaria em uma investigação que ainda está por se realizar ou que, no máximo, anunciaria procedimentos ainda exploratórios). No caso de um "Projeto de Dissertação", que o estudante de mestrado apresenta na metade do seu curso, a Pesquisa já deve se encontrar em estágio mais avançado e definido, e daí a pertinência desta mudança de designação.

Neste caso particular, é também aconselhável acrescentar ao Projeto um "Plano de Capítulos", onde devem estar sumariados, de maneira sintética e preliminar, os capítulos pretendidos para o texto final da Dissertação de Mestrado ou da Tese. Em tempo: este "plano de capítulos" é também provisório, sujeito a mudanças e redefinições, e as próprias sugestões recebidas pela banca examinadora podem contribuir para este redirecionamento que poderá conduzir a uma nova organização de capítulos.

1.2. As partes de um Projeto de Pesquisa

Conforme pudemos ver, o Projeto cumpre múltiplas funções e finalidades no trabalho de Pesquisa. Ele procura antecipar algumas perguntas fundamentais relacionadas à Pesquisa proposta, tanto no sentido de dar uma satisfação a terceiros (quando for o caso) como no sentido de promover um autoesclarecimento para o próprio pesquisador e um delineamento preciso do recorte temático, de cada etapa, de cada instrumento, de cada técnica a ser abordada. Assim, ele responde de antemão às seguintes perguntas relacionadas à pesquisa proposta: O que se pretende fazer? Por que fazer? Para que fazer? A partir de que fundamentos? Com o que fazer? Como fazer? Com que materiais? A partir de que diálogos? Quando fazer? Cada uma destas perguntas remete, a princípio, a uma parte específica do Projeto – a uma espécie de compartimento redacional onde o pesquisador procura esclarecer de maneira clara e precisa, para os outros ou para si mesmo, as várias instâncias que devem alicerçar o seu trabalho (Quadro 2).

"O que fazer?", por exemplo, é uma pergunta que se busca esclarecer logo de princípio, na "Introdução" do Projeto e, eventualmente, em um capítulo denominado "Delimitação Temática" ou "Exposição do Problema" (estes nomes variam muito, de instituição a instituição, e não devem ser tomados como parâmetros absolutos). Veremos mais adiante que a

resposta a esta pergunta deve sofrer sucessivas delimitações, bem como integrar recortes simultâneos que podem remeter a um tempo, a um espaço, a um problema investigado. Por ora, de maneira simplificada, diremos que é precisamente aqui que o pesquisador deve esclarecer ao seu leitor qual é o objeto de sua investigação ou da sua realização científica.

"Por que fazer?" é uma pergunta importante, que interessa particularmente àqueles que irão decidir se o seu projeto deve prosseguir, se deve ser financiado, se pode ser aceito em um programa de pesquisa ou de Pós-Graduação. O capítulo do Projeto que busca esclarecer isto, de forma bem convincente e argumentativa, denomina-se habitualmente "Justificativa" (não raro também se acrescenta a esta denominação as palavras "relevância" ou "viabilidade", que no fundo não são mais do que aspectos específicos de uma "justificativa" no seu sentido mais amplo).

"Para que fazer?" vincula-se ao estabelecimento de objetivos a atingir – dando origem a um capítulo bastante conciso que se refere às finalidades a serem alcançadas, frequentemente enunciadas em ordem numérica e da maneira mais simples possível. Este capítulo recebe habitualmente o título de "Objetivos".

Quadro 2: *As partes de um Projeto de Pesquisa*

"A partir de que fundamentos?" remete a todo um conjunto de possibilidades teóricas ou mesmo de visões de mundo que, pelo menos em parte, o pesquisador já deve trazer consigo ao iniciar a sua viagem produtora de conhecimento. O capítulo que busca concentrar a referência a estes aspectos fundamentais, verdadeiros alicerces mentais que nortearão as ações e as escolhas feitas pelo pesquisador, denomina-se "Quadro Teórico". Trata-se aqui de definir desde as filiações mais amplas até os conceitos, expressões e categorias que serão utilizados na elaboração reflexiva e na sua exposição de resultados.

"Com o que fazer?" e "Como fazer?" são indagações que reenviam respectivamente aos instrumentos e às técnicas de pesquisa. De fato, um "instrumento" é aquilo com o que se faz, e remete aos recursos de natureza material ou mesmo abstrata que serão empregados como verdadeiras ferramentas para a pesquisa. Neste caso, são "instrumentos" um cronômetro, uma balança, um tubo de ensaio (para o caso de pesquisas nas áreas das ciências exatas e biológicas) mas também um formulário, um questionário, ou mesmo um gráfico que se elabora para acondicionar os dados colhidos e prepará-los para a interpretação.

Já uma "técnica" remete ao modo de realizar algo, e abrange procedimentos como as coletas de informações, as entrevistas, as maneiras sistematizadas de empreender observações, e também as análises de conteúdo, as análises estatísticas, ou outras metodologias destinadas à interpretação dos dados que foram coletados ou captados. Enfim, as "técnicas" podem se referir tanto à coleta de dados e à constituição de documentação como também às análises destes dados e destas fontes.

Os instrumentos e técnicas são habitualmente acondicionados em um capítulo bastante importante do Projeto, e que se denomina "Metodologia", "Métodos e Técnicas", "Procedimentos Metodológicos", ou algo do gênero. Também é utilizada, talvez de maneira ainda mais apropriada, a designação "Materiais e Metodologia" ("Fontes e Metodologia", para o caso da História). É uma designação interessante quando o pesquisador precisa descrever também os materiais sobre os quais irá trabalhar – materiais que não são propriamente aparelhos e ferramentas, mas sim a matéria-prima que sofrerá a intervenção de ferramentas e instrumentais diversos. No caso da História, esta espécie de matéria-prima

viagem ao passado é a "fonte" ou o "documento histórico". É conveniente dissertar sobre as "fontes" que serão utilizadas, antes de discorrer sobre as metodologias que serão utilizadas para constituí-las em um *corpus* documental definido e para interpretá-las. Daí ser bem comum a designação "Fontes e Metodologia" em um Projeto de História (equivalente a "Materiais e Metodologia" em projetos experimentais vinculados ao campo das ciências exatas).

"A partir de que diálogos?" é a pergunta que situa uma Pesquisa em uma rede de intertextualidades com outros autores. Dito de outra forma, indaga-se aqui pelos "interlocutores" da reflexão a ser realizada. Dificilmente uma pesquisa científica parte do "ponto zero" (se é que já existiu alguma que o tenha feito na história do conhecimento humano). Nem que seja para contestar radicalmente os autores precedentes que já se debruçaram sobre o mesmo problema, o pesquisador precisa inserir a sua reflexão em um diálogo implícito ou explícito com a literatura e com o conhecimento já existente. Mais comum é que, além das eventuais contestações e correções a autores precedentes, o pesquisador também encontre autores e obras que lhe servirão como pontos de apoio, como alavancas para se impulsionar para mais adiante, como inspiração para novos caminhos.

É neste sentido que, em um Projeto de Pesquisa, não pode faltar o que se poderia chamar de uma "Revisão Bibliográfica". Alguns modelos de Projeto atribuem um capítulo especial a este levantamento crítico, onde o pesquisador irá apresentar e discutir algumas das obras preexistentes que serão reapropriadas no seu trabalho, seja sob a forma de assimilação ou de confronto. Mas, por outro lado, o já mencionado "Quadro Teórico", que vimos ser aquele capítulo em que o pesquisador expõe o seu referencial teórico e os conceitos de que irá se valer, pode também incluir como item a revisão bibliográfica, já que de algum modo esta revisão também representa uma base de teoria da qual partirá o pesquisador para elaborar as suas próprias reflexões.

O importante é que este item (ou seu conteúdo) esteja efetivamente presente, embora sem repetições. Portanto, se foi destacado um capítulo especial para a "Revisão Bibliográfica" (que muitas vezes aparece logo depois da "Introdução" ou a da "Delimitação Temática") as obras ali men-

discutir algumas obras mais diretamente ligadas ao tema na "Revisão Bibliográfica", e deixar para o Quadro Teórico a discussão de outras que se referem mais propriamente a instrumentais teóricos que serão utilizados, a conceitos importantes para a pesquisa, a categorias e abordagens.

Quando o Projeto de Pesquisa delimita um capítulo especial para a "Revisão Bibliográfica", logo depois da apresentação do tema e da definição da problemática, esta oportunidade deve ser aproveitada para apresentar as lacunas existentes no conhecimento sobre o assunto que será abordado. Tornar claras as lacunas bibliográficas relativas ao enfoque proposto, por sinal, é um excelente elo de ligação para o item "Justificativa", que pode principiar precisamente ressaltando que, dadas as lacunas ainda existentes neste ou naquele aspecto, o Projeto proposto torna-se extremamente relevante, já que poderá contribuir de alguma maneira para supri-las. Com isto, o pesquisador já parte com um excelente argumento a favor da necessidade de a sua pesquisa ser empreendida.

Não é necessário, por outro lado, discutir toda a bibliografia que existe sobre o assunto. Isto seria exaustivo, quando não impossível. Algumas obras podem apenas ser referenciadas no compartimento final do Projeto, a "Bibliografia" ou "Referências Bibliográficas". Outras obras, consideradas pouco importantes para a pesquisa, sequer precisam aparecer. O que não pode faltar são as fontes mais diretas, que no caso de uma pesquisa historiográfica, por exemplo, são os chamados "documentos" ou "fontes históricas". Estas "fontes primárias", aliás, devem aparecer separadas da "bibliografia geral", precedendo-a. Ou seja, no caso dos projetos de História o capítulo "Bibliografia" deve ser organizado em dois itens distintos, um relativo à documentação de época ou mais diretamente assimilada como material primário pertinente ao problema examinado, e outro relacionado às obras de autores vários que refletiram sobre o mesmo tema, e que constituem o diálogo intertextual estabelecido pela Pesquisa.

"Quando fazer?" é a pergunta que remete à temporalidade relacionada à duração da pesquisa, ao planejamento das suas várias etapas. Toda pesquisa deve ser proposta em relação a um intervalo de tempo definido, mesmo que passível de renovação. Frequentemente, ela será realizada por etapas, e se abranger um período relativamente amplo (um ano ou

do andamento da Pesquisa, o que poderá ser feito com a utilização de um tipo de texto que é chamado "Relatório de Pesquisa".

Com relação ao Projeto, as várias etapas previstas, as várias atividades que serão realizadas, os diferentes trabalhos que integrarão a pesquisa – tudo isto precisa ser referenciado em um "Cronograma de Pesquisa", normalmente sob a forma de um quadro ou tabela que expõe de maneira instantânea a relação entre o conjunto de ações previstas e o tempo previsto para serem realizadas. O Cronograma é um instrumento não apenas para o controle da Instituição, mas principalmente para o autocontrole do pesquisador no que se refere ao andamento do seu trabalho. Ele não é, naturalmente, uma tábua sagrada e implacável, mas é uma orientação importante para a realização do trabalho.

Ficou faltando mencionar o capítulo relacionado às "Hipóteses", que normalmente vem situado após o "Quadro Teórico" e antes do capítulo relacionado à "Metodologia". De certo modo, as hipóteses constituem o verdadeiro cerne da pesquisa do tipo "tese". Veremos adiante que uma hipótese corresponde a uma resposta (ou possibilidade de resposta) que se relaciona ao problema formulado.

Uma hipótese representa uma direção que se imprime à Pesquisa, mesmo que seja abandonada no decorrer do processo de investigação em favor de outra. Ao mesmo tempo em que deve estar intimamente relacionada ao "Quadro Teórico", as hipóteses também contribuem para definir a "Metodologia" que será empregada. Desta forma, as hipóteses preenchem um certo espaço entre a teoria e a metodologia de um Projeto de Pesquisa, razão por que se prefere localizá-la entre estes dois capítulos.

De certo modo, é somente quando se consegue elaborar uma ou mais hipóteses de trabalho que a Pesquisa começa a tomar a forma requerida a uma Dissertação de Mestrado ou a uma Tese de Doutorado. Caso contrário, tem-se apenas um trabalho descritivo, que pode ser adequado a uma Monografia ou a um Livro que se proponha a desenvolver determinado assunto, mas que não corresponde propriamente ao modelo de tese. Uma tese não é uma reflexão livre, descritiva ou ensaística, mas sim uma reflexão sistematizada e orientada por um determinado problema.

Por outro lado, vale lembrar que nem toda Pesquisa corresponde ne-

quisador seja apenas o de levantar determinado conjunto de dados ou de informações. Este tipo de pesquisa é em diversas ocasiões requerido por empresas que precisam se manter informadas para definir suas linhas de ação. Pode-se, por exemplo, encomendar uma "pesquisa de mercado", ou ainda uma "pesquisa de tendências" que vise acompanhar um processo eleitoral com tal ou qual finalidade. Pode-se visar o levantamento do perfil de determinado grupo de consumidores, ou empreender uma pesquisa descritiva que busque levantar as características de determinada localidade. Neste caso, se o Projeto de Pesquisa do qual estamos falando *não* é um projeto problematizado no modelo de tese, obviamente não tem sentido um capítulo relativo a "Hipóteses".

	Introdução
Quem fará?	*Descrição de pessoal*, se houver (senão, este item é suprido pelo registro do nome do autor na folha de rosto)
O que fazer?	*Delimitação Temática* e Formulação do Problema
Dialogando com quem?	*Revisão Bibliográfica*
Por que fazer?	*Justificativa*
Para que fazer?	*Objetivos*
Com que fundamentos?	*Quadro Teórico*
	Hipóteses
Com que materiais?	*Fontes e Metodologia*
Com que instrumentos?	*Fontes e Metodologia*
De que modo fazer?	*Fontes e Metodologia*
Quando fazer?	*Cronograma*
Com que recursos?	*Recursos* e *Aspectos orçamentários*
	Bibliografia

Em linhas gerais, as partes acima descritas compõem a totalidade do Projeto de Pesquisa, podendo ainda ser incluído um capítulo relacionado a "Recursos" para o caso de serem requeridos a determinada instituição financiamentos diversos, equipamentos, passagens, e também a contratação de pessoal técnico. O capítulo "Recursos", que pode abranger um plano de custos da pesquisa e uma exposição de suas necessidades materiais, estaria respondendo a uma nova pergunta: "Quanto vai custar?"

A tabela acima relaciona cada uma das perguntas sugeridas à sua seção específica dentro de um Projeto de Pesquisa.

Pode-se dar, ainda, que para além dos recursos econômicos e materiais seja necessário planejar diversificados recursos humanos. Neste caso, estaremos falando de uma pesquisa que não será empreendida por uma só pessoa, mas por uma equipe que poderá ser coordenada pelo autor do Projeto. Trata-se, neste caso, de planificar a contribuição e atuação de todos os participantes, e de indicar eventualmente entidades que estejam atuando em conjugação com o Projeto. Em uma palavra, trata-se de responder às perguntas "Quem vai fazer?" e "O que cada um vai fazer?"

Estes últimos aspectos, naturalmente, fogem ao caso dos Projetos de Dissertação ou de Tese, que implicam necessariamente em trabalhos individuais. Quanto aos demais aspectos, correspondem ao tipo de conteúdo que deve aparecer em qualquer espécie de Projeto ao qual se queira dar um tratamento minimamente profissional. Para sintetizar o que já foi dito, o esquema da página 20 procura relacionar as várias perguntas que se faz a um Projeto com os seus capítulos correspondentes.

Por outro lado, embora os vários tipos de conteúdo atrás descritos marquem uma presença quase certa, deve ficar claro que não existe um parâmetro oficial e único de Projeto de Pesquisa no que tange à sua ordem e definição de capítulos. Partindo do modelo atrás proposto, o pesquisador pode considerar adequado suprimir ou acrescentar capítulos, reunir duas seções em uma única, modificar a ordem de apresentação dos capítulos propostos, e assim por diante – desde que isto faça algum sentido para a sua pesquisa ou que atenda a um padrão qualquer de lógica proposto pelo próprio autor do projeto. De igual maneira, um tipo de pesquisa ou um campo de conhecimento específico pode exigir a abertura de um capítulo que não seria necessário, ou mesmo pertinente, em outro. Enfim, qualquer modelo de projeto proposto em uma obra de Metodologia Científica não pode ser mais do que isto: um modelo, pronto para ser alterado e adaptado de acordo com as necessidades do usuário.

Outra coisa que deve ficar clara é a distinção entre o Projeto e a Pesquisa propriamente dita, ou ainda entre o Projeto de Tese e a própria Tese. Um projeto é uma proposta de realizar algo, é um roteiro, um instrumento de planejamento. Sua linguagem, ou pelo menos sua intenção, está associada a um tempo verbal futuro. Já a Tese, texto onde o pesquisador registra o resultado de sua pesquisa e reflexão, é um trabalho realizado e concluído. É a Tese que se transformará eventualmente em livro, não o Projeto. Em vista disto, a linguagem da tese refere-se a uma pesquisa já realizada, enquanto a do Projeto remonta a uma Pesquisa por se realizar.

Desta maneira, se em algumas ocasiões é possível aproveitar para o texto da Tese trechos que haviam sido escritos originalmente para o seu Projeto de Pesquisa (um quadro teórico ou metodológico, uma revisão bibliográfica), deve-se ter o cuidado de adaptar a linguagem do "futuro ainda não realizado" que aparece no Projeto para a linguagem do "passado já realizado", da pesquisa já concluída exposta na Tese.

Por fim, acrescentaremos que o modelo de Projeto de Pesquisa atrás discutido, em suas instâncias fundamentais, pode ser utilizado de maneira eficaz para a maioria dos campos de conhecimento, sejam os pertencentes ao universo das ciências humanas, sejam os pertencentes ao universo das ciências exatas e biológicas (universos que nem sempre têm fronteiras assim tão nítidas, o que remete a questões que por ora não serão discutidas). Outrossim, as especificidades do Projeto de Pesquisa em História também serão discutidas nos próximos capítulos, a partir dos quais examinaremos cada item que habitualmente constitui um Projeto.

2
Introdução e Delimitação do Tema

2.1. Dois tipos de Introdução

Um bom Projeto deve principiar com uma *Introdução* adequada. Existem dois tipos de Introdução que aparecem mais frequentemente nos projetos de pesquisa. Se o Projeto não possui um capítulo especial para a "Delimitação do Tema" ou para a "Exposição do Problema", estes aspectos devem ser discutidos de maneira mais pormenorizada na Introdução do Projeto. A Introdução será, neste sentido, um primeiro capítulo do Projeto onde o Tema é simultaneamente apresentado e discutido já de forma aprofundada.

Se, porém, já existe um capítulo especial para a "Delimitação Temática" ou para a "Exposição do Problema" – situação que de nossa parte recomendamos – a "Introdução" assumirá uma outra função: ela se constituirá em uma espécie de resumo do Projeto, com uma ou duas páginas, onde o pesquisador apresentará em termos muito sucintos o conteúdo do seu Projeto de Pesquisa.

Este tipo de Introdução é bastante interessante quando se trata de encaminhar um Projeto para uma Instituição da qual se quer obter algum tipo de apoio ou financiamento. Falando mais francamente, os executivos ou diretores de instituições não se mostram muito disponíveis para ler na sua totalidade todos os projetos que lhes chegam às mãos. Estas pessoas habitualmente consideram que não têm muito tempo a perder, e certamente apreciarão bastante que os projetos que lhes forem dirigidos se iniciem com uma Introdução de uma, duas ou três páginas que resumam os principais aspectos da Pesquisa proposta. Interessando-se pelo Projeto apresentado nesta Introdução, eles certamente se darão ao trabalho de ler os seus demais capítulos para conhecer os vários detalhes e aprofundamentos

da Pesquisa que está sendo proposta. Por outro lado, em se tratando de uma Pesquisa que não os interesse por um motivo ou outro, eles já perceberão isto logo na leitura da Introdução e não perderão um tempo que consideram tão precioso. A Introdução, desta forma, deve conter todas as informações que dirão a estes examinadores se eles devem continuar lendo o Projeto ou se, efetivamente, ele não os interessa.

É possível que um executivo de uma grande empresa tenha a tendência a ignorar o seu Projeto se ele não apresentar este tipo de Introdução. O mesmo poderá acontecer com os examinadores de Projeto ligados a uma instituição acadêmica, como por exemplo os examinadores que foram encarregados de avaliar os Projetos de Pesquisa propostos para o ingresso em um Programa de Pós-Graduação. Como muitas vezes existem dezenas ou até centenas de candidatos para uma Seleção de Doutorado em uma boa instituição universitária, você corre o risco de não ter o seu Projeto lido, ou pior ainda, ter o seu Projeto *mal lido*, se não o iniciar com um bom resumo de Projeto inteiro.

A Introdução do tipo resumo é o que assegurará que o seu Projeto será bem compreendido nas suas linhas gerais, mesmo que o avaliador não tenha uma disponibilidade inicial para ler o Projeto inteiro. Por outro lado, se for realmente uma boa Introdução, é provável que este avaliador se sinta motivado a compreender de maneira mais aprofundada a pesquisa que está sendo proposta, os seus detalhes e especificações, a argumentação que a sustenta, a sua viabilidade, e assim por diante. Para assegurar este efeito, a Introdução deve funcionar como uma espécie de microcosmo do Projeto inteiro: deve conter de maneira extremamente resumida as informações e aspectos que aparecerão discutidos de forma mais aprofundada em cada um dos capítulos do Projeto.

Em um Projeto de História, isto quer dizer que a Introdução deverá mencionar – de modo ainda não aprofundado – o Tema com suas especificações mais fundamentais (incluindo recorte temático e espacial), as fontes principais, algumas indicações metodológicas e teóricas, e também um ou outro aspecto associado à justificativa ou viabilidade da Pesquisa. Tudo isto, atente-se bem, de forma extremamente resumida, com um ou dois parágrafos para cada um destes itens. Os detalhamentos e desdobramentos mais aprofundados virão certamente no corpo de cada

uma ideia ainda simplificada da Pesquisa proposta, e para motivá-lo a examinar com maior especificidade o que foi apenas enunciado nestes parágrafos iniciais. A Introdução mostra-se desta forma como um convite para que o avaliador examine o Projeto na sua totalidade.

Supondo que o seu Projeto iniciou-se com este tipo de Introdução, o capítulo que deve vir a seguir é precisamente aquele que se refere a uma exposição já aprofundada do Tema ou Objeto da Pesquisa. Este capítulo, que é o verdadeiro capítulo inicial do Projeto (se considerarmos que a Introdução é apenas um resumo ou uma síntese), pode receber nomes diversificados: *Delimitação Temática, Apresentação do Problema*, *Objeto da Pesquisa* – estes são apenas algumas das designações que frequentemente são empregadas para nomear este capítulo que procura essencialmente esclarecer o que será pesquisado ou realizado, caso o Projeto seja aprovado ou encaminhado para execução. Por opção, chamaremos aqui este capítulo de "Delimitação Temática". Posto isto, lembramos que – para o caso de projetos que não optaram pela Introdução de tipo sintético – o capítulo referente à "Delimitação Temática" pode tomar para si simplesmente o nome de "Introdução".

Os comentários sobre este capítulo do Projeto de Pesquisa nos permitirão neste momento discutir um problema mais amplo, que é aquele referente à escolha de um Tema e à delimitação do seu recorte em uma pesquisa histórica.

2.2. O "recorte temático" diante de suas motivações sociais e intradisciplinares

A escolha de um tema para pesquisa mostra-se diretamente interferida por alguns fatores combinados: o *interesse* do pesquisador, a *relevância* atribuída pelo próprio autor ao tema cogitado, a *viabilidade* da investigação, a *originalidade* envolvida. Mas é preciso reconhecer que, por outro lado, a estes fatores mais evidentes vêm se acrescentar inevitavelmente outros dos quais o próprio pesquisador nem sempre se apercebe. Existe por exemplo uma pressão indelével que se exerce sobre o autor a partir da sua sociedade, da sua época, dos paradigmas vigentes na disciplina em que se insere a pesquisa, da Instituição em que se escreve o pes-

Tudo isto incide de maneira irresistível e silenciosa sobre o autor, mesmo que disto ele nem sempre se dê conta. Tornar-se consciente dos limites e desdobramentos sociais e epistemológicos de uma temática é uma questão estratégica importante para aquele que se empenha em viabilizar uma proposta de pesquisa, sendo forçoso reconhecer que o sucesso na boa aceitação de um projeto depende em parte da capacidade do seu proponente em conciliar os seus interesses pessoais com os interesses sociais mais amplos. Começaremos então por aqui.

Já se disse que um tema de pesquisa histórica (ou de qualquer outra modalidade de pesquisa) deve ser relevante não apenas para o próprio pesquisador, como também para os homens de seu tempo – estes que em última instância serão potencialmente os leitores ou beneficiários do trabalho realizado. Daí a célebre frase, cunhada por Benedetto Croce e reapropriada por Lucien Febvre[1], de que "toda história é contemporânea". Sempre escrevemos a partir dos olhares possíveis em nossa época, e necessariamente escreveremos não só sobre aquilo que de nossa parte consideramos ser relevante, mas também sobre aquilo que tem relevância para nossos próprios contemporâneos. Tirando eventuais arroubos visionários e prenunciadores de interesses futuros, todo historiador tem pelo menos um de seus pés apoiado no seu tempo. Por trás de sua escrita, é a um leitor que ele busca (conscientemente ou não).

Visto deste modo, o problema da relevância de um tema histórico atravessa questões algo complexas. É preciso considerar que aquilo que uma época ou sociedade considera digno de estudo poderá ser ou ter sido considerado irrelevante em um outro momento histórico ou situação social. No século XIX, pouca gente imaginava no campo da historiografia ocidental que um dia iriam se tornar tão atrativos os estudos sobre a Mulher nas várias épocas históricas. Mas a partir da segunda metade do século XX este tem sido precisamente um dos temas mais cotejados pelos historiadores do Ocidente. Sem dúvida contribuíram para isto os movimentos feministas, a gradual inserção da mulher no mercado de trabalho, o reconhecimento acadêmico e político das minorias

1 Benedetto CROCE, *Teoria e storia della storiografia*, Bari: Laterza & Figli, 1943. Lucien

e maiorias oprimidas, e outros tantos processos que se desenvolveram no decurso do século XX.

Foi especificamente sob o contexto destes processos mais amplos que os silêncios historiográficos a respeito da mulher passaram a ser ciosamente preenchidos pelos historiadores das mais diversificadas tendências, e até com uma certa avidez que buscava como que compensar o tempo perdido pelas gerações anteriores. As próprias mulheres do século XX, por outro lado, passaram a partilhar também aquela função de historiador que antes era exercida quase que exclusivamente pelos homens. De todos os lados surgiram obras sobre "A mulher na Idade Média", "A mulher escrava no Brasil Colonial", "A mulher na Revolução Francesa", e também obras sobre personalidades históricas femininas. Na segunda década do século XX começaram inclusive a ser publicadas, primeiro na França e depois em outros países, obras panorâmicas sobre a história das mulheres, em vários volumes, abarcando épocas e sociedades diversas.

Assim, um campo temático que em uma época anterior poderia ter sido tachado de irrelevante, ou que naquele momento sequer teria sido cogitado no seio da disciplina histórica, passava a constituir nesta outra época uma escolha historiográfica extremamente significativa. Eis aqui os olhares da sociedade presente e os seus movimentos internos fornecendo caminhos em pontilhado aos historiadores que, por vezes sem percebê-los, vão percorrendo-os quase que espontaneamente.

Existe ainda, para além das questões relacionados ao reconhecimento social da relevância temática, a questão mais delicada das pressões políticas e éticas que se exercem sobre o pesquisador que escolhe o seu tema ou delimita o seu problema de estudo. As escolhas éticas do historiador constituem certamente uma dimensão intrincada e complexa do trabalho histórico, sendo oportuno notar que esta dimensão ética se vê por diversas vezes perturbada por fatores menos relacionados com a "ética" propriamente dita do que com a "política" no seu sentido mais corriqueiro e cotidiano.

Incorporar uma dimensão ética à pesquisa científica é, sem sombra de dúvida, uma das mais legítimas preocupações que devem assaltar o pesquisador neste início de milênio. O cientista que inicia uma pesquisa

sobre a possibilidade de clonar seres humanos deve refletir demoradamente sobre as implicações sociais desta possibilidade. O físico que libera as energias do átomo deve refletir preventivamente sobre as possibilidades de utilização das suas descobertas para a indústria bélica – para depois não precisar se refugiar naquele argumento vazio de "neutralidade" que advoga que o papel dos físicos é apenas desenvolver tecnologia, deixando-se aos políticos a obrigação moral de encaminhar adequadamente a utilização dos produtos desta tecnologia.

Da mesma forma, pode-se postular que a escolha de certos caminhos historiográficos e sociológicos deva ser permeada por uma reflexão ética correspondente. A que interesses servem o meu produto? Quais as futuras implicações do que agora escrevo? Que caminhos aqui se abrem, e que caminhos aqui se fecham? Contribuo para um mundo melhor, ou pelo menos mais divertido? É legítimo que o historiador interrogue a si mesmo acerca das responsabilidades envolvidas na leitura da História que ele mesmo produz. "Ciência com consciência"[2] – têm clamado nestas últimas décadas os filósofos de uma nova ecologia do conhecimento. "História com consciência histórica" – deveria ser um dos ecos deste clamor.

Mas há também o outro lado da questão. O "politicamente correto" é uma construção social do momento, como bem sabem os historiadores. O cuidado com o "eticamente adequado" e com o "politicamente correto" deve funcionar como fator *enriquecedor*, e não como fator *imobilizador*. Assim, se a sensibilidade do público e da comunidade acadêmica em relação a certo tema ou abordagem beneficia-se de oscilações através do tempo, para o desenvolvimento destas oscilações não deixam de contribuir também, com a sua iniciativa e com a sua práxis, os próprios historiadores. Para além disto, o tempo vivido é sempre o maior avalista de um objeto de estudo. Quantos temas históricos e perspectivas interpretativas – que um dia talvez tenham sido considerados empreitadas tão delicadas quanto caminhar através de um campo minado – não se tornaram possíveis depois que se "esfriaram" os acontecimentos!

Consideremos, a título de exemplo, os eventos traumáticos dos mega-atentados terroristas às torres gêmeas do World Trade Center em Nova

York, no início deste novo milênio. Sob o peso do horror de milhares de mortes, dificilmente um pesquisador ocidental poderia enfrentar comodamente – nas proximidades cronológicas e espaciais deste evento – o desafio de escrever uma tese sobre "a importância dos mega-atentados de 2001 para a redefinição de uma futura política internacional mais socialmente conduzida". Passados alguns anos, certamente começarão a surgir as teses e reflexões políticas menos comprometidas com as reações emocionais imediatas àqueles acontecimentos, e portanto mais acadêmicas ou profissionais. Hoje em dia qualquer historiador americano estuda Saladino, o grande líder islâmico medieval, sem se engajar em uma cruzada. Mas qual deles se arriscaria – nestes dias seguintes aos mega-atentados, com a fumaça dos escombros ainda chegando aos céus de Nova York – a escrever teses explorando alguns dos lados mais espinhosos desta questão tão minada de ambiguidades?

Vale a pena visitar um ponto de vista exterior à Disciplina para iluminar a reflexão sobre o desejado equilíbrio entre "envolvimento ético" e "distanciamento crítico" na pesquisa histórica. Ao examinar os limites do conhecimento histórico, o antropólogo Da Matta tece alguns comentários que devem ser considerados:

> A eventos distantes no tempo corresponde uma predominância de interpretações acadêmicas em contraste com interpretações políticas; o evento está mais "frio", para usarmos um qualificativo inventado por Lévi-Strauss. Concomitantemente, um evento mais próximo no tempo é um fato ainda se desenrolando entre nós. Um episódio que não esgotou suas ondas de impacto. Daí, certamente, as dificuldades de uma interpretação "fria" acadêmica e a multiplicidade de interpretações políticas. Trata-se de um episódio "quente", que se desenrola diante dos nossos olhos, e que ainda depende de nossa ação sobre ele[3].

A escolha de um tema, enfim, frequentemente se faz sob a força de ondas de impacto que nem sempre são percebidas pelos pesquisadores. Por outro lado, se os horizontes de expectativas de uma sociedade exercem sua irresistível influência sobre os historiadores na escolha de seus

temas, também as práticas disciplinares vigentes em um período contribuem com a sua silenciosa pressão sobre os pesquisadores, com ou sem a consciência destes. O "paradigma"* de uma determinada disciplina como a História, em certa época, estende-se acima de todos os seus praticantes como um manto invisível, mesmo que haja diferenças radicais entre vários dos setores deste campo disciplinar e também resistências ao paradigma preponderante. Examinemos de perto esta questão.

No mundo ocidental, a Historiografia do século XIX havia se constituído tradicionalmente em torno do campo político, direcionando-se mais especificamente para o desenvolvimento dos Estados Nacionais. Ao lado desta historiografia francamente nacionalista, e frequentemente imbricada nela, havia também a "História dos Grandes Homens"*, conforme o modelo apregoado pelo historiador escocês Thomas Carlyle. No que concerne ao estilo do seu discurso, de modo geral a Historiografia tendia a ser francamente narrativa (e pouco analítica ou estrutural como ocorreria no século XX). A própria narrativa historiográfica assim produzida era essencialmente uma "narrativa linear" (não dialógica*, e não complexa). Com relação ao ponto de vista em torno do qual se organizava esta narrativa linear, era sempre o do poder instituído, e a História tinha uma tendência a ser quase sempre uma "História Institucional". Era neste "modo historiográfico" que os historiadores estavam habitualmente mergulhados, e os temas que selecionavam para suas pesquisas e reflexões aí se inscreviam de maneira imperiosa.

Na Historiografia do século XX, pelo menos a partir da sua terceira década, instalou-se ou reforçou-se uma tendência nova, que foi se tornando cada vez mais preponderante. A partir da chamada *Escola dos Annales**, das novas formulações marxistas e de tantas outras contribuições historiográficas, consolidou-se precisamente um novo tipo de História, que relativamente ao seu modo de constituir o objeto de estudo e o discurso do historiador pode ser chamada de "História-Problema" – expressão que será aqui tomada no sentido de uma "história problematizada", construída em torno de hipóteses e de análises de profundidade, e não mais como uma História que é mera ordenação factual ou descritiva.

De certa forma Karl Marx (1818-1883), no próprio século XIX, já havia sido um precursor deste novo tipo de História juntamente com ou-

tava preocupado com um problema muito específico quando elaborava as suas análises sociológicas e históricas: o problema do desenrolar da luta de classes e de sua inserção em um modo de produção específico. Esta história já *problematizada* proposta pelas obras de Marx contrastava francamente com a produção historiográfica de seu tempo – situação que se veria invertida a partir do século XX.

Já não teria muito sentido para este novo século uma História meramente descritiva ou narrativa, no sentido exclusivamente factual. Aos historiadores impunha-se agora a tarefa não de simplesmente descrever as sociedades passadas, mas de analisá-las, compreendê-las, decifrá-las. Tratava-se, por um lado, de constituir um problema central que guiasse a reflexão historiográfica a ser realizada; de outro lado, cumpria trazer a discussão desenvolvida em torno do problema escolhido para a superfície do discurso.

Exemplificando com casos mais concretos, não faria mais sentido – a não ser em uma obra de divulgação para o grande público – produzir uma história descritiva e narrativa dos acontecimentos que marcaram a Revolução Francesa. O que se exigia do historiador agora era que ele recortasse um problema dentro da temática mais ampla da Revolução Francesa – como por exemplo o problema da "dessacralização do poder público na Revolução Francesa", o problema da "influência das ideias iluministas nos grupos revolucionários", ou o problema da "evolução dos preços na crise que precedeu o período revolucionário".

O "Problema" passou a ser um recorte que deveria ser feito necessariamente no "tema", conforme os novos parâmetros da própria disciplina histórica. Ao lado disto, o pensamento historiográfico passou a ser cientificamente conduzido por hipóteses, e não mais pela mera ambição descritiva ou narrativa. Levantar questões torna-se a partir de então uma dimensão fundamental para este novo tipo de História, conduzindo-a para muito além das explicações de tipo linear dos antigos historiadores.

De igual maneira, reconheceu-se na História que passou a preponderar no século XX a existência de uma pluralidade de perspectivas possíveis – e passou-se a falar também em uma "História vista de baixo", em uma história das massas, e mesmo em uma história do indivíduo anônimo (em contraposição à velha biografia dos heróis oficializados). Com

tantos novos desenvolvimentos, uma inédita diversidade de temáticas e de problemas possíveis para o trabalho historiográfico pôde ser pensada pelos pesquisadores do século XX, ao passo em que outras temáticas mais tradicionais foram se eclipsando. Na primeira metade deste século, por exemplo, declinaram as biografias de grandes personagens históricas, embora nas últimas décadas deste mesmo século elas tenham começado a retornar de forma totalmente distinta, mostrando-se já como "biografias problematizadas" que buscam iluminar através de uma vida os aspectos mais amplos da sociedade e não meramente ilustrar a vida de um grande rei ou herói.

Acompanhando as novas tendências, os domínios da História ampliaram-se extraordinariamente para âmbitos diversos – da cultura material até as mentalidades – e mesmo o presente foi declarado território de exploração para o historiador, com a proposta de uma "história imediata" (ou de uma "história do tempo presente"). Tornando-se mais interdisciplinar, a História incorporou as abordagens de outras disciplinas como a Antropologia, a Linguística e a Psicanálise, ampliando ainda mais a sua disponibilidade temática. A velha história política, com suas escolhas temáticas entre o institucional e o individual de elite, com seu olhar de cima e sua perspectiva eurocêntrica, teve de ceder espaço a uma nova história com a sua miríade de novos temas, a eclipsar os antes tradicionais objetos de estudo que, agora, teriam de esperar novas reviravoltas para recuperar algum espaço no palco historiográfico[4].

Os campos temáticos da historiografia, como se vê, vêm e vão de acordo com as próprias flutuações histórico-sociais e em sintonia com as mudanças de paradigmas historiográficos. Com tudo isto, pretendemos dar a perceber que os temas e problemas selecionados para pesquisas históricas não constituem inteiramente uma escolha dos historiadores. A Sociedade, a Instituição e a comunidade de historiadores na qual eles se inscrevem exercem o seu papel de criar um universo de temáticas possíveis a partir das quais os historiadores fazem as suas escolhas. Dizer que estas escolhas são inteiramente livres seria uma quimera. A historiografia, tal como já assinalou de maneira bastante pertinente Michel de Certeau, inscreve-se em um "lugar de produção" bem definido[5].

4. Só nas últimas décadas do século XX começam a retornar, por exemplo, as possibilidades de um historiador tomar para objeto de estudo uma grande batalha, como foi o caso da *Batalha de Bouvines*, de Georges Duby. E as biografias de grandes personagens, depois de um longo ostracismo, também retornam em obras como o *São Luís* e o *São Francisco de Assis* de Jacques Le Goff e com o *Eleito de Deus* (Oliver Cromwell) de Christopher Hill. Quanto às biografias problematizadas de Lucien Febvre – sobre Lutero, Rabelais e Erasmo – foram exceções na primeira geração dos *Annales*, uma espécie de caminho pressuposto mas deixado a percorrer por cada

É claro que compete aos historiadores inovar e propor novos temas e problemas para as suas pesquisas históricas. Mas é somente à custa de muitas resistências vencidas que os temas radicalmente inovadores passam a ser tolerados e respeitados, antes de passarem a compor com outros o repertório de temas historiográficos possíveis ou até de se tornarem a moda do momento.

Em se tratando de pesquisas históricas realizadas dentro de instituições acadêmicas, ou mais especificamente das teses de mestrado ou doutorado, temos de reconhecer que a margem de escolha para os pesquisadores de História é frequentemente ainda mais restringida. Por vezes, estes têm de se adequar às linhas de pesquisa* ou áreas de concentração da Instituição em que pretendem se inserir. Uma vez aceitos, terão de buscar um orientador e negociar com este o tema proposto. Não raro o orientador manifestará o interesse de que o orientando se encaixe em um Projeto maior que está coordenando, ou de que o orientando se sintonize com outros temas que já se encontram sob sua orientação. O interesse do orientador também é um dado legítimo, se quisermos falar mais francamente, e este dado passa a interagir de um modo ou de outro com o interesse mais específico do orientando.

Uma solução para o pesquisador que já possui um interesse temático muito bem estabelecido, e que pretende ingressar em um Programa de Pós-Graduação, é investigar previamente qual a Instituição e quais os orientadores desta Instituição que melhor se sintonizarão com os seus objetivos. Esta será uma boa estratégia para diminuir a margem de conflitos, embora em uma certa medida os conflitos sejam inevitáveis e até desejáveis. Lidar habilmente com os conflitos de interesse que orbitam na

5. Michel de CERTEAU, "A operação histórica". In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Fo

relação "Orientador/Orientando/Instituição" pode mesmo contribuir para enriquecer um tema, e não necessariamente para despedaçá-lo.

2.3. As escolhas que dependem mais diretamente do pesquisador

Colocadas as questões pertinentes às pressões externas que se abatem sobre um tema de pesquisa ou que o beneficiam, consideremos agora o que deve ser levado em conta do ponto de vista do próprio pesquisador quando da escolha de seu tema.

Antes de mais nada, o pesquisador deve perguntar a si mesmo se o tema escolhido efetivamente o interessa. Nada pior do que trabalhar em uma pesquisa com a qual não nos identificamos. Uma pesquisa sobre um tema sem interesse para o autor, apenas com vistas a assegurar um título de mestre ou de doutor (situação que tantas vezes se verifica), corre o risco de se tornar meramente burocrática, e de repassar aos futuros leitores e à banca que examinará a tese a mesma sensação de enfado que assaltou o seu autor durante a sua realização. O destino de uma tese como esta é um arquivo que jamais será consultado pelos olhares interessados dos futuros pesquisadores, e que somente será lembrada pelo seu próprio autor como uma tarefa penosa que teve de cumprir um dia para conquistar uma pequena promoção acadêmica ou salarial.

É necessário, portanto, investir em um interesse efetivo quando se busca uma temática para iniciar uma pesquisa – interesse que, trazendo as marcas subjetivas que afetam diferentemente cada pesquisador, pode estar motivado tanto por uma simples curiosidade intelectual como pela intenção mais altruísta de fazer avançar o conhecimento científico.

Já o aspecto da *relevância* do tema escolhido é sempre uma questão delicada. Será relevante escrever uma tese sobre a minha pequena cidade natal, apenas para preencher motivações afetivas que provavelmente me chegam dos tempos de criança? Não seria melhor me dedicar a um assunto de interesse nacional, que correspondesse a um maior número de interesses entre os meus possíveis leitores? Ou, pensando bem, a tese sobre a pequena cidade em que nasci não poderia se converter em um excelente exercício de micro-história para compreender a sociedade mais

Procurar indagar sobre que interesse uma certa pesquisa poderá ter para a sociedade corresponde sempre a uma reflexão legítima. Tal como já foi mencionado, a relevância que um autor atribui ao seu próprio trabalho tende a interagir com os critérios de relevância que lhes chegam através da sociedade ou da Instituição, ou ainda através do conjunto de opiniões que o alcançam a partir de seus pares historiadores sob a forma de comentários e intertextualidades diversas. De qualquer maneira, o que não se pode é classificar uma pesquisa alheia como "irrelevante" apenas com base nos critérios que nós mesmos resolvemos adotar. Já se disse que "nada do que é humano é alheio ao historiador". Dentro dos limites generosos do "tudo é história", o pesquisador deve se esforçar por encontrar um tema que o deixe simultaneamente em paz consigo mesmo e em paz com o mundo que o cerca.

Não existem parâmetros oficiais para medir a relevância de um tema. O que existe é um consenso de que a questão da relevância deve ser constantemente refletida por aqueles que pretendem realizar um trabalho científico. Esta consciência dos aspectos que trazem relevância ao tema, aliás, também deve aparecer no Projeto de Pesquisa – merecendo um capítulo especial que chamaremos de "Justificativa" e que discutiremos mais adiante.

Outro aspecto fundamental a ser considerado por ocasião da escolha do tema é a sua *viabilidade*. Por mais que um tema nos interesse, e por mais que o consideremos relevante, será inútil embarcar na aventura da produção de conhecimento científico se este tema não for viável. Existirá uma documentação adequada a partir da qual o tema poderá ser efetivamente explorado? Se esta documentação existe, conseguirei ter um acesso efetivo a ela? Existirão aportes teóricos já bem estabelecidos que me permitam abordar o tema com sucesso? Se não existirem, terei plena capacidade para forjar eu mesmo o instrumental teórico que me permitirá trabalhar com a temática proposta? O tema proposto requer exame de documentação escrita em língua estrangeira que não domino? Estarei plenamente capacitado para investigar este tipo de temática? Em uma palavra: o meu tema é viável? Eis uma preocupação que, com toda razão, deve pairar sobre a escolha do tema a ser investigado.

Um fantasma que costuma rondar a escolha de um tema para pesqui-

temáticas que elas sejam perpassadas por algum nível de originalidade. Não tem sentido acadêmico empreender uma pesquisa que rigorosamente já foi realizada, ou escrever uma tese que repita com mínimas variações uma tese anterior. O caráter inovador é ainda mais exigido em uma Pesquisa de Doutorado, mas também na Pesquisa de Mestrado é habitualmente solicitado.

Atente-se, porém, que a originalidade pode aparecer de diversas maneiras em uma pesquisa prevista. Um historiador pode inovar no seu tema propriamente dito, nas hipóteses propostas, nas fontes que utilizará, na metodologia a ser empregada, ou no seu aporte teórico. O seu tema já tantas vezes percorrido por outros historiadores pode merecer uma interpretação inteiramente nova, mesmo utilizando fontes já conhecidas. Assim, o pesquisador não deve deixar que o persiga obsessivamente a ideia de que é preciso encontrar um tema que ainda não tenha sido trabalhado. Tanto mais que, com uma superpopulação sempre crescente de dissertações de mestrado e teses de doutorado, os temas literalmente virgens tornam-se cada vez mais raros.

Na verdade, é sempre possível inovar – mesmo que a partir de um caminho aparentemente já percorrido. Um exemplo marcante é a obra *A conquista da América*, de Todorov[6]. Este autor conseguiu construir uma obra radicalmente inovadora a partir de um tema e de um problema que já haviam sido trabalhados inúmeras vezes por diversos historiadores, alguns dos quais utilizando as mesmas fontes das quais o escritor búlgaro lançou mão. A inovação, neste caso, esteve concentrada simultaneamente na abordagem teórica empregada e na metodologia utilizada, que incorporou as mais novas possibilidades de análise de discurso e de análises semióticas. A abordagem teórica, elaborando de maneira original conceitos como o de "alteridade", concedeu mais um matiz de originalidade a esta obra que é hoje uma referência fundamental nos estudos históricos sobre a conquista da América.

Daí pode ser extraída uma lição importante. Não é preciso necessariamente encontrar um tema novo, que não tenha sido abordado antes

por outros pesquisadores. Vale também trabalhar um tema já antigo de maneira nova.

Uma derradeira questão, das mais importantes, é a que indaga por uma adequada *especificidade* do seu tema. O "pesquisador de primeira viagem" – marinheiro que atravessa pela primeira vez o oceano das suas possibilidades de produzir conhecimento científico – revela habitualmente a tendência a escolher temas demasiado amplos. A experiência ainda não lhe deu a oportunidade de aprender que um tema, para ser viável, deve sofrer certos recortes.

Ouçamos o que tem a dizer Umberto Eco[7] acerca desta tentação de "escrever uma tese que fale de muitas coisas" que aparece tão insistentemente entre os estudantes desavisados que iniciam suas primeiras experiências de pesquisa:

> O tema *Geologia*, por exemplo, é muito amplo. *Vulcanologia*, como ramo daquela disciplina, é também bastante abrangente. *Os Vulcões do México* poderiam ser tratados num exercício bom, porém um tanto superficial. Limitando-se ainda mais o assunto, teríamos um estudo mais valioso: *A História do Popocatepetl* (que um dos companheiros de Cortez teria escalado em 1519 e que só teve uma erupção violenta em 1702). Tema mais restrito, que diz respeito a um menor número de anos, seria *O nascimento e a morte aparente do Paricutin* (de 20 de fevereiro de 1943 a 4 de março de 1952).

Deixaremos para abordar no próximo item este aspecto, que nos forçará a uma reflexão sobre as distinções entre "campo de interesse", "assunto"*, "tema"*, "recorte temático"* e "problema"*.

2.4. Recortando o Tema

No seu sentido mais lato, "tema"* é um assunto qualquer que se pretende desenvolver. Quando se propõe que alguém escreva um texto escolar desenvolvendo o tema da "violência urbana", espera-se que sejam abordados ou desdobrados alguns aspectos pertinentes a este tema. Depois de apresentar ao leitor o tema que pretende desenvolver, o autor pode

começar nos sucessivos parágrafos a discutir aspectos específicos e diversificados que se desdobram deste tema, como "as causas sociais da violência urbana", "as formas de prevenção ou de combate à violência urbana", "a relação entre violência urbana e criminalidade", e tantos outros.

Conforme veremos, "a violência urbana" pode ser um excelente tema para uma redação escolar, para um artigo de jornal ou mesmo para um livro de divulgação junto ao grande público, mas não é um bom tema para uma dissertação de mestrado ou para uma tese de doutorado. Espera-se, de um trabalho acadêmico de tipo monográfico, ou em modelo de tese, que o tema tenha mais especificidade. Pode-se por exemplo tomar como tema monográfico "A violência urbana no Rio de Janeiro dos anos 90", ou, mais especificamente ainda, "A interconexão entre a violência urbana e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro dos anos 90". Ou, quem sabe, "Os discursos sobre a violência urbana nos jornais populares do Rio de Janeiro dos anos 90". Pode-se dizer que, pelo menos no sentido acadêmico, "violência urbana" é apenas um "assunto" um tanto vago, mas os temas acima propostos sim, seriam temas monográficos dotados de maior especificidade.

Uma "História da América", por exemplo, está muito longe de ser um tema. É quando muito um "campo de estudos" ou de interesses. A "Conquista da América" é mais específico, mas tampouco é ainda um tema. Na verdade é um "assunto" que pode dar posteriormente origem a um tema mais delimitado, mas para isto terá de sofrer novos recortes. Pode-se estudar por exemplo "a alteridade entre espanhóis e nativos mesoamericanos durante a conquista da América, nas primeiras décadas do século XVI". Este foi o tema escolhido por Todorov em uma de suas mais célebres obras. Nele já aparecem recortes ou dimensões mais específicos: (1) um *espaço* mais delineado que é a região central do continente americano; (2) um *recorte de tempo* que se refere às primeiras décadas do século XVI; (3) um *problema* que é o da "alteridade" (ou do "choque cultural" entre aquelas duas civilizações distintas).

Em História é fundamental que o tema de pesquisa apresente um recorte espacial e temporal muito preciso. Isto corresponde a focar um assunto ainda geral em um "campo de observação" mais circunscrito. Assim, não se estuda em uma tese de doutorado "o islamismo", embora este

público. Pode-se começar por recortar este assunto extremamente vasto propondo-se uma pesquisa sobre o "islamismo fundamentalista no Afeganistão do final do século XX". Neste caso, já temos um recorte espacial (o Afeganistão) e um recorte temporal (final do século XX). Poder-se-ia recortar mais ainda o tema, impondo-lhe um campo problemático inicial como "as restrições à educação feminina no islamismo fundamentalista do Afeganistão do final do século XX". O "problema"* é este "recorte final" – esta questão mais específica que ilumina um tema delimitando-o de maneira singular, e que traz em si uma indagação fundamental a ser percorrida pelo historiador.

Conforme já ressaltamos anteriormente, a historiografia de hoje exige temas problematizados, sobretudo nos meios acadêmicos. Seriam bons temas para a "História-Problema" de a partir do século XX recortes como... "a alteridade entre espanhóis e nativos mesoamericanos nas primeiras décadas da conquista da América", "as restrições à educação feminina no islamismo afegão de fins do século XX", "a dessacralização do poder público durante a Revolução Francesa" (e não simplesmente "A conquista da América", "O islamismo afegão" ou "A Revolução Francesa").

Ainda mais especificamente, pode-se dizer que um "problema de pesquisa" corresponde a uma *questão* ou a uma *dificuldade* que está potencialmente inscrita dentro de um tema já delimitado (resolver esta questão ou esta dificuldade é precisamente a finalidade maior da pesquisa). O "problema" tem geralmente um sentido interrogativo. Retomando-se o tema da "Alteridade na conquista da América", poderíamos dele extrair a seguinte indagação: "O choque cultural foi vivenciado de formas distintas por conquistadores espanhóis e por conquistados meso-americanos? Ou, ainda, "qual a contribuição do choque cultural para a implementação de uma conquista espanhola da Meso-América tão rápida e com um número tão reduzido de homens?"

Dentro do tema do "islamismo afegão", poderíamos por exemplo destacar o seguinte problema em forma de indagação: "quais as funções sociopolíticas que motivaram a restrição à educação feminina no islamismo afegão do final do século XX"? Ou, ainda, "que estratégias de re-

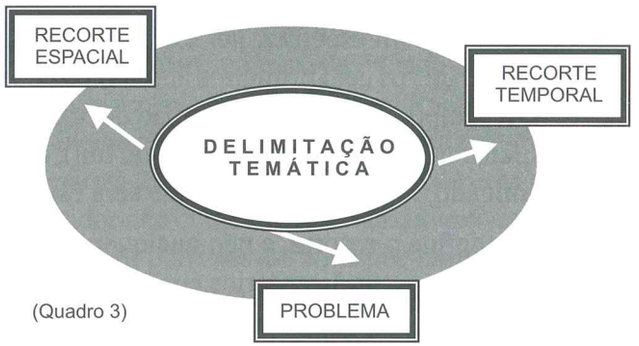
sistência foram desenvolvidas pelas mulheres afegãs diante das restrições à educação impostas pelo islamismo talibã no final do século XX"?

Note-se ainda que um problema não precisa estar necessariamente escrito sob a forma interrogativa. O seu sentido é que precisa ser interrogativo. Assim, se declaro que o meu problema corresponde às "funções sociopolíticas que teriam motivado a restrição à educação feminina no islamismo afegão do final do século XX", já está embutida aí uma indagação, mesmo que eu a apresente camuflada sob uma forma redacional declarativa.

A incorporação de uma problemática é fundamental para a História hoje que se escreve nos meios acadêmicos e no âmbito da prática historiográfica profissional. Qualquer gênero historiográfico – da história das civilizações à biografia – pode ser percorrido a partir de um problema.

O tema, por outro lado, não precisa ser atravessado por um problema único. Ele pode ser perpassado por um "campo de problemas" ou por uma problemática que se desdobra em duas ou três indagações mais específicas. Se proponho, sem uma maior especificação, uma tese sobre "a repressão à educação feminina no islamismo afegão do final do século XX", abro um claro espaço para alguns problemas interligados. Nenhuma repressão é gratuita. Frequentemente ela tem bases políticas, econômicas, imaginárias, religiosas ou consuetudinárias. Assim, uma primeira questão, ou um primeiro problema que se cola a este tema, refere-se precisamente às *motivações sociais* que produziram o fenômeno da repressão à educação feminina no Afeganistão. Por outro lado, nenhuma repressão existe sem gerar alguma forma de resistência. Estudar a repressão à educação feminina é indagar também pelas *formas de resistência* que as mulheres afegãs desenvolveram em relação a esta prática no período considerado. Tem-se aí um segundo problema, que pode ser examinado em contraponto ao primeiro. Outro problema implícito poderia se referir ao caráter processual deste fenômeno. Por que ele eclode no final do século XX? Qual a história deste padrão repressivo?

O tema proposto, como se vê, abre-se não só a um único problema, mas a um campo de problemas que possivelmente apresentam uma interligação a ser decifrada pelo próprio pesquisador.



(Quadro 3)

Sintetizando o que vimos até aqui, pode-se dizer que um tema bem delimitado de pesquisa histórica deve trazer muito claramente a definição de três dimensões fundamentais: o recorte espacial, o recorte temporal e o problema (Quadro 3). Estas três dimensões devem aparecer adequadamente explicitadas no capítulo "Delimitação Temática" do Projeto de Pesquisa (ou, se este capítulo não está previsto, na própria "Introdução" do Projeto). Além de serem dimensões necessárias para delimitar mais adequadamente o tema, produzindo um verdadeiro "recorte temático", são estas dimensões que tornarão a pesquisa efetivamente viável.

Não posso estudar *todos* os países muçulmanos do final do século XX (ausência de recorte espacial mais circunscrito), nem o Afeganistão em *todas* as épocas históricas (ausência de recorte temporal), nem todos os problemas presentes no islamismo afegão do final do século XX (ausência de um problema singularizado). Cada um destes três recortes ou dimensões de recortes (espaço, tempo e problema) significa dar um passo adiante na conquista da viabilidade para a realização da pesquisa histórica proposta. Significa também um passo adiante no processo de vencer a dispersão temática e encontrar uma concentração temática bem definida. Sobre este tripé repousa um tema bem delimitado, pelo menos no que se refere aos domínios da Ciência Histórica e mais especificamente dos textos monográficos de História.

2.5. Recorte espácio-temporal

Uma delimitação adequada do período histórico que será examinado é, naturalmente, questão de primeira ordem para qualquer historiador. A

outro lado, ser gratuita. É inútil escolher, por exemplo, "os dez últimos anos do Brasil Império", ou "os cem primeiros anos do Egito Antigo". A escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositadamente redondo (dez, cem, ou mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada.

É o problema que define o recorte, e não qualquer coisa como uma dezena de anos escolhida a partir de critérios comemorativos. Tampouco tem sentido deixar que uma tese em História mostre-se aprisionada pelos recortes meramente governamentais. Pode ser que um recorte relativo ao "Brasil dos anos JK" não corresponda aos limites exatos do problema que se pretende examinar. O mesmo ocorre com a questão do recorte espacial. Pode ser não tenha sentido para um determinado problema histórico escolhido atrelar o seu espaço a uma determinada unidade estatal administrativa (um país, um estado, uma cidade). Uma proposição temática, conforme veremos, vaza frequentemente as molduras do tempo estatal-institucional ou dos recortes administrativos. Um tema pode muito bem atravessar dois governos politicamente diferenciados, situar-se atravessado entre duas regiões administrativas, insistir em escorregar para fora da quadratura institucional em que o historiador desejaria vê-lo encerrado.

Trata-se no entanto de uma tendência contra a qual é preciso pôr-se alerta. Por vezes, a mentalidade historiadora é levada automaticamente a fazer suas escolhas dentro dos limites governamentais-administrativos, quase que por um vício corporativo. Cedo o historiador de formação acadêmica vê-se habituado a recortar o seu objeto em consonância com imagens congeladas como a do "espaço nacional" ou do "tempo dinástico": o "Portugal durante o reinado de Dom Dinis", a "França de Luís XIV", o "Egito de Ramsés II" – pede-se ao pesquisador um problema que se encaixe dentro de limites como estes. Esta imagem de espaço-tempo duplamente limitada pelos parâmetros nacionais e pela duração de governos – talvez uma herança ou um resíduo de herança da velha História Política que dominava explicitamente o século XIX e que ainda insiste em dominar implicitamente boa parte da produção historiográfica do século XX – estende-se de resto para a História que almeja

É sempre possível, tal como se disse, que o problema a ser investigado requeira um recorte que comece na metade de um governo e se estenda para a primeira metade do governo seguinte, ou que faça mais sentido abarcando dois países do que um único, ou ainda duas regiões pertencentes a dois países distintos. A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas, ou outras. Um grupo humano a ser examinado não estará necessariamente enquadrado dentro dos parâmetros de um Estado-Nação. Um padrão de mentalidade que se modifica pode corresponder a um enquadramento que abranja duas pequenas regiões pertencentes a duas realidades estatais distintas, ou corresponder a uma vasta realidade populacional que atravessa países e etnias distintas, que se interpõe entre duas faixas civilizacionais, e assim por diante.

Fica portanto este alerta. Não adianta partir do pressuposto de que os melhores recortes coincidem necessariamente com um governo, um país, uma cidade – quando muitas vezes o objeto construído desejaria romper de diversas maneiras estas muralhas artificiais que insistem em contê-lo, em aparar suas arestas e ângulos agudos, ou em mantê-lo sólido quando ele se quer fluido.

Questões similares também podem ser encontradas nas teses que tomam por objeto a obra de um determinado autor ou artista. Tem pouco valor como história problematizada a escolha de um recorte como "A obra de Machado de Assis" ou "A produção iconográfica de Jean-Baptiste Debret". Pode-se dar por exemplo que a produção destes autores passe por fases distintas, ou que intercale materiais bem diferenciados do ponto de vista de uma problematização possível. Fazer um levantamento integral da obra de Machado de Assis pode ter sentido em uma tese de literatura. Em História, um recorte que abranja fases heterogêneas só terá sentido se fizer parte do problema verificar como estas fases se relacionam a momentos político-sociais distintos, ou se fizer parte do problema comparar duas fases contrastantes de um autor na sua articulação a singularidades históricas específicas.

Do mesmo modo, a uma tese sobre "a pintura de Debret nos tempos de D. João VI" – muito vaga e dando a impressão de que se toma para objeto

preferir algo mais problematizado, como "a representação da sociedade brasileira nas litografias de Debret (Brasil, 1816-1831)". Ao invés de tomar para objeto toda a obra plástica deste pintor francês, que aqui esteve na primeira metade do século XIX, recortou-se um problema referente à captação dos tipos sociais brasileiros pelo olhar europeu de um pintor-viajante (Debret). Também se evitou o bem-arrumado "recorte político-governamental", associado à chegada e à partida de D. João VI, e permitiu-se que o recorte traspassasse dois períodos diferenciados que se relacionam à fase do Vice-Reino e aos primeiros anos do Império (1816-1831). O problema escolhido, a "representação dos tipos sociais por um pintor francês no Brasil do século XIX", sendo da ordem cultural ou mesmo da esfera da antropologia política, não teria por que prestar contas a uma cronologia institucional ou estatal, típica da história política tradicional.

Pode-se dar também que o mais interessante seja não necessariamente se limitar a Debret, mas sim proporcionar uma comparação das estratégias de "representação social" utilizadas por este pintor francês com as estratégias utilizadas por um seu contemporâneo de origem similar, para verificar a partir daí se existem pontos em comum que habilitem a falar em um "olhar europeu" dos pintores-viajantes sobre o Brasil Colonial ou se, ao contrário, verificam-se experiências inteiramente subjetivas. Deste modo, comparar Debret e Taunay, dois pintores que estiveram no Brasil da época de D. João VI como participantes de uma mesma missão artística, pode-se constituir em um problema histórico tão ou mais interessante do que uma investigação em torno da produção restrita a um só destes pintores[8].

Os exemplos relativos a decisões sobre o recorte de tempo poderiam se estender ao infinito, uma vez que um mesmo tema pode se abrir a inúmeras problematizações possíveis, sendo que cada uma destas problematizações irá conduzir a um recorte ou outro que lhe seja mais adequado. Posto isto, pensar os limites de um recorte em termos de viabilidade para a pesquisa e de adequação ao problema é sempre a postura mais equilibrada.

---

8. Monike Garcia RIBEIRO. *A paisagem artística no Brasil como uma questão estratégica da memória – O olhar de dois pintores da missão artística francesa: Jean Baptiste Debret e Nico-*

A mesma necessidade de problematização historiográfica poderia ser abordada com relação ao "espaço" construído pelo historiador. Deve ser um espaço problematizado, e não um espaço nacional ou comemorativo. Para dar um exemplo clássico, convém lembrar a obra-prima de Fernando Braudel – *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* –, que de resto é também uma obra revolucionária no que concerne ao tratamento do tempo, já que introduz pela primeira vez a questão da articulação de durações distintas no tempo histórico trabalhado pelo pesquisador[9]. A demarcação do objeto de pesquisa nesta obra extraordinária nada deve a critérios nacionais, mas sim à construção historiográfica de uma área "econômico-social-demográfica-cultural", que Braudel chamou de "mundo mediterrâneo"[10].

O objetivo de Fernando Braudel no primeiro volume desta obra foi construir historiograficamente o mundo mediterrâneo do século XVI como uma unidade geo-histórica, embora percorrida por dualidades diversas que se referem às oposições religiosas (cristãos/muçulmanos), aos contrastes geográficos (deserto/mar; montanha/planície), sem falar na multiplicidade de realidades nacionais que se estabelecem sobre este espaço. A este recorte espacial ampliado aplica-se neste primeiro volume o "tempo longo", duração onde se tornam visíveis as permanências, os aspectos estruturais, as mudanças mais lentas que à distância oferecem a impressão de uma história quase imóvel relativamente às interações entre o homem e a natureza. Os três volumes de *O Mediterrâneo* constituem uma verdadeira revolução historiográfica no tratamento simultâneo do tempo e do espaço, e oferecem excelente exemplo das novas possibilidades de recortar o tempo histórico trazidas pela historiografia do século XX.

É verdade que, em se tratando das pesquisas de Mestrado e Doutorado nos dias de hoje – e mais especificamente ainda em nosso país –, não é possível optar por um recorte e por um projeto de pesquisa tão ambicioso como aqueles realizados por Braudel em suas três obras monumentais, todas elas divididas em três volumes ("O Mediterrâneo..."; "A

---

9. Fernando BRAUDEL. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 vol.

Civilização Material do Capitalismo"[11]; "A Identidade da França"[12]). Estas obras consumiram muitos e muitos anos de trabalho. "O Mediterrâneo", por exemplo, requereu duas décadas de envolvimento – já que Braudel opta pelo tema em 1923, elabora as suas grandes linhas até 1939, e aprofunda-as durante o período de seu aprisionamento em um campo de concentração nazista. "A Civilização Material" consome um período de envolvimento que vai de 1952 (data do convite de Lucien Febvre para que Braudel escrevesse um volume sobre a dimensão econômico-material da Europa pré-industrial) até 1979 (data da publicação da trilogia).

Pode-se citar um exemplo mais extremo de tese monumental com a Tese de Pierre Chaunu sobre "Sevilha e o Atlântico", que foi constituída em dez volumes e dos quais os volumes relativos à parte interpretativa possuem mais de três mil páginas. Foi possivelmente a tese mais longa já escrita. Ampla no recorte temporal (um século e meio), vasta no espaço abordado (o Atlântico), extensiva e intensiva na exploração da série documental (toda a documentação produzida pela "Casa de Contratação de Sevilha" entre 1504 e 1650)... esta tese mostra-se por fim pródiga na apresentação final de seus resultados (7 volumes descritivos e três interpretativos). O trabalho de Pierre Chaunu ficará marcado definitivamente como um clássico da historiografia monumental que se tornou possível em meados do século XX[13]. Exemplos como este, contudo, estão obviamente distanciados de nossa realidade mais direta.

---

11. Fernando BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3 vol.

12. Fernando BRAUDEL. *L'identité de la France*. Paris: Flamarion, 1986. 3 vol.

13. Pierre e Huguette CHAUNU. *Séville et l'Atlantique*. Paris: SEVPEN, 1955-1956. Os primeiros seis volumes de "Sevilha e o Atlântico", escritos em colaboração com Huguette Chaunu, correspondem à "Parte Estatística", e são acrescidos de um Atlas ("Construction graphique", vol. 7, 1957). A "Parte Interpretativa", constituída por mais três volumes que foram pelos autores numerados como VIII1, VIII2 e VIII3, corresponde à Tese de Pierre Chaunu propriamente dita. Esta obra inovadora e monumental introduz na historiografia o campo da História Serial, e os sete primeiros volumes correspondem precisamente à montagem desta "série" que reconstitui o tráfico entre Sevilha e a América entre 1504 e 1650. A "Parte Interpretativa" é pioneira ainda ao introduzir na historiografia a oposição conceitual "estrutura/conjuntura". O próprio Fernando Braudel desenvolve comentários críticos à obra de Chaunu em "Para uma História Serial: Sevilha e o Atlântico (1504-1650)" (*Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Uma tese acadêmica, no Brasil, deve ser escrita em torno de dois anos e meio para o caso das pesquisas de Mestrado, e em torno de quatro anos para o caso das pesquisas de Doutorado. Além disto, o pesquisador nem sempre conta com alguma ajuda de custo, e quase sempre precisa exercer diversas atividades profissionais regulares durante a elaboração de seu trabalho. Seu tempo é literalmente dividido, e o pesquisador tem de se render resignadamente a esta constatação. Impõe-se aqui, enfaticamente, o critério da viabilidade, que deve interagir dialeticamente com os interesses do pesquisador e da Instituição. Os projetos mais ambiciosos devem ceder lugar às propostas mais exequíveis, e é preciso neste momento lidar com a perda: abandonar (ou adiar) a utopia do conhecimento que desejaríamos produzir em favor da concretude do conhecimento que pode ser efetivamente produzido. Os recortes, agora menos por razões científicas do que por razões práticas, novamente se impõem...

2.6. Recorte serial e "recorte na fonte"

Outro tipo de recorte possível para os historiadores de hoje é o "recorte serial". Recorta-se o objeto não propriamente em função de uma determinada realidade histórico-social concernente a uma delimitação espácio-temporal preestabelecida, mas mais precisamente em função de uma determinada série de fontes ou de materiais que é constituída precisamente pelo historiador. Este tipo de caminho historiográfico começou a emergir a partir de meados do século XX, tendo como marco a já mencionada obra de Pierre Chaunu sobre *Sevilha e o Atlântico*.

Na chamada "História Serial" o historiador estabelece uma "série", e é esta série que particularmente o interessa. François Furet, em seu *Atelier do Historiador*[14], define a História Serial em termos da constituição do fato histórico em séries homogêneas e comparáveis. Dito de outra forma, trata-se de "serializar" o fato histórico, para medi-lo em sua repetição e variação através de um período que muitas vezes é o da longa duração. Na verdade a duração longa, ou pelo menos a média duração (relativa às conjunturas), foram as que predominaram nos primeiros trabalhos de História Serial – muito voltados nesta primeira época para

---

a História Econômica e para a História Demográfica e combinados com a perspectiva de uma História Quantitativa. Mas, na verdade, pode-se proceder a uma serialização relacionada também a um período relativamente curto, desde que o conjunto documental estabelecido seja suficientemente denso[15].

De certo modo, as possibilidades de tratamento serial permitiram uma sensível ampliação de alternativas em termos de recorte historiográfico, uma vez que as séries singulares a serem construídas por cada historiador já não se enquadrariam nas periodizações tradicionalmente preestabelecidas. Criar uma série é, em certa medida, recriar o tempo – assumi-lo como "tempo construído", e não como "tempo vivido" a ser reconstituído.

Por outro lado, optar pelo caminho serial pressupõe necessariamente escolher ou construir um problema condutor muito específico – problema este que é fator fundamental na constituição da própria série. A História Serial veio assim diretamente ao encontro de uma História-Problema, como as demais modalidades historiográficas que passaram a predominar na historiografia profissional do século XX.

Com relação a este aspecto, e em se tratando de uma série documental homogênea, não teria sentido examinar esta série evasivamente, de modo meramente impressionista. A História Serial constitui-se necessariamente de uma leitura da realidade social através da série que foi construída pelo historiador em função de um certo problema*. Não se trata, assim, de optar inicialmente pelo estudo de uma determinada sociedade para só depois buscar as fontes que permitirão este estudo ou o acesso a esta sociedade, como poderia se dar em outros caminhos historiográficos. O que o historiador serial estuda é precisamente *a série*: este é basicamente o seu recorte e a essência de seu objeto. E pode-se compreender como uma "série" tanto os fatos repetitivos que permitem ser avaliados comparativamente como uma determinada documentação homogênea.

15. Sobre as possibilidades de utilização de técnicas seriais e quantificação para estudos de Micro-História, veja-se Carlo GIZBURG, "O nome e o como: troca desigual e mercado historio-

No primeiro sentido, François Furet fala em termos de uma serialização de fatos históricos que trazem entre si um padrão de repetitividade (fatos históricos que serão obviamente de um novo tipo, não mais se reduzindo aos acontecimentos políticos). No segundo sentido, ao examinar os novos paradigmas historiográficos surgidos no século XX, Michel Foucault assinala que "a história serial define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais ela dispõe"[16]. Isto abre naturalmente um grande leque de novas possibilidades:

> Assim, talvez pela primeira vez, há a possibilidade de analisar como objeto um conjunto de materiais que foram depositados no decorrer dos tempos sob a forma de signos, de traços, de instituições, de práticas, de obras, etc.[17]

Portanto, em que pese que fontes administrativas, estatísticas, testamentárias, policiais e cartoriais se prestem admiravelmente a um trabalho de História Serial, é possível também constituir em série documentação literária, iconográfica, ou mesmo práticas perceptíveis a partir de fontes orais. É mesmo possível constituir séries às quais não se pretenda necessariamente aplicar um tratamento quantitativo propriamente dito, mas sim uma abordagem mais tendente ao qualitativo – interessada ainda em perceber tendências, repetições, variações, padrões recorrentes e em discutir o documento integrado em uma série mais ampla, mas sem tomar como abordagem principal a referência numérica.

Uma das obras de Gilberto Freyre, por exemplo, constitui como série documental para o estudo da Escravidão no Nordeste os anúncios presentes em jornais da época – onde os grandes senhores anunciavam a fuga de escravos fornecendo descrições detalhadas dos mesmos, inclusive sinais corporais que falavam eloquentemente das práticas inerentes à dominação escravocrata[18]. Não é propriamente o escravo que é o seu objeto, mas "o escravo nos anúncios de jornal", como o próprio título indica. Ou seja, busca-se recuperar um discurso sobre o escravo a partir de uma

16. Michel FOUCAULT. "Retornar à História". In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.62-77. p.290.

17. Michel FOUCAULT. "Sobre as maneiras de escrever a História". In *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. p.64.

18. Gilberto FREYRE. *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo:

série que coincide com os periódicos examinados pelo autor; procura-se dentro desta série perceber uma recorrência de padrões de representação, mas também as singularidades e variações, e por trás destes padrões de representação os padrões de relações sociais que os geraram.

Quantitativos ou qualitativos, os caminhos historiográficos marcados pela ultrapassagem do documento isolado passaram a se integrar definitivamente ao repertório de possibilidades disponíveis para o historiador. Interessa-nos dar a perceber aqui que o recorte documental mostra-se como uma outra possibilidade para o historiador delimitar o seu tema. Definido este recorte, surgirá então uma delimitação temporal específica, que será válida para aquele recorte problemático e documental na sua singularidade, e não para outros. Dito de outra forma, em alguns destes casos é uma documentação que impõe um recorte de tempo, a partir dos seus próprios limites e das aberturas metodológicas que ela oferece.

Será bastante buscar uma exemplificação final com o próprio estudo pioneiro de Pierre Chaunu. O recorte de sua tese, estabelecido entre 1504 e 1650, é criado a partir de uma primeira data em que a documentação da "Casa de Contratação de Sevilha" lhe permite uma construção estatística, e extingue-se no marco de uma segunda data quando a documentação já não permite uma avaliação quantitativa dos fatos (precisamente uma data relativa ao momento em que o comércio atlântico deixa de trazer a marca do predomínio espanhol e em que, consequentemente, a documentação de Sevilha se dilui como definidora de uma totalidade atlântica). O recorte documental problematizado, enfim, organizou o tempo do historiador.

O recorte serial é em boa parte dos casos um "recorte na fonte". Mas existem, para além disto, outras possibilidades de recortar o tema de acordo com a fonte. Pode ser que o historiador pretenda examinar uma obra singularizada – ou para identificar o pensamento de um autor, ou para analisar a sua inserção nos limites da época – como se faz muito habitualmente nos campos da História das Ideias e da História Social das Ideias. Pode ser que o interesse seja examinar uma determinada produção cultural, e que uma crônica, um cancioneiro ou uma sequência iconográfica surjam como objetos de interesse de uma História Cultural ou de uma História Social da Cultura. Um mito ou um conjunto de mitos pode se

pologia Histórica. As possibilidades de empreender "recortes na fonte", conforme se vê, são inúmeras.

2.7. Articulando recortes

Retornemos à questão do "recorte temporal". Nem sempre o tempo historiográfico pode ser conduzido linearmente ao longo de uma narrativa, análise ou descrição histórica. Desde Fernando Braudel, coloca-se inclusive a possibilidade de que o historiador estabeleça em seu trabalho uma "dialética de durações". Braudel, tanto no "Mediterrâneo" como na "Civilização Material", articulou três durações distintas em sua análise: a longa duração, a média duração e a curta duração – referindo estas durações às estruturas, conjunturas e aos eventos propriamente ditos. Uma análise desta riquíssima possibilidade de tratamento do tempo historiográfico ultrapassaria certamente as possibilidades da presente obra. Contudo queremos lembrar, a partir deste exemplo e de outras situações, que um determinado objeto de estudo pode requerer um tratamento complexo do tempo, gerando dificuldades adicionais para a explicitação do recorte temporal no Projeto.

Digamos por exemplo que o pesquisador pretende investigar o envolvimento da Igreja com a questão social da terra em um episódio específico da História do Brasil, ou, mais especificamente ainda, em um certo assentamento bem delimitado espacialmente e temporalmente. Pode ser que seja de interesse do pesquisador escrever um grande capítulo contextual que situará o seu episódio mais específico em um processo de duração mais longa, que estaria referido às formas como, no Brasil, os setores mais progressistas da Igreja se integraram aos movimentos sociais dos trabalhadores rurais. Depois, um segundo capítulo estaria mais especificamente voltado para o objeto de estudo: um processo singular, envolvendo um assentamento específico e uma configuração política particular, em torno de atores políticos e grupos sociais especificamente definidos. A título de exemplo, digamos que o período estudado seja, neste caso, uma determinada faixa de tempo contida na fase política da Ditadura Militar.

O contexto do primeiro capítulo, por outro lado, estaria referido a um

História do Brasil, e a sua função seria precisamente a de permitir a inscrição do processo de curta duração marcado pelos acontecimentos políticos em um processo social e institucional de duração mais ampla. Pergunta-se que recorte deverá ser explicitado no Projeto de Pesquisa. O recorte relativo ao tema mais específico? Ou o recorte implicado pela perspectiva mais ampla de longa duração, mesmo que esta esteja ali apenas para permitir uma visualização mais plena do problema a ser examinado?

A princípio, deve-se dizer que é mais lógico apontar como recorte historiográfico da Pesquisa aquele que se refere ao objeto específico, tomado na sua singularidade mais definida. Para o caso exemplificado, seria mais adequado mencionar o recorte que se inscreve no período da Ditadura Militar. É este recorte que deve aparecer no título do Projeto de maneira muito clara.

Isto não impede, por outro lado, que o pesquisador antecipe no Projeto a sua intenção de examinar em um capítulo inicial um contexto bem mais amplo, relacionado a uma duração de ritmo mais longo e a um recorte de maior extensão. Vale explicitar, neste caso, também este recorte – mas apenas no capítulo relativo à "Delimitação Temática" (não teria sentido mencionar este recorte mais amplo no título, pois daria uma falsa ideia de que o trabalho pretende recuperar intensivamente a atuação da Igreja em vários períodos da História do Brasil).

Outro tipo de ambiguidade ocorre quando a documentação examinada inscreve-se em uma determinada faixa de tempo, mas refere-se a acontecimentos inscritos em uma *outra* faixa de tempo. Pretende-se estudar a Revolução de Avis (1383-1384) a partir da *Crônica de Dom João I* do cronista português Fernão López (c.1378-c.1460), que a escreveu algumas décadas depois dos eventos que se propôs a narrar[19]. Que recorte explicitar no Projeto de Pesquisa? O das fontes, ou o dos eventos? A resposta a esta pergunta estará, como sempre, no "problema" a ser abordado. Pretende-se estudar a Revolução de Avis propriamente dita, como processo político, ou pretende-se estudar um discurso posterior que se estabeleceu sobre a Revolução de Avis? Em outras palavras, o objetivo

19. Fernão LÓPEZ. *Crônica de el-Rei D. João*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda,

é estudar um movimento social em si mesmo, a recepção deste movimento social ou a representação deste movimento social? Se for o caso, é preciso reconhecer que será mais adequado situar o recorte temporal em relação às fontes (ou à época de Fernão López). Se, por outro lado, declaro como objeto de estudo os próprios acontecimentos que ficaram conhecidos como "Revolução de Avis", então o recorte temporal deverá se referir aos limites cronológicos deste processo.

O mesmo raciocínio pode ser estendido a inúmeros outros objetos: pretendo investigar a *Guerra do Peloponeso*, ou a visão que o historiador Tucídides (460-400 a.C.) desenvolveu a respeito desta guerra?[20] Meu objetivo é reconstruir através da História Oral os horrores dos campos de concentração nazistas, ou decifrar a memória dos horrores nazistas que foi construída de forma complexa pelas vítimas que irei entrevistar? Em um caso e outro, estarei predominantemente tomando as fontes como testemunhos ou como discursos? A Guerra, o impacto da Guerra sobre os seus contemporâneos, a representação da Guerra, os discursos sobre a Guerra... como recortar meu objeto por dentro do objeto? E como deixar mais claras para o meu leitor estas complexidades?

Casos como estes podem exigir que se explicite já no capítulo "Delimitação Temática" tanto o recorte das fontes examinadas como o recorte relativo ao período a que se referem as fontes. Em qualquer caso, o pesquisador deve se guiar pelo bom senso. Não existe uma regra a ser seguida. O que é fundamental, em última instância, é que o historiador tenha bem claro para si qual é o seu verdadeiro objeto, e também se o seu objeto é de uma natureza complexa que mereça ser melhor explicada. Desta reflexão sincera dependerá a articulação de recortes a ser trabalhada na Pesquisa, com a consequente explicitação prévia no Projeto que a ela se refere.

20. A Guerra do Peloponeso foi um conflito de duração relativamente longa entre atenienses e espartanos (431 e 404 a.C.). Exilado de Atenas a partir de 424 a.C., por ter falhado em uma missão militar, o historiador ateniense escreveu a sua obra no exílio (TUCÍDIDES. *História da Guerra*

3
Revisão Bibliográfica

3.1. Por que elaborar uma Revisão Bibliográfica?

Muitos autores abrem nos seus projetos um capítulo especial para a "Revisão Bibliográfica". Outros incluem esta revisão no capítulo "Quadro Teórico". Há ainda quem inicie o seu Projeto com uma Introdução que apresenta uma espécie de revisão da bibliografia existente para depois justificar o seu Projeto em termos do preenchimento de uma lacuna qualquer evidenciada por esta revisão da bibliografia existente sobre o tema.

Na verdade, como temos insistido em ressaltar, existem muitas alternativas formais possíveis a um Projeto de Pesquisa. A realização de uma Revisão Bibliográfica dentro deste Projeto pode ocorrer de muitas maneiras – o importante é que ela *efetivamente se realize*. Isto por algumas razões que devem ficar bem compreendidas. Ninguém inicia uma reflexão científica ou acadêmica a partir do ponto zero. O mais comum é iniciar qualquer trabalho ou esforço de reflexão científica a partir de conquistas ou questionamentos que já foram levantados em trabalhos anteriores. Mesmo que para criticá-los.

Partir do pressuposto de que você foi o primeiro e único que se propôs a iniciar uma caminhada de reflexão através de determinado tema seria ou prepotência ou ingenuidade. De fato, sempre que um pesquisador estiver definindo um tema, deve procurar realizar um levantamento exploratório da bibliografia já existente. Pode até se dar que o seu recorte temático seja efetivamente original ou em certa medida pioneiro, mas sempre existirão recortes aproximados percorridos por autores anteriores que merecerão ser considerados para um posicionamento perante o problema.

Neste sentido, a ideia de uma Revisão Bibliográfica é enunciar alguns dos "interlocutores" com os quais você travará o seu diálogo histo-

riográfico e científico. Estes interlocutores constituirão parte da riqueza de seu trabalho, e não convém negligenciá-los.

Por outro lado, proceder a uma cuidadosa revisão da literatura já existente é evitar o constrangimento de repetir sem querer propostas já realizadas ou de acrescentar muito pouco ao conhecimento científico. A revisão da literatura já existente sobre determinado assunto poderá contribuir precisamente para apontar lacunas que o pesquisador poderá percorrer de maneira inovadora, além de funcionar como fonte de inspiração para o delineamento de um recorte temático original. Ao se elaborar esta revisão da literatura a partir de um espírito crítico poderão surgir ainda retificações, contestações, recolocações do problema. A Revisão Bibliográfica, enfim, contribui para aperfeiçoar uma proposta temática inicial.

3.2. Que livros incluir na Revisão Bibliográfica?

A tarefa da Revisão Bibliográfica não é *listar* todos os livros que forem importantes para o seu tema (isto poderá ser feito no final do Projeto de Pesquisa, em um item chamado "Bibliografia" ou "Referências Bibliográficas"). O que se pede na Revisão Bibliográfica são *comentários críticos* sobre alguns itens da bibliografia existente que você considera particularmente importantes, seja para neles se apoiar, seja para criticá-los.

Também não é possível comentar *todos* os livros que serão importantes para o seu trabalho, uma vez que isto consumiria muitas e muitas páginas do seu texto, produzindo com isto uma dispersão em relação aos verdadeiros objetivos de síntese que devem pontuar um Projeto de Pesquisa. As obras a serem discutidas na Revisão Bibliográfica devem ser reduzidas prudentemente às mais valiosas para a investigação e para a colocação do problema. Em última instância, trata-se apenas de pontuar o seu posicionamento em relação ao atual estado da questão a ser estudada, além de mostrar que você está perfeitamente a par da bibliografia já existente.

Neste sentido, vale lembrar que, ao mostrar em seu Projeto uma revisão bibliográfica satisfatória, o pesquisador estará apresentando uma espécie de "cartão de visitas" pronto a atestar simultaneamente a seriedade de seu trabalho e um nível adequado de conhecimento para o tipo

Na Revisão Bibliográfica devem aparecer tanto obras que apoiem o caminho proposto pelo pesquisador, funcionando como uma base a partir da qual ele se erguerá para enxergar mais longe, como também obras às quais o pesquisador pretende se contrapor. Pode-se dizer que, com a elaboração da Revisão Bibliográfica, o pesquisador busca apoios e contrastes. Note-se, ainda, que é possível haver concordância com algumas das proposições de uma obra e discordância em relação a outras proposições desta mesma obra. A Revisão Bibliográfica, em última instância, é um exercício de crítica. Através dela, o autor busca seus interlocutores.

A escolha de obras que deverão figurar em uma Revisão Bibliográfica acerca de determinado tema é desde já uma questão de bom senso. Se convém mencionar obras que já se tornaram clássicas, é importante também mencionar obras novas e atualizadas. Este último particular irá atestar, adicionalmente, que o pesquisador está perfeitamente a par dos últimos trabalhos que foram produzidos em torno da sua temática. Mostrar uma atualização em relação à literatura pertinente ao seu objeto é, além de uma obrigação, uma necessidade vital para o pesquisador que ambiciona produzir um trabalho sério.

Um tipo de texto publicado que não deve ser esquecido na Revisão Bibliográfica (e também na listagem bibliográfica ao final do Projeto) são os artigos de periódicos especializados. Entende-se por "periódicos" as publicações que reaparecem após certo lapso de tempo[21]. Normalmente estas publicações ocorrem a intervalos regulares. Neste sentido, e também conforme o conteúdo por elas encaminhado, existem diversos tipos de periódicos, desde os "magazines" até os jornais da imprensa diária[22]. Mas os tipos de periódicos que interessam mais particularmente a um pesquisador ou estudioso de qualquer área são as "revistas especializadas", os "jornais" também especializados, e ainda os boletins de instituições de pesquisa e anais de congressos que ocorrem regularmente.

21. Miriam Lifchitz Moreira LEITE. "O Periódico: variedade e transformação". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, 28: 137-151, 1977. p.78.

22. O "Magazine", por exemplo, é uma alternativa de revista que traz uma ênfase nas fotos e ilustrações, e que abre espaço para a publicidade de bens de consumo. Neste sentido, potencializa as características comerciais do gênero "revista" (Ana Luíza MARTINS. *Revistas em Revista*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.42). Já o "jornal" comum é uma publicação cujo principal objetivo é informar, embora também contenha espaço para os classificados e, em algumas colunas

De um modo geral, pode ser feita uma distinção fundamental entre os dois principais gêneros de periódicos (o "jornal" e a "revista"). "O jornal, de informação mais imediata, teria se encaminhado historicamente para a veiculação diária; já a revista, de elaboração mais cuidada e aprofundando temas, teria se encaminhado para a periodização semanal, quinzenal, mensal, trimestral ou semestral, por vezes anual"[23]. Mas é verdade que, em se tratando de "jornais especializados", esta distinção em termos de periodicidade de publicação ou de aprofundamento de conteúdo tende a se diluir, uma vez que existem jornais especializados que têm periodicidade semanal e mesmo mensal, e que há outros, sobretudo nos meios acadêmicos e eruditos, que apresentam tanta profundidade de conteúdo nos seus artigos como as revistas especializadas de sua área.

Nestes casos, o que vai distinguir um jornal de uma revista é mais uma questão de formato editorial ou de suporte de publicação. O jornal, assumindo um formato em cadernos com uma diagramação em colunas, e preferindo um tipo de papel menos sofisticado, tende a ser mais rapidamente descartável do que a revista (mas este não é certamente o caso dos jornais especializados de tipo acadêmico, que contêm artigos que os pesquisadores costumam guardar). A "revista", editada em modelo de encadernação similar ao do livro e produzida em papel de qualidade, costuma ser conservada por mais tempo (e certamente por muito mais tempo nos casos das revistas especializadas de conteúdo acadêmico)[24].

Para o caso de estudos eruditos, e particularmente no caso de uma Revisão Bibliográfica direcionada a trabalhos acadêmicos, o que interessa são os periódicos especializados (sejam jornais ou revistas) de conteúdo mais direcionado para o estudo acadêmico ou erudito. Existem,

23. Ana Luíza MARTINS. p.40.

24. Vale considerar ainda a definição de Clara ROCHA: "Uma revista é uma publicação que, como o nome sugere, passa em revista diversos assuntos, o que [...] permite um tipo de leitura fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva" (Clara ROCHA. *Revistas Literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p.33. Citada por Ana Luíza Martins, *op cit*.

para o caso da História e das Ciências Sociais, diversas revistas especializadas em historiografia, sociologia, antropologia, filosofia, e tantas outras disciplinas afins.

Entre as revistas historiográficas internacionalmente famosas está a chamada "Revista dos Annales" – que tem reunido textos de historiadores franceses desde a época de Marc Bloch e Lucien Febvre até os dias de hoje – a "Past and Present" dos historiadores ingleses, e também os "Quaderni Storici", que têm se constituído em um espaço privilegiado para os artigos dos micro-historiadores italianos. Como se vê, não raro ocorre que uma determinada revista seja o órgão de comunicação de um grupo de autores e pesquisadores com características em comum, como foi o caso da "Revista de Pesquisa Social", que a partir dos anos 1930 foi o veículo da famosa Escola de Frankfurt*. Pode-se dar também que a revista seja uma publicação institucional, ligada a uma Universidade ou a um Instituto de Pesquisa, neste caso abarcando no seu interior tendências as mais diversas. No Brasil, apenas para dar alguns exemplos, temos a revista *Tempo e História* (UFF), a *Revista USP* (USP, São Paulo), a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), a *Revista Brasileira de História* (ANPUH, São Paulo), a *História Social* (UNICAMP), entre outras excelentes publicações especializadas.

Naturalmente que, em uma Revisão Bibliográfica, o que o autor de um projeto vai citar e comentar não são as revistas e jornais especializados propriamente ditos. O que ele vai registrar criticamente são os artigos específicos dentro destas revistas que interessam particularmente ao seu tema, que neste caso deverão ser selecionados com critério e pertinência.

Vale ainda lembrar que, em diversas ocasiões, os artigos importantes de um certo autor que foram publicados nas revistas especializadas mais reconhecidas acabam por ser editados posteriormente em coletânea, vindo a se constituir em livro. O que importa, naturalmente, não é o tipo de suporte, mas o conteúdo (o mesmo artigo pode aparecer em revistas e em livros). Mas é claro que há um lapso de tempo entre a data da publicação original de um artigo na revista especializada e a sua posterior incorporação a uma coletânea em livro. Para o caso das discussões mais recentes, o pesquisador não poderá esperar obviamente

A presença de periódicos, incluindo os mais recentes, é importante porque indica que o pesquisador está alerta para as questões que estão sendo discutidas na sua área e em torno da sua temática. Embora uma bibliografia alicerçada em bons livros seja fundamental, é preciso também estar atento para o fato de que as grandes polêmicas do momento e as últimas descobertas não chegam aos livros com a mesma velocidade com que chegam aos periódicos especializados, cuja função principal é precisamente a de dar uma continuidade a um processo de atualização mais imediato do conhecimento, ou "passar em revista" todo um saber que está sendo construído em determinado campo disciplinar.

Em síntese, as razões para o caráter imprescindível da consulta de periódicos durante a elaboração de uma revista são bastante evidentes. Em primeiro lugar, conforme já foi ressaltado, um bom livro custa a ser elaborado por um autor consciente, não contando com a mesma rapidez com que são produzidos os artigos em revistas e jornais. Além disto, quando o livro torna-se um clássico na sua área, ou uma obra de reconhecido valor, é verdade que ele se beneficiará provavelmente de sucessivas edições, tendo se tornado uma espécie de patrimônio da comunidade científica. Mas por outro lado este conhecimento terá os seus limites de conteúdo associados à data da primeira edição da obra, a não ser que o autor se empenhe em reescrever edições atualizadas – o que nem sempre será possível face ao jogo do mercado editorial e face à própria carga de atribuições do autor que, provavelmente, também estará ocupado em produzir obras inteiramente novas.

A rede de artigos produzidos em periódicos, ao contrário disto, representa uma atualização de conhecimento permanente e a intervalos bem mais curtos. Em uma rede de artigos produzidos sobre determinada temática podemos captar precisamente o debate que se estabelece entre os vários autores, pois frequentemente os artigos inseridos nos periódicos especializados possuem um alto teor de crítica em relação às obras já consolidadas e também em relação aos outros artigos que vão sendo produzidos. Manter-se a par dos debates que se inserem nos periódicos é manter-se inserido em um intercâmbio dinâmico de ideias.

Vale a pena também dispensar uma atenção aos periódicos já antigos, pois eles trazem um retrato das grandes polêmicas que foram esta-

para serem mais desenvolvidas. Recuperar uma rede de artigos especializados é recuperar a dinâmica vital de uma elaboração teórica, de uma contínua reapropriação de descobertas empíricas, e é tomar consciência dos próprios "lugares de produção" que organizaram primordialmente estas elaborações teóricas e reapropriações empíricas.

Apenas para trazer um exemplo, o desenvolvimento do conceito de "modo de produção escravista colonial", tão importante para aprofundar uma reflexão crítica sobre o sistema escravista no Brasil, beneficiou-se de acurado debate durante a década de 1980 nos congressos de História e em algumas das mais significativas revistas historiográficas brasileiras. Assim, o número XIII da revista *Estudos Econômicos*, publicada em São Paulo no ano de 1983, conta com artigos de alguns dos principais formuladores deste conceito e de seus críticos[25] (entre outros, os artigos de Jacob Gorender, Ciro Cardoso e Roberto Borges Martins). É verdade que, posteriormente, surgiram livros que resumem esta polêmica e sumariam as várias perspectivas em torno daquela discussão teórica. O livro *Escravidão e Abolição no Brasil*, organizado por Ciro Flamarion Cardoso, é um exemplo, particularmente o balanço crítico realizado no capítulo I[26]. Mas nada como recuperar a própria dinâmica deste debate, reconstituindo a sua intertextualidade.

Por todas as razões antes indicadas, os periódicos especializados representam uma discussão de ponta que não pode ser negligenciada pelo pesquisador. Com relação à seleção do que comentar criticamente em termos de periódicos, vale o que já foi dito sobre os livros: não é possível comentar criticamente, ou mesmo mencionar *todos* em uma "Revisão Bibliográfica" de Projeto de Pesquisa. Haverá um espaço, no capítulo do Projeto referente à listagem bibliográfica, para o registro de todos os artigos importantes. Mas aqui se trata apenas de integrar criticamente alguns itens indispensáveis para situar o estado atual da questão que será

---

25. Ciro Flamarion CARDOSO. "Escravismo e Dinâmica da população escrava nas Américas"; Jacob GORENDER. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial"; Roberto Borges MARTINS. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora". In *Estudos Econômicos*, XIII, n° 1, 1983. p.45-46, 7-39 e 181-209.

26. Ciro F. CARDOSO. "Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil". In *Escravidão*

examinada. Comenta-se aquilo que é fundamental para o trabalho, seja como apoio ou como contraste.

Para além dos periódicos, outro setor de ponta em termos de conhecimento atualizado é constituído pelas dissertações e teses. Muitas delas não foram publicadas, ou então encontraram edição mais resumida depois de sua defesa, mas certamente todas poderão ser buscadas nas bibliotecas das suas universidades de origem. Estabelecer um diálogo com as teses que se desenvolveram em torno de temáticas afins com o trabalho que se pretende realizar é não apenas trazer novos elementos para o debate, mas potencializar a intertextualidade que será construída pelo pesquisador com a incorporação das "revisões bibliográficas" que cada uma destas teses já traz consigo. É, acima de tudo, inscrever o trabalho em uma teia que se atualiza ininterruptamente.

3.3. Como organizar a Revisão Bibliográfica?

Com relação ao modo de organizar uma Revisão Bibliográfica de maneira a assegurar coerência e lógica, pode-se subdividi-la em itens relativos aos aspectos ou tipos de obras comentadas. Esta subdivisão em itens, por outro lado, pode ser apenas implícita – isto é, não pontuada necessariamente por subtítulos –, correspondendo a uma sequência lógica de blocos de parágrafos conforme os assuntos que vão sendo discutidos.

Digamos, por exemplo, que o tema de investigação refere-se à "Repressão à Educação Feminina no Islamismo Afegão do final do século XX". De um tema como este já se destacam automaticamente algumas coordenadas que podem suscitar sucessivos itens para uma revisão bibliográfica. Posso começar discutindo obras que abordaram aspectos relacionados à "repressão à educação feminina" de uma maneira geral. Em seguida, posso discutir a produção científica que já existe sobre o "islamismo no século XX", para depois apresentar criticamente obras sobre o Afeganistão de suas últimas décadas. Finalmente, unindo os vários feixes antes propostos, poderei discutir as obras eventualmente existentes sobre Repressão à Educação Feminina no Islamismo Afegão. Caso não existam obras com esta especificidade, valerá apontar aí uma lacuna, que será precisamente preenchida pela Pesquisa proposta.

Naturalmente que a organização acima proposta é apenas uma das muitas alternativas que seriam possíveis para uma Revisão Bibliográfica relacionada ao tema proposto. Seria possível começar com as obras já existentes sobre o Afeganistão, partir daí para discutir a literatura já existente sobre a experiência islâmica neste país, enfocar em seguida a radicalização fundamentalista que culminou com o governo talibã, para finalmente examinar os seus efeitos sobre a educação das mulheres afegãs.

Conforme se pode ver, não existe uma única maneira correta de apresentar a bibliografia já existente sobre determinado tema – uma vez que todo tema incorpora habitualmente várias coordenadas que poderão ser discutidas na ordem que o pesquisador escolher, e com ênfases diferenciadas conforme a orientação que pretende imprimir à Pesquisa. Pode ser que ele dê menor ou maior importância a determinada coordenada, concedendo-lhe menos ou mais espaço de discussão na sua Revisão Bibliográfica. Isto sempre será uma decisão do autor. Rigorosamente, os caminhos percorridos para a realização de uma revisão crítica da literatura existente são escolhas do pesquisador, bem como a sua dosagem. O importante é que ele sinta que a literatura relacionada ao seu tema foi discutida nos seus principais aspectos.

Pode-se optar ainda por outras formas de organização da Revisão Bibliográfica que não sejam necessariamente aquelas que ordenam por assuntos ou subtemáticas, conforme foi explicitado acima. É possível, por exemplo, construir um balanço historiado de uma questão, mostrando como ela vem sendo tratada a partir de momentos anteriores da historiografia ou da literatura existente até chegar ao presente do próprio pesquisador, quando então ele irá comentar as polêmicas mais atuais. Esta alternativa pelo balanço do desenvolvimento histórico da questão tem a vantagem de mostrar que as teorias e polêmicas atuais são resultados de teorias e polêmicas anteriores, com as quais estão em relação de desenvolvimento ou de ruptura.

É possível ainda juntar as duas alternativas antes citadas ("organização por subtemáticas" e "balanço historiado da questão"). Procede-se neste caso a uma divisão mais ampla por subtemáticas, agrupando livros e artigos afins nos vários conjuntos separados de parágrafos (pode ser oportuno separar entre si estes blocos de comentários através de sinais

questão sob a forma de balanço historiado, comentando itens mais antigos antes dos mais recentes e revelando aí um processo de continuidades e rupturas.

Por exemplo, retomando o exemplo anterior sobre "a repressão à educação feminina no islamismo afegão do final do século XX", posso dedicar um bloco de parágrafos para discutir obras que têm abordado a "repressão à educação feminina" de uma maneira geral, e um outro para discutir obras sobre o "Islamismo no século XX". Mas dentro de cada um destes blocos posso estabelecer uma discussão historiada, comentando inicialmente as obras e perspectivas mais antigas até chegar às obras e perspectivas mais recentes.

Existem ainda muitas outras formas de dar uma organização lógica e coerente à Revisão Bibliográfica. Agrupamento por "âmbitos teóricos" (primeiro comentar as obras marxistas que trataram a questão, depois as estruturalistas, e assim por diante); "agrupamentos por afinidade no tratamento do tema" (independente da filiação teórica); ou mesmo estabelecer uma divisão por gêneros bibliográficos, primeiro mencionando os livros propriamente ditos e depois os periódicos. Estas e muitas outras maneiras de organizar a "Revisão Bibliográfica" são igualmente válidas. O que importa é estabelecer um padrão de organização interna, e não simplesmente ir registrando comentários sobre livros diversos à medida que eles aparecem na cabeça do autor.

3.4. Distinção entre Bibliografia e Fontes

Compreendidas as alternativas de organização para este capítulo, é preciso ainda chamar atenção para uma confusão que frequentemente aparece na "Revisão Bibliográfica" de alguns projetos de História. Deve-se ter sempre em mente a distinção entre "fontes" e "bibliografia" propriamente dita.

A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma destas duas funções: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e in-

mesma... é o próprio fato histórico. Vale dizer, neste último caso considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado. Neste sentido, a fonte pode ser vista como "testemunho" de uma época e como "discurso" de uma época.

Há algum tempo atrás, chamavam-se as fontes de época das quais os historiadores se utilizavam de "fontes primárias" ou de "fontes de primeira mão". Hoje se assinala a tendência a utilizar simplesmente a denominação "fonte" para a documentação histórica de todos os tipos. Também é ocasionalmente empregada a expressão "documento histórico", que hoje em dia é praticamente um sinônimo de "fonte histórica" – embora os historiadores estejam preferindo utilizar cada vez mais no lugar de "documento" a expressão "fonte" que, além de ser uma expressão mais abrangente, é menos associável às práticas historiográficas do passado ("documento" tomado exclusivamente como uma espécie de "prova" ou "testemunho do que aconteceu", à maneira positivista)[27].

De modo bem distinto, a "bibliografia" propriamente dita constitui o conjunto daquelas outras obras com as quais dialogamos, seja para nelas nos apoiarmos ou para nelas buscarmos contrastes. Não são obras que funcionam como material direto para o estudo do tema. São obras escritas por outros autores que refletiram sobre o mesmo tema que tomamos para estudo, ou que contêm desenvolvimentos teóricos importantes para o nosso trabalho.

É este tipo de bibliografia que discutimos no capítulo relativo à "Revisão Bibliográfica". Trata-se, como dissemos até aqui, de estabelecer um diálogo com outros autores, de comparar os seus pontos de vista com os nossos para buscar apoios e contrastes, de respaldar algumas opiniões que não queremos emitir sozinhos, de reaproveitar as ideias destes autores no contexto de nosso trabalho para torná-lo mais rico, mais plural, interconectado com a comunidade científica da qual fazemos parte. Se o lugar para a indicação deste diálogo com a "literatura" existente é a "Revisão Bibliográfica", já as "fontes" não devem ser descritas ou avaliadas

27. Sem falar ainda que a palavra "documento", de origem jurídica, parece remeter apenas a um certo tipo de documentação escrita, em detrimento da enorme variedade de fontes que hoje são

neste mesmo capítulo do Projeto. Para elas deve ser reservado um capítulo especial, ou então incorporar a sua descrição e avaliação ao capítulo relativo à "Metodologia" (em muitos projetos este capítulo recebe a designação de "Fontes e Metodologia"). Deixaremos para falar nos aspectos relativos à constituição do *corpus documental* (conjunto de fontes), e à sua integração ao Projeto de Pesquisa, no momento oportuno.

O mesmo que foi observado em relação à distinção entre bibliografia e fontes deve ser observado com relação à distinção entre *periódicos* utilizados como "bibliografia" e periódicos utilizados como "fontes". Valem alguns esclarecimentos.

Entre os diversos tipos de documentação à disposição do historiador para construir a sua análise historiográfica pode se dar que – dependendo do objeto de estudo – as revistas, jornais, magazines e outros tipos de periódicos constituam precisamente fontes privilegiadas para que este historiador se aproxime de uma época ou de uma situação histórica.

De fato, o historiador pode lançar mão dos periódicos para compreender uma sociedade "através de registro múltiplo: do textual ao iconográfico; do extratextual – reclame ou propaganda – à segmentação; do perfil de seus proprietários àquele de seus consumidores"[28]. O mais banal magazine, e talvez exatamente por causa desta banalidade, constituir-se-á para ele em uma fonte privilegiada para perceber a vida cotidiana, os padrões de consumo, o vocabulário de uma sociedade, os seus modos de pensamento, sensibilidade e representação.

No outro extremo, a própria "revista especializada" pode vir a se constituir em excelente fonte para compreender um setor social que se relaciona a este tipo de publicação e de leitura. Uma tese sobre "o pensamento historiográfico brasileiro na segunda metade do século XIX" terá como fontes obrigatórias a *Revista do IHGB*. Atente-se porém para o fato de que, neste caso, estarei utilizando o periódico como fonte, e não como bibliografia de apoio.

Se pretendo compreender o pensamento dos historiadores que no século XIX se filiavam ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estarei examinando as revistas desta época como fontes para analisar o discur-

so historiográfico de então, a posição política de seus enunciadores, os seus comprometimentos políticos, e assim por diante. Pode se dar, porém, que eu utilize nesta mesma tese textos de historiadores atuais que foram publicados na revista do IHGB, mas agora para estabelecer um diálogo historiográfico com estes autores, meus contemporâneos, em torno de meu objeto de estudo. Neste caso, já se trata de utilizar o periódico como bibliografia de apoio. Enquanto na primeira situação tratava-se de examinar o pensamento da época para compreender a sociedade que o produziu, já na segunda situação lanço mão de textos atuais para enriquecer uma discussão bibliográfica sobre uma sociedade do século XIX. Em outras palavras, neste último caso estarei empregando os artigos dos periódicos como textos com os quais concordo ou dos quais discordo.

Em vista do que foi visto até aqui, é fácil entender que no capítulo Revisão Bibliográfica de uma tese sobre a historiografia oitocentista só deverão ser mencionados os textos que se enquadram nesta última situação (textos atuais que discutem a historiografia do século XIX). Quanto aos próprios textos do século XIX que foram publicados pela *RIHGB*, estes deverão ser relacionados no capítulo "Fontes e Metodologia" de um Projeto, pois se referem às fontes primárias que serão trabalhadas pelo historiador e sobre as quais se farão incidir metodologias específicas de análise.

4
JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

4.1. Justificativa

Algumas vezes, o pesquisador que elabora um Projeto de Pesquisa confunde inadvertidamente os elementos que deveriam figurar no capítulo "Justificativa" com aspectos do capítulo "Objetivos". Mas existe uma diferença bastante significativa entre a expressão "por que fazer", que se refere ao capítulo "Justificativa", e a expressão "para que fazer", que se refere ao capítulo "Objetivos". "Por que fazer" (ou a "Justificativa") refere-se às motivações que o conduziram a propor a Pesquisa, e às razões que sustentam a sua persistência em realizá-la. "Para que fazer" (ou "Objetivos") corresponde às finalidades que você pretenderá ter atingido quando a pesquisa tiver sido realizada. O que separa "Por que fazer" de "Para que fazer" (ou "Justificativa" de "Objetivos") é algo da mesma ordem daquilo que separa "motivações" e "intenções". Posto isto, é claro que ao propor objetivos interessantes e relevantes você já estará, de um modo ou outro, ajudando a esclarecer a importância da sua Pesquisa, o que produz em última instância uma interação efetiva entre estes dois capítulos do Projeto.

Outra confusão frequente é entre o conteúdo da "Delimitação do Tema" e o da "Justificativa". Como estes capítulos sucedem-se na ordem habitual de um Projeto de Pesquisa, muitos acabam por se utilizar equivocadamente do capítulo "Justificativa" para continuar a descrever o tema e a explicitar o recorte temático. O objeto da pesquisa, na verdade, deve ser mais adequadamente discutido no seu lugar apropriado, e não neste capítulo que tem uma função muito específica no Projeto, conforme se verá a seguir.

Justificar um Projeto é convencer os seus leitores da sua importân-

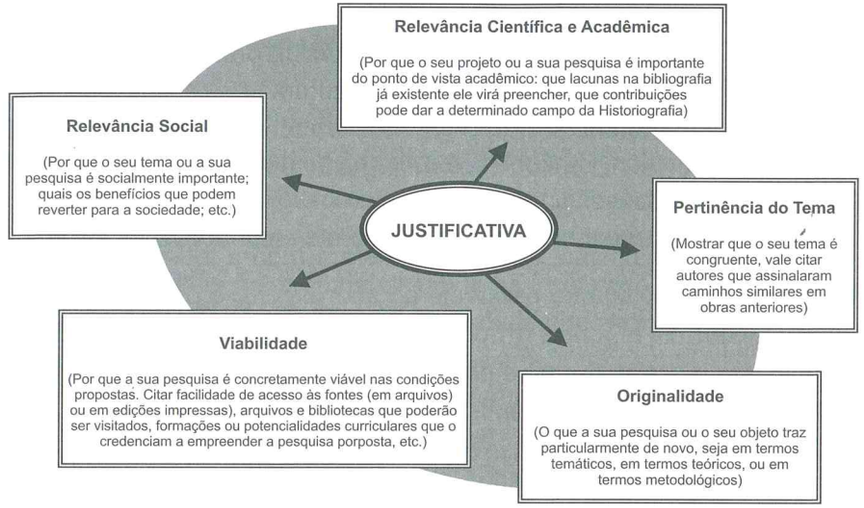
ção, da pertinência do tema proposto. Pode-se investir, ainda, no convencimento dos leitores com relação ao fato de que você é o pesquisador ideal para realizar tal Pesquisa, já que possui certas experiências e níveis formativos. Vale a pena, por fim, mostrar neste capítulo a originalidade do Tema, inclusive apontando lacunas que foram ou serão evidenciadas pela Revisão Bibliográfica e indicando-as como uma justificativa adicional para o Projeto.

O Quadro 4 sintetiza alguns dos campos que podem aparecer no capítulo "Justificativa". Também aqui o capítulo pode ser organizado por subitens explicitados no texto (relevância social, relevância acadêmica, originalidade, viabilidade, etc.). Ou, de outro modo, estes aspectos podem apenas conduzir a organização dos parágrafos deste capítulo do Projeto, mas sem se optar pela pontuação de títulos subdividindo o texto. Também não existe uma ordem melhor do que as outras. Começaremos, a título de exemplificação, com o aspecto da relevância social.

Ao abordar atrás as questões relativas à escolha do tema, vimos que a relevância social e a importância acadêmica de um tema trazem sempre consigo uma dimensão de relatividade. Um tema é considerado socialmente relevante a partir dos olhares ancorados em um lugar e em uma época. E é considerado academicamente relevante a partir das práticas de uma determinada comunidade historiadora, ou mesmo de algumas tendências da Instituição visada. Deste modo, interferem decisivamente no "reconhecimento de relevância" tanto a sociedade inscrita em um determinado tempo e circunstâncias, como a realidade acadêmica ou profissional que se ergue em torno do historiador. De uma Instituição a outra, por exemplo, margens de aceitação ou rejeição de um tema ou de uma linha interpretativa podem mudar. E um tema que esteve na moda há dois ou três anos atrás pode hoje sofrer resistências, para retornar no futuro ao time dos mais relevantes.

Como o capítulo "Justificativa" de um Projeto tem a função de convencer o leitor da importância e até necessidade de realização da Pesquisa, convém ao proponente de um Projeto de História desenvolver para si mesmo uma reflexão sincera sobre os limites sociais e acadêmicos que ele e seu tema deverão enfrentar. A arte de convencer reside, de certa forma, nesta capacidade de se colocar no lugar do outro, de enxergar o

Quadro 4: *Itens para o capítulo Justificativa de um Projeto*



mundo através dos olhos do outro para, a partir daí, perceber que argumentos melhor abrirão caminhos para uma aceitação da proposta que se quer fazer passar. Escolhido um tema cuja relevância seja de algum modo sustentável em vista dos leitores visados, o autor do Projeto deve no capítulo "Justificativa" reunir argumentos a favor de seu tema.

Justificar um tema é antes de tudo assinalar as suas conexões. Pode-se conectá-lo com outras pesquisas, com os avanços recentes do campo de saber em referência, com a bibliografia já consolidada, com as necessidades de preencher lacunas de conhecimento, com as possibilidades efetivas de levá-lo adiante (viabilidade)... e, acima de tudo, mostrar as suas conexões sociais. A importância de um tema a ser trabalhado cresce sensivelmente à medida que conseguimos ligá-lo ao mundo externo, pois ele deixa de ser mero diletantismo ou exercício de erudição para se tornar uma necessidade, algo que precisa ser feito.

Pode-se começar por mostrar como a Pesquisa proposta trará um benefício efetivo para a sociedade. São comuns as argumentações de que tal ou qual tema favorecerá a elaboração de uma maior conscientização social acerca de determinado problema de importância reconhecida. Estudar o nazismo – este acontecimento tão traumático para a história mun-

ainda não resolveu os problemas fulcrais da intolerância, do fanatismo, do autoritarismo, do racismo, da manipulação das grandes massas pela retórica política e pelos recursos de comunicação. Os movimentos neonazistas, mesmo que minoritários, ainda deixam as suas marcas nos noticiários deste início do século XXI, atualizando um tema que não deixou de gerar reflexões historiográficas desde o final da Segunda Grande Guerra.

Estuda-se o nazismo, aliás, *contra* ele. Embora todos os pontos de vista sejam teoricamente passíveis de abordagem, é preciso dizer que iria de encontro a algumas dificuldades uma Tese que, nos dias de hoje, pretendesse mostrar simpatia para com este movimento político-social. Naturalmente que, caso o nazismo tivesse saído vitorioso da Segunda Grande Guerra, a história seria outra. Pode se dar também que o pesquisador encontre uma instituição neonazista que deseje financiar a sua pesquisa de resgate do ponto de vista nazi-fascista, e aqui a questão se inverte; mas naturalmente surgiria neste momento um problema ético a ser enfrentado. Evento traumático na história da humanidade, o nazismo ainda estende suas ondas de impacto aos dias de hoje, sobretudo em países que tiveram maior envolvimento com a Segunda Guerra[29]. De qualquer modo, o historiador não é um mercenário, pronto a defender qualquer ponto de vista em troca de financiamentos. Ele deve investir naquilo que acredita, encontrando os caminhos institucionais mais adequados ao trabalho que almeja realizar.

Um exemplo de argumentação a respeito da relevância social que teria o estudo de um tema específico enquadrado dentro do assunto "nazismo" poderia evocar precisamente a necessidade de compreender os mecanismos de poder que conduzem às possibilidades políticas das ditaduras fascistas, mas também o interesse de perceber as suas resistências possíveis, os mecanismos de solidariedade que conseguem sobreviver em uma estrutura política de intolerância e autoritarismo. Compreender o nazismo da primeira metade do século XX, por outro lado, pode ajudar a compreender o neonazismo deste fim do século, ou oferecer uma oportunidade comparativa para entender as posteriores ondas de xenofobia na Europa, de fanatismo de direita, de intolerância política e racial. Tudo isto poderia ser evocado como argumentação para sustentar a relevância social de um tema enquadrado dentro do nazismo.

Defender a relevância social de um tema é portanto conectá-lo com a sua presumível importância para a sociedade que está em torno, evitando que a atividade científica permaneça isolada pelos muros da Academia ou que se torne mero exercício de erudição. Pode-se facilmente sustentar a relevância de estudos voltados para as minorias ou para as maiorias oprimidas de qualquer tempo em uma sociedade que se entenda como democrática. Um estudo sobre as mulheres de certa sociedade em determinado espaço e temporalidade pode ser justificado, antes de tudo, como um estudo que contribui para a compreensão da mulher de maneira geral. Sustenta-se como justificável um estudo sobre uma comunidade indígena, com base na lembrança de que os povos indígenas estão permanentemente ameaçados de extinção ou de aculturação.

Pode ainda ser evocado o apelo da nacionalidade, da necessidade de contribuir para a construção da identidade sociocultural mais imediata. Os temas relacionados à História do Brasil ocupam, de fato, a maior porcentagem da produção historiográfica deste país. Mas os brasilianistas americanos também estudam a nossa realidade social nos seus vários momentos históricos, mostrando que todas as histórias podem ser escritas por historiadores de todos os lugares. De modo similar, os historiadores brasileiros também estudam a História Antiga e Medieval, a História da África, ou qualquer outro objeto em que encontrem interesse.

Por outro lado, não deve haver uma preocupação tão excessiva com a aparente relevância social de um tema a ponto de inviabilizar o exame de temas históricos que se mostrem interessantes, embora revelem menor impacto social. Para além da implicação social mais imediata, é preciso ter em mente que nenhum tema é a princípio descartável, e que existe também a dimensão da "relevância acadêmica". Grosso modo, possui relevância do ponto de vista acadêmico qualquer objeto de estudo que se abra

---

29. Um dos grandes debates sobre "ética" e "estudos acerca do nazismo" eclodiu na Alemanha durante a década de 1980, gerando uma extensa querela que ficou conhecida como "Historikerstreit" (Batalha dos Historiadores). A seu respeito, o historiador Hobsbawm comenta: "Tratava-se de saber se alguma atitude histórica diante da Alemanha Nazista, que não a total condenação, não corria o risco de reabilitar um sistema extremamente infame ou, pelo menos, de atenuar seus crimes" (Eric HOBSBAWM. "O Presente como História". In *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.243-255). Os textos produzidos por este debate acham-se editados em

De fato, constitui ótimo argumento a favor da relevância científica de um tema remeter às lacunas bibliográficas relativas ao assunto ou âmbito temático. Costuma-se, por isto, criar uma conexão entre esta parte do capítulo "Justificativa" e a "Revisão Bibliográfica" localizada em outra parte do Projeto. Pode-se argumentar algo assim, por exemplo: "conforme veremos na Revisão Bibliográfica apresentada noutra parte deste Projeto, existe uma lacuna de obras historiográficas direcionadas para o enfoque proposto". Dizer que um certo tema já foi diversas vezes explorado, mas nunca com o aporte teórico ou metodológico que constituirá precisamente a contribuição da Pesquisa proposta, ou que, em que pese o tema não ser inédito, pela primeira vez ele será percebido através das fontes agora escolhidas para serem examinadas – isto também é sustentar a relevância científica ou acadêmica de um tema.

Existe ainda a possibilidade de conectar a relevância científica de um tema com os desenvolvimentos recentes do campo científico em que se insere a Pesquisa. Em História, por exemplo, os estudos interdisciplinares constituíram uma conquista fundamental do último século, e naturalmente ainda existe muito a fazer em termos de trazer para a historiografia abordagens e perspectivas originárias de outros campos do saber. Desta forma, uma pesquisa histórica de âmbito interdisciplinar encontra excelentes argumentos de relevância científica no simples fato de que está pronta a promover um diálogo da História com esta ou aquela Ciência.

Relevância mais propriamente "acadêmica" do que científica é associar o seu tema a uma das "linhas de pesquisa" contempladas pela Instituição a quem se dirige o Projeto. Argumentar que a pesquisa que é proposta irá se integrar a uma rede de pesquisas que já existe na Instituição, ou mesmo fora dela, pode produzir um efeito significativo. De fato, quebrar o isolamento de uma pesquisa interligando-a potencialmente a outras é sempre promissor, pois é inegável que o diálogo acadêmico tende a enriquecer qualquer objeto de estudo. Mais uma vez, "justificar um tema é apontar as suas conexões".

Se esta não for suficientemente clara, é preciso ainda justificar o tema em termos de sua "pertinência". Busca-se mostrar, de algum modo, a sua congruência, e vale para tal fim citar autores anteriores que assinalaram caminhos que agora serão efetivamente seguidos. Deve-se, contudo, evi-

aberto, tratar-se-á, aqui, apenas de estabelecer mais uma conexão. Da mesma forma, se o capítulo "Delimitação Temática" já deixou clara a pertinência do tema proposto, não é preciso retornar a este aspecto.

Quanto ao "quesito originalidade", que pode vir a se constituir em excelente justificativa para um tema, valem as considerações já assinaladas na ocasião em que falávamos dos critérios a serem levados em conta para a escolha do tema. Ser original, como dizíamos, nem sempre implica em partir de um recorte temático inteiramente novo, pois a originalidade pode estar presente em qualquer uma das muitas dimensões da Pesquisa, desde as fontes utilizadas até a maneira de trabalhar estas fontes, e desde as conexões teóricas estabelecidas até as interpretações propostas.

A "viabilidade", por fim, é fator fundamental para justificar uma pesquisa. Deve-se convencer aos leitores de um projeto que a pesquisa proposta é viável, isto é, que poderá ser concretizada efetivamente. Pode-se por exemplo mostrar que as fontes são acessíveis, uma vez que se acham localizadas em arquivos que o historiador poderá frequentar. Neste caso, vale a pena mencionar que arquivos são estes, qual a sua localização, que tipo de fontes cada um deles disponibiliza para consulta. É possível também trabalhar com fontes impressas e editadas, e, neste sentido, citar a existência de edições confiáveis mostra-se como um item a mais para reforçar a viabilidade.

Se uma viagem a outros países ou localidades for imprescindível para a realização da pesquisa, deve ficar bem claro se o historiador tem como empreender esta viagem através de seus próprios recursos ou se, com o próprio Projeto, estará requisitando a liberação de verbas pela Instituição financiadora. Como sempre, é preciso utilizar o bom senso: é preciso refletir sobre até que ponto o atrelamento da pesquisa a uma viagem prevista poderá favorecer ou dificultar a aceitação do Projeto.

Entra também como argumento para a viabilidade mostrar que o proponente do Projeto está perfeitamente apto a realizar a pesquisa proposta – arrolando neste caso formações ou potencialidades que o credenciam a empreender o trabalho a ser realizado.

Justificar uma pesquisa, enfim, é conectá-la argumentativamente com tudo aquilo que contribua para revelar a sua relevância, a sua originali-

dor que a encaminha. Existe ainda a possibilidade de discorrer sobre a "justificativa do recorte" no item "Justificativa" de um projeto de pesquisa em História.

No capítulo anterior, vimos que a determinação precisa de um recorte de tempo – imprescindível nas pesquisas em História – deve ser orientada por um "problema" que se tem em vista, e não se pautar em números redondos, em propostas comemorativas, ou simplesmente na gratuidade. O capítulo "Justificativa" também pode incluir um item para explicitar os critérios que levaram o pesquisador a optar por um determinado recorte de tempo.

Por outro lado, este tipo de "justificativa do recorte" também pode aparecer no próprio capítulo referente à "Delimitação da Pesquisa". Ao mesmo tempo em que apresenta ou constitui o seu recorte, o historiador já pode ir justificando-o, não precisando necessariamente esperar pelo capítulo "Justificativa" para explicitar os critérios que orientaram as suas escolhas temporais. As duas alternativas são igualmente válidas (justificar o recorte no capítulo relativo à "Delimitação Temática", ou deixar isto para o capítulo "Justificativa"). O importante é não deixar passar em branco a oportunidade de esclarecer para o leitor os critérios definidores da pesquisa, mas sempre com o cuidado de não cair em repetições.

Como um lembrete final, deve-se atentar ainda para as diferenças entre as justificativas pertinentes a um "Projeto de Pesquisa" propriamente dito e aquelas que podem ser evocadas para sustentar o chamado "Projeto de Dissertação" ou "Projeto de Tese". O primeiro é aquele projeto que o pesquisador encaminha a uma Instituição propondo iniciar uma investigação científica ou um estudo acadêmico com o seu apoio. As seleções para Mestrado, e sobretudo as seleções para Doutorado, exigem habitualmente este tipo de Projeto. Neste caso, pressupõe-se que a pesquisa ainda não foi iniciada, a não ser em uma fase exploratória destinada a lançar as bases para o objeto de estudo.

Já o Projeto de Tese ou de Dissertação refere-se a uma pesquisa em andamento. A maior parte dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras lidam com o que se chama de "exame de qualificação", que consiste em uma etapa intermediária entre a admissão do pes-

Projeto de Tese – que deve ser defendido pelo pesquisador no seu exame de qualificação – pressupõe uma pesquisa em andamento, que já está sendo realizada, e seu objetivo é oferecer à Banca Examinadora um retrato do seu atual encaminhamento, no sentido de receber sugestões e contribuições que poderão beneficiá-lo com acertos e enriquecimentos.

Este último tipo de Projeto refere-se portanto a um segundo momento. O Pesquisador já foi aceito pela Instituição, e neste sentido não é mais preciso justificar a proposta expondo o ajuste das suas qualificações pessoais ao trabalho a ser realizado. Ao justificar a Viabilidade, deve mencionar a questão do acesso às fontes dentro de um momento presente que já vai sendo percorrido (a esta altura, o pesquisador já está provavelmente frequentando arquivos). De certo modo, entre o "Projeto de Pesquisa" e o "Projeto de Tese" deve ser feito um ajuste de linguagem, tanto no capítulo referente à Justificativa e como em outros. Pelo menos a coleta ou constituição de fontes já deve ter sido iniciada, e uma parte da análise a ser empreendida.

Dito isto, o pesquisador deve refletir sobre a situação de seu Projeto naquele momento, para justificá-lo adequadamente.

4.2. Objetivos

Com relação ao capítulo "Objetivos", trata-se de uma seção relativamente simples do Projeto de Pesquisa. Convencionalmente, os Objetivos são expostos sob a forma de sentenças que se iniciam com verbos na forma de Infinitivo. É comum, também, que eles sejam expostos dentro de uma listagem sucessiva e numerada. Na verdade, o capítulo "Objetivos" é o único do Projeto de Pesquisa que tende a ser apresentado por tópicos listados (os demais capítulos devem ser apresentados em texto cursivo e problematizado).

Trata-se de um capítulo curto, pelo menos nos projetos de História, e neste sentido não convém propor uma quantidade muito grande de objetivos. Existe mesmo uma tendência à supressão deste capítulo nos projetos mais sintetizados, mas frequentemente ainda é destacado um capítulo "Objetivos" nos projetos de pesquisa que são produzidos para o âmbito acadêmico

Por vezes faz-se uma distinção entre os "objetivos gerais" e os "objetivos específicos", mas esta distinção não precisa aparecer necessariamente explicitada no texto sob a forma de dois grupos listados de objetivos. Por outro lado, por uma questão de lógica e de convenção amplamente aceita, costuma-se principiar com os objetivos mais amplos e mais gerais para depois ir descendo até os objetivos mais específicos e concretos.

O objetivo mais geral de uma pesquisa seria, naturalmente, investigar o tema dentro das especificações e dos limites propostos. Mas este é um objetivo óbvio demais para ser explicitado, e a sua enunciação pode (e deve) ser dispensada, já que o autor já terá apresentado em detalhe o seu objeto de estudo e a pesquisa que pretende realizar no capítulo "Delimitação Temática". Pode-se, quando muito, desdobrar aspectos deste objetivo mais amplo. Tomando-se como exemplo o tema da "Repressão à educação feminina no islamismo xiita do final do século XX", pode-se pontuar – entre outros – os seguintes objetivos gerais:

1 – Contribuir para o conjunto de estudos historiográficos sobre a mulher, particularmente no que se refere aos sistemas de repressão que historicamente a têm oprimido.

2 – Comprovar a diversidade interna do islamismo contemporâneo, a partir da percepção de uma realidade multifacetada presente em setores xiitas do islamismo no final do século XX.

3 – Empreender um estudo sobre a alteridade cultural, a partir de um esforço de compreensão de uma realidade social ainda pouco conhecida no Ocidente (etc., etc.).

Conforme se vê, logrou-se na exposição de objetivos acima não apenas registrar que se pretende realizar um trabalho dentro dos limites propostos (o que seria óbvio), mas também explicitar o que se espera alcançar com este trabalho, que aspectos importantes será possível atingir com ele, em que campos de interesse se penetra com este trabalho. Deixou-se também mais claro quais são as dimensões fundamentais a serem elucidadas pela pesquisa: a mulher, o islamismo, a alteridade.

Em seguida pode-se passar a objetivos específicos e concretos. Se a Pesquisa estiver associada à intenção de gerar algum produto – um livro, um CD-Rom, um Vídeo, a instalação de uma página na Internet, um

sadores – isto pode ser mencionado como objetivo específico. No caso de pesquisas de mestrado e doutorado, um produto evidente será a Tese (texto redigido para registrar a investigação e a análise do pesquisador). Como é um produto óbvio (*toda* pesquisa de doutorado deve desembocar na redação de uma tese), não deve aparecer registrado como objetivo. Contudo, se a Pesquisa irá gerar adicionalmente um CD-Rom, um Vídeo ou Banco de Dados, a concretização destes produtos poderá ser mencionada como objetivos a serem alcançados. Por exemplo:

1 – Produzir um vídeo constituído pela edição de imagens e depoimentos relativos à vida cotidiana nas comunidades xiitas.

2 – Produzir um arquivo de história oral formado por depoimentos colhidos entre pessoas que conviveram com a realidade de algumas das comunidades examinadas.

3 – Elaborar um CD-Rom contendo informações detalhadas que não aparecerão no texto da Tese (etc., etc.).

Em pesquisas relacionadas a campos de conhecimento que não os das ciências humanas (âmbitos das ciências naturais e exatas) aparecem mais amiúde os produtos materializados: a elaboração de uma maquete de Engenharia, a produção de uma vacina para determinada doença, a realização de um certo programa de computação, a fabricação de determinada aparelhagem científica, e outros tantos exemplos. Como nas Ciências Humanas o objetivo central é sempre produzir análise e reflexão, os subprodutos da pesquisa são quase sempre suportes de texto e de informação.

A Tese – que em um campo como a Microbiologia ou a Física pode eventualmente vir a se constituir apenas em um "relatório" que não é necessariamente o maior objetivo da pesquisa – é nas ciências humanas o objetivo último. Em última instância, o que o pesquisador das ciências humanas produz é uma reflexão sobre a sociedade e sobre o homem. Esta reflexão será necessariamente registrada sob a forma de texto para ser comunicada a outros (ou sob a forma de outros tipos de suporte de comunicação, como o CD-Rom ou Vídeo, embora ainda não se tenha notícia de uma Tese apresentada sob esta modalidade).

Em vista das especificidades de cada tipo de ciência, o capítulo "Objetivos" pode vir a se constituir em um capítulo menos ou mais impor-

a especificação de alguns dos produtos atrás mencionados (CD-Rom, Livro, Vídeo) pode merecer um capítulo especial denominado "Formas de apresentação de resultados".

Para além da menção de materiais a serem produzidos como resultado do trabalho desencadeado durante a pesquisa, os objetivos específicos também podem se referir a aspectos mais delimitados do tema a serem desvendados ou esclarecidos a partir da pesquisa proposta.

De uma maneira geral, é o que se poderia dizer sob o capítulo "Objetivos". Enunciar Objetivos é em última instância indicar finalidades, assinalar pontos de chegada, registrar algumas promessas, planejar produtos concretos ou abstratos.

5
Quadro Teórico

5.1. Interações e diferenças entre Quadro Teórico e Metodologia

Na elaboração de projetos de pesquisa, costuma-se confundir com alguma frequência o "Quadro Teórico" e o capítulo "Metodologia". A base destas hesitações entre o que é uma coisa e o que é outra é uma confusão ainda mais primordial entre "teoria"* e "metodologia" – dois campos que, embora em algumas ocasiões ofereçam fronteiras difusas, são bem distintos um do outro.

Esta confusão entre teoria e metodologia ocorre mais amiúde nas pesquisas da área das Ciências Humanas. Na área das chamadas Ciências Exatas, a distinção entre "teoria" e "método" torna-se mais óbvia, porque a "teoria" assume um caráter mais abstrato (cujo extremo é a formulação matemática) e a "metodologia" assume um caráter mais concreto, envolvendo técnicas mais diretas de medição ou experimentação e também aparelhagens diversas. Já nas Humanas, nem a teoria é assim tão abstrata, nem a metodologia é tão concreta[30], o que por vezes dá margem a hesitações diversas. Procuraremos então, antes de abordar possibilidades para a construção de um "Quadro Teórico", dissipar quaisquer dúvidas envolvendo estes aspectos.

A "teoria" remete a uma maneira de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados. Remete aos conceitos* e categorias* que serão empregados para encaminhar uma determi-

---

30. Para o caso da Metodologia, pode-se considerar por exemplo que um "quadrado semiótico" – instrumento de análise empregado em Ciências Humanas como a Lingüística, a Psicanálise ou a História – é menos concreto, no sentido mesmo de materialidade, do que um barômetro utiliza-

nada leitura da realidade, à rede de elaborações mentais já fixada por outros autores (e com as quais o pesquisador irá dialogar para elaborar o seu próprio quadro teórico). A "teoria" remete a generalizações, ainda que estas generalizações se destinem a serem aplicadas em um objeto específico ou a um estudo de caso delimitado pela pesquisa.

Já a "metodologia" remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a "teoria" refere-se a um "modo de pensar" (ou de ver)[31], a "metodologia" refere-se a um "modo de fazer", ou ao campo de atividades humanas que em filosofia denomina-se *práxis**. Para clarificar esta diferença, retomaremos nossa analogia entre a "pesquisa" e a "viagem", e começaremos por refletir sobre esta questão a partir de uma metáfora.

Imaginaremos que o nosso objetivo é realizar a famosa viagem conhecida como "o caminho de Santiago de Compostela", que para muitas pessoas tem um significado simbólico especial e pode-se constituir em uma singular experiência de autoiluminação.

O que leva uma série de pessoas a percorrer este célebre caminho, situado entre a Espanha e a França, é a "teoria" de que esta peregrinação trará consigo implicações místicas. Esta crença está alicerçada em milhares de elaborações mentais anteriores, em depoimentos de pessoas que já percorreram o caminho e que se sentiram iluminadas, e ancorada ainda nesta ou naquela religião (a religião, grosso modo, é um sistema de pensamentos a partir do qual o homem procura equacionar as suas relações com um mundo invisível que ele acredita ser bem real).

É porque acreditam em um mundo para além da realidade física, e nas propriedades místicas de uma peregrinação através do caminho de

31. "Theoria", para os filósofos gregos da Antiguidade, era a "contemplação". "Mais precisamente, pode-se ver nela simultaneamente a percepção, o conhecimento e a aceitação da ordem das coisas" [DELATTRE, P. "Teoria/Modelo". In *Enciclopedia Einaudi, 21 (Método – Teoria/Modelo)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992. p.224]. Já em *A Lógica da Pesquisa Científica*, Karl POPPER utiliza a metáfora de que "as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos 'o

Santiago, que anualmente centenas de pessoas se propõem a uma viagem à qual não faltarão as privações e desconfortos. Pode-se dar também que alguém elabore a sua própria teoria acerca das vantagens espirituais de percorrer o caminho de Santiago, e isto já será suficiente para que inicie esta empreitada, ao lado de outros que já se valem de uma "teoria" pronta e bem fundamentada em uma rede de elucubrações e depoimentos anteriores.

Suponhamos que somos um destes peregrinos que, ancorados em uma determinada visão do mundo e munidos de determinadas convicções religiosas, se propuseram a percorrer o caminho de Santiago. Para realizar efetivamente uma viagem destas, e sair do plano da "teoria" para o de uma realização prática e concreta, será preciso que tomemos uma série de cuidados e procedimentos. Iremos a pé ou montados? Com que tipo de vestuário e com que equipamentos? Se optarmos por uma caminhada a pé, esta caminhada será efetivada em que ritmo de evolução: a passos irregulares, a passos medidos, lentamente, mais rapidamente, alternando caminhadas lentas com caminhadas mais rápidas, parando a intervalos regulares ou irregulares para alimentação e reabastecimento? Como planejaremos os recursos alimentícios e a sua distribuição pelas várias etapas da viagem? Dormiremos ao relento ou em pousadas? Será preciso fazer reservas?

Estas são decisões metodológicas. Uma vez que já nos decidimos a fazer algo, será necessário escolher os "modos de fazer", nos municiarmos dos instrumentos necessários a este "fazer", planejar sistematicamente este "fazer". A escolha de um tipo de calçado inadequado, de uma maneira de caminhar inapropriada, de uma técnica incompatível com o tipo de solo ou clima – cada uma destas coisas poderá ser responsável pelo fracasso da empreitada. Se quisermos atingir com menos riscos e desacertos uma finalidade, deveremos buscar conscientemente um conjunto de "metodologias", de instrumentos e modos de fazer. A própria necessidade nos obriga a isto.

É verdade, ainda, que uma decisão "teórica" pode encaminhar também uma escolha "metodológica". Fazer reservas de hospedagem para uma peregrinação que se pretende mística pode ser incompatível com esta ou aquela teoria da autoiluminação. Da mesma maneira, uma hipó-

caminha sozinho – pode definir não apenas os objetivos (caminhar sozinho) como também as metodologias para alcançar este objetivo (planejamento para uma jornada autossuficiente).

Tem-se assim, para o exemplo proposto, dois campos distintos. Pertencem ao campo teórico a "religião" ou o conjunto de opiniões místicas que nos motivaram a iniciar a viagem, o conceito de "autoiluminação", a nossa própria visão de mundo, o patrimônio formado pelos pensamentos desenvolvidos por viajantes anteriores. Pertencem ao campo da metodologia os equipamentos e instrumentos, as técnicas escolhidas para utilizá-los, os modos de combinar uma técnica e outra, o planejamento relativo ao uso dos materiais e aos momentos mais apropriados de empregar cada técnica.

Voltemos ao problema da Pesquisa Científica. Quando formulou a sua teoria sobre a "Origem das Espécies" – edificando-a a partir de uma nova taxonomia e de conceitos como o da "seleção natural"[32] – Darwin estava se movimentando no campo teórico. A partir daqui, o mundo natural passava a ser ordenado de acordo com uma abordagem evolutiva onde cada espécie viva seria considerada como portadora de uma conquista biológica obtida através de "variações favoráveis" que haviam passado pelo crivo da natureza em meio ao desenrolar da "luta das espécies"[33].

O que Darwin fez foi "arrumar" a Natureza de acordo com uma nova cosmovisão. A teoria sobre a "Origem das Espécies" é apenas uma certa maneira de "ver" a Natureza, que a partir desta abordagem teórica acaba sendo reconstruída ao mesmo tempo como o palco de uma grande luta envolvendo os seres vivos e como um tribunal permanente onde as diferenças trazidas por cada indivíduo são julgadas favorável ou desfavoravelmente pelo conjunto dos demais (das diferenças favoráveis emergiriam precisamente as espécies vitoriosas, que acabariam sobrevivendo e se fixando)[34]. Em vista disto, o sistema de Darwin procura organizar as várias espécies animais existentes como portadoras de diferenças de umas em relações a outras, como se resultassem escalas de seres vivos produzidas pela "seleção natural". Ocorre, assim, um inevitável descentramento da espécie humana, que passa a não ser nada mais nada menos do que um ponto nesta rede de escalas naturais. O que a teoria sobre a "Origem das Espécies" propõe, deste modo, é uma nova imagem do mundo.

Desta possibilidade teórica era preciso passar às possibilidades demonstrativas, que permitiriam que Darwin formulasse as suas hipóteses não mais sob a forma de hipóteses, mas sob a forma de leis. Para isto, seria preciso que o naturalista inglês iniciasse também a sua viagem, e que concretamente coletasse uma infinidade de exemplos de espécies animais que se permitissem a um encaixe dentro da nova arrumação que propunha para o mundo natural. Assim, Charles Darwin pôs-se ao campo em uma sistemática viagem de observação ao redor do mundo, a partir da qual pôde coletar dados, ordená-los, classificá-los e analisá-los.

Em momentos como estes é que se passa ao terreno da "metodologia". Diante de um material bruto escolhido ou produzido para sofrer observações e experimentações, ou diante de um campo de fenômenos que se apresenta à experiência sensível ou à percepção crítica, é preciso adotar métodos e técnicas para coleta de dados, para análise destes dados, para comparar as análises empreendidas, para criar condições de experimentação ou de observação que possam ser mais tarde reproduzidas cientificamente. Sem esta etapa demonstrativa a partir de uma observação sistematizada e de métodos e técnicas diversificados para elaboração dos fatos, a teoria da "Origem das Espécies" permaneceria no campo das conjecturas*.

Uma teoria inteiramente original a respeito de algo é frequentemente criada a partir da intuição, da reflexão, da observação assistemática

---

32. Sobre o conceito de "seleção natural" criado por Darwin, é ele mesmo quem o define: "dei o nome de seleção natural [...] a essa conservação das diferenças e das variações favoráveis individuais e a essa eliminação das variações nocivas" (Charles DARWIN. *A Origem das Espécies*. Brasília: UNB, 1992).

33. Mario Bunge assim registra a combinação de axiomas que sustenta a teoria elaborada por Darwin: "A alta taxa de aumento populacional conduz à pressão populacional", "A pressão populacional leva à luta pela vida", "Na luta pela vida, o inatamente mais apto sobrevive", "As diferenças favoráveis são herdáveis e cumulativas" e "As características desfavoráveis levam à extinção" (Mario BUNGE. "Simplicidade no trabalho teórico". In *Teoria e Realidade*. São Pau-

34. A imagem do mundo natural produzida por Darwin, ao apresentar a "contingência" como a grande responsável pelo desenvolvimento das espécies, veio a se opor deste modo à "representação clássica" da Natureza, que a concebia como um conjunto ordenado e finalista. Por ora, é o bastante para deixar registrado que as teorias são visões de mundo (ou de um problema específi-

(já que a "observação sistemática" virá depois, com o método, para demonstrar ou apoiar as novas proposições teóricas). Às vezes, um novo veio teórico pode ser aberto mesmo por acidente, quando se busca experimentalmente uma coisa e acaba se encontrando outra (ou mesmo quando não se está buscando nada). De qualquer maneira, nestes casos estamos falando apenas de motivações que podem dar origem a uma nova sistematização teórica.

Mas de um jeito ou de outro a elaboração de uma teoria pressupõe um esforço de reflexão, de abstração, de produzir uma generalização a partir dos eventos particulares (indução) ou de desdobrar sucessivamente o pensamento a partir de uma colocação ou constatação primordial (dedução). Daí dizermos que a teorização está associada aos modos de pensar e de ver, enquanto a metodologia está associada aos modos de agir.

Por outro lado, deve ser dito que não é preciso criar uma teoria nova a cada pesquisa. Longe disto, o pesquisador pode explorar os recursos teóricos já existentes e combiná-los de modo a estudar uma situação, um caso, ou um campo que ainda não tinha sido abordado. Ao iniciar uma pesquisa ou um estudo específico, o cientista já está habitualmente munido de uma determinada forma de ver as coisas, de conceitos que direcionam o seu pensamento e as suas escolhas. Pode ser que venha a transformar este quadro teórico no decurso da própria pesquisa ou de seu trabalho de reflexão, mas quase sempre é preciso (ou até inevitável) partir de algo.

Compreendidas até aqui as diferenças fundamentais entre "quadro teórico" e "quadro metodológico", poderemos nos aproximar mais especificamente da manifestação destas diferenças no campo da História. A Pesquisa em História também envolve um confronto interativo entre teoria e metodologia. O ponto de partida teórico, naturalmente, é uma determinada maneira como vemos o processo histórico (porque há muitas).

Poderemos, por exemplo, alicerçar nossa leitura da História na ideia de que esta é movida pela "luta de classes"* (este é um conceito que pertence, embora não exclusivamente, à teoria do "materialismo histórico"). Mas se quisermos identificar esta "luta de classes" na documentação que constituímos para examinar este ou aquele período histórico, teremos de nos valer de procedimentos técnicos e metodológicos especiais.

Será talvez uma boa ideia fazer uma "análise de discurso" sobre textos produzidos por indivíduos pertencentes a esta ou àquela "classe social"* ("classe social", aliás, é também uma categoria "teórica"). Esta análise de discurso poderá se empenhar em identificar "contradições", ou em trazer a nu as "ideologias"* que subjazem sob os discursos examinados, e para tal poderá se valer de técnicas semióticas, da identificação de temáticas ou de expressões recorrentes (análises isotópicas), da contraposição intertextual entre discursos produzidos por indivíduos que ocupam posições de classe diferenciadas, e assim por diante.

Da mesma forma, se acreditamos que as condições econômicas e materiais determinam a vida social e as superestruturas mentais e jurídicas de uma determinada comunidade humana historicamente localizada (outro postulado* teórico do marxismo) deveremos selecionar ou constituir metodologias e técnicas capazes de captar os elementos que caracterizariam esta vida material. Dependendo do tipo de fontes históricas utilizadas poderemos, por exemplo, realizar análises quantitativas ou seriais, utilizar técnicas estatísticas para levantar as condições de vida de certos grupos sociais dentro de uma determinada população, e assim por diante.

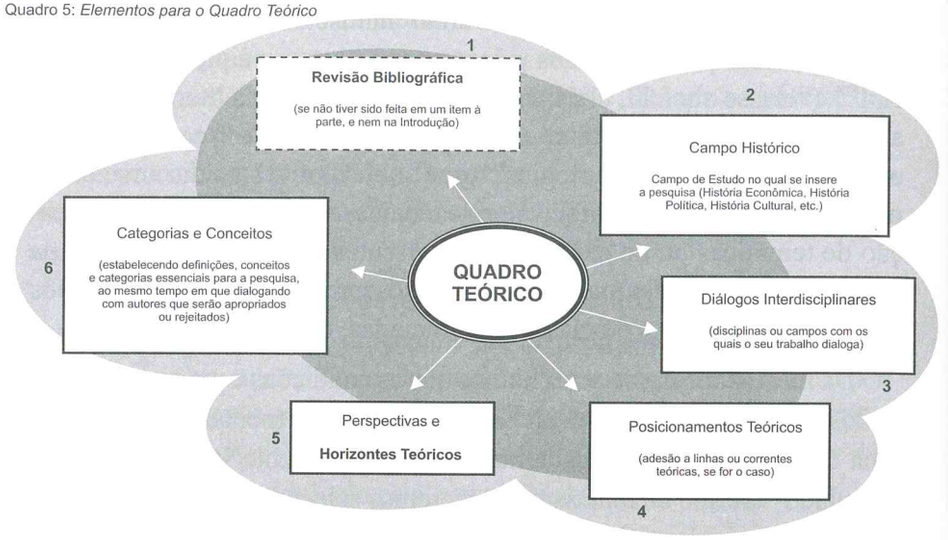
Percebe-se, assim, que teoria e metodologia podem e devem estar intimamente articuladas, mas isto não implica em confundir estes dois campos, que devem aparecer bem definidos no Projeto de Pesquisa. Veremos, a seguir, de maneira mais compartimentada, o que pode aparecer no "Quadro Teórico" de um Projeto.

5.2. Elementos para o Quadro Teórico

O Quadro 5 propõe-se a sintetizar alguns campos de elementos que podem aparecer em um Quadro Teórico. Não necessariamente nesta ordem, e não necessariamente com todos estes itens, o pesquisador pode expor os seus referenciais teóricos por setores bem definidos.

Se ainda não se empreendeu uma "Revisão Bibliográfica" (1) das outras obras que já trataram o tema proposto, será hora de fazê-lo – ou no princípio, ou no final do Quadro Teórico. As duas escolhas são defensáveis logicamente, dentro do princípio de organização do mais geral para o mais específico.

Quadro 5: *Elementos para o Quadro Teórico*



Principiar o Quadro Teórico com a Revisão Bibliográfica é elaborar um panorama mais amplo das diversas maneiras como tem sido tratado o tema (ou um balanço da questão), para depois chegar à sua maneira específica, à combinação precisa de perspectivas e conceitos que você desenvolveu de maneira singular para o seu tratamento do tema. Encerrar o Quadro Teórico com a Revisão Bibliográfica atende a um outro tipo de lógica, mas igualmente válido, que expõe primeiro as questões teóricas mais amplas, passa por conceitos e categorias que serão operacionalizados, e finalmente atinge a especificidade de um tema já recortado, chamando atenção para obras que já o abordaram de uma ou outra maneira para, finalmente, deixar claras as próprias escolhas do pesquisador.

Conforme se vê, não há um único modelo, ou uma "receita" que funcione para todas as ocasiões. É importante que o pesquisador adquira a personalidade e a firmeza intelectual requeridas para encontrar o padrão de lógica que mais se adapte ao seu tema e às especificidades da sua pesquisa. Digamos, agora, que a Revisão Bibliográfica já foi realizada no princípio do Projeto, logo após à Delimitação do Tema (a organização desta Revisão Bibliográfica já foi discutida em capítulo anterior, na Primeira Parte deste livro). Neste caso, há ainda uma série de coisas que podem e devem ser discutidas no Quadro Teórico.

O pesquisador pode começar, por exemplo, por definir o campo ou a subárea do conhecimento em que se insere a sua pesquisa (2). No interior da disciplina da História, podem ser entrevistos vários domínios ou campos, como a História Econômica, a História Cultural, a História das Mentalidades, a História Política, e assim por diante[35]. E não necessariamente o tema precisará se ater a apenas um destes enfoques, já que se poderá combiná-los a dois ou a três (uma História Regional que enfoque essencialmente os problemas da Cultura ou os aspectos econômicos; uma História Econômica na inserção com uma História Política)[36]. Existem ainda as combinações que relacionam estes tipos de História com outras classificações que se referem mais ao tipo de abordagem empregada (uma História Política pode associar-se a uma História Oral no que se refere ao tipo de fontes utilizadas; uma História Antropológica pode ser articulada à Micro-História* no que se concerne à escala de observação empregada, e assim por diante)[37].

Quando se opta pelo enquadramento dentro de um destes campos, deve-se ter o cuidado de definir também uma perspectiva dentro do campo escolhido. A História Política do século XIX, por exemplo, tinha outras preocupações que já não são exclusivamente as da História Política do século XX – esta que superou a exclusiva preocupação anterior com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos "grandes homens"), e que passou a se interessar também pelo "poder" nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma "História vista de Baixo", ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o "indivíduo comum", e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo,

---

35. Para um balanço da produção historiográfica pertinente a alguns dos diversos campos da História, ver José D'Assunção BARROS. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

36. Para registrar um exemplo, a *História do Clima depois do Ano Mil*, de Emmanuel Le Roy LADURIE, inscreve-se na articulação de uma Geo-História com uma História da Cultura Material (Paris: Flamarion, 1967).

não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam ser os grandes e únicos condutores da História.

Conforme vemos, é importante não apenas fixar um campo de estudo ou uma combinação de campos, mas também definir o tipo de inserção dentro deste campo. Voltaremos à questão dos vários campos em que se divide a História no próximo item. Por ora, avancemos na explicitação dos elementos que podem ser discutidos no "Quadro Teórico" de um Projeto de Pesquisa.

Dependendo da pesquisa, pode ser igualmente significativo mencionar os "diálogos interdisciplinares" (3). A Historiografia, a partir do século XX, abriu-se de maneira muito rica a diversos diálogos com as várias disciplinas das ciências humanas e mesmo com as disciplinas das ciências exatas. Este trabalho de História da Cultura pode dialogar com a Crítica Literária, com a Semiótica, com a Psicanálise; aquele trabalho de História Regional pode dialogar com a Geografia, com a Ecologia, com a Demografia, com a Antropologia; e um outro trabalho de História Econômica pode dialogar (obviamente) com a Economia e com a Estatística. Os diálogos interdisciplinares possíveis à Historiografia do nosso tempo são múltiplos, gerando uma grande riqueza de possibilidades[38].

Definidos os campos de inserção e os diálogos interdisciplinares, o historiador pode passar a clarificar os seus "posicionamentos teóricos" (4). Se ele achar conveniente, pode firmar a sua adesão a linhas ou correntes teóricas específicas, se for o caso. Assim, pode definir a sua historiografia como marxista, aderir às perspectivas estruturalista ou funcionalista, adotar os modelos teóricos weberianos, ou propor uma abordagem neopositivista, apenas para citar alguns exemplos.

É importante ressaltar que a adesão teórica a uma linha única não é de modo algum obrigatória. É possível compor uma combinação de abordagens teóricas, desde que compatíveis, ou utilizar livremente con-

---

38. O volume 2 ("Novas abordagens") da série *Novos problemas, novas abordagens e novos objetos* (J. LE GOFF e P. NORA. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988) constitui-se precisamente de textos de vários autores que enfocam os diálogos da História com a Arqueologia, a Economia, a Demografia, e outros. Sobre a questão mais ampla da "interdisciplinaridade", ver Hilton JAPIASSU, *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (Rio de Janeiro: Imago, 1976). Para em-

ceitos oriundos de matrizes diversas, contanto que de maneira coerente e fazendo as adaptações necessárias. Porém, se o pesquisador declara assumir uma linha única, deve se mostrar familiarizado com os seus preceitos e fundamentos, com os seus desdobramentos e com as variações e subcorrentes pertinentes a esta linha. Posto isto, não abordaremos neste volume uma revisão das grandes linhas teóricas nas ciências humanas, até mesmo porque existe uma infinidade delas e porque cada uma exigiria uma discussão crítica mais ou menos densa.

Por ora, cabe ressaltar que a escolha assumida de um referencial teórico mais ou menos fixo traz naturalmente as suas implicações. Digamos que o historiador parta de um horizonte teórico vinculado a certas posições tradicionais do "materialismo histórico". Coerentemente ele terá de partir de certos conceitos* fundamentais – como os de "modo de produção", "formação social", "luta de classes", "ideologia" – e de uma certa visão da História a partir da transformação dialética. Não estamos mencionando ainda a questão, que será colocada mais adiante, de que na verdade não existe um único marxismo, mas sim diversos marxismos.

De qualquer modo, o historiador que pretende se inscrever estritamente dentro dos limites do "materialismo histórico", e não apenas utilizar livremente alguns dos seus conceitos básicos, deve ter um problema central em mente: de que modo a produção da vida material do homem determina a sua organização social e impulsiona o seu desenvolvimento histórico? Ou ainda, de que maneira as relações econômicas estruturam uma dada sociedade e se "refletem" na sua produção cultural? De que forma, enfim, apresenta-se a "luta de classes" em uma sociedade historicamente localizada, em função destas relações entre vida material e sociedade?

Estas questões não foram respondidas de um único modo no interior da teoria marxista e de sua historiografia. Desde a sua fundação em meados do século XIX, o materialismo histórico tem se desdobrado em inúmeros horizontes e perspectivas teóricas, de modo que os seus conceitos não estão na verdade imobilizados. Tomemos como exemplo o conceito de "modo de produção". Nos primórdios do marxismo, este era definido como o conjunto das "forças produtivas" e "relações de produção" presentes em uma dada sociedade e em uma determinada etapa do seu

determinava no fim das contas a "superestrutura" da sociedade (a "ideologia", o sistema jurídico, a cultura, etc.).

Esta linha de determinação mais direta, que aparece nos primeiros textos de Marx e Engels a partir de *A Ideologia Alemã* (1846)[39] – e que depois dos fundadores do materialismo histórico viria muitas vezes a ser retomada – sintoniza-se apenas com um dos enfoques possíveis à historiografia marxista. Os próprios fundadores do materialismo histórico, a partir de certo momento, passaram a relativizar esta questão da determinação econômica – sobretudo Engels, que corrigiu o determinismo marxista com a ideia de "determinação em última instância", onde já admitia uma influência retroativa da superestrutura sobre a infraestrutura.

Mais tarde viriam muitas outras contribuições à teoria marxista. A "Escola Marxista Inglesa"* (e Thompson em particular) trabalha com uma compreensão ampliada do conceito de "modo de produção". Para estes historiadores, a esfera da cultura faz parte do próprio modo de produção, de maneira que estudar a cultura é já estudar um aspecto daquele. Por isso, é tão comum entre estes autores a exploração prioritária de fontes da História Cultural

De igual maneira, conceitos como os de "classe social", "luta de classes" e "consciência de classes" também têm se beneficiado de inúmeras flutuações e variações dentro do quadro teórico do materialismo histórico. Assim, por exemplo, o problema do encaminhamento da *luta de classes* sofre na obra de E.P. Thompson uma interessante inversão. Enquanto que para alguns autores marxistas primeiro se forma uma *classe social*, depois esta adquire uma *consciência de classe*, e finalmente se estabelece a *luta de classes*, para o historiador inglês verifica-se precisamente o contrário: parte-se primeiramente da *luta de classes* e, somente depois que um determinado grupo social atinge certo ponto da consciência de sua identidade, isto é, constrói a sua "consciência de classe", é que vai se constituir propriamente uma nova *classe social*[40]. De certa forma, este posicionamento não deixa de dialogar com sugestões já

39. MARX e ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

40. Ver E.P. THOMPSON. "Lucha de clases sin clases". In *Tradición, Revuelta y Consciência*

presentes em Marx na *Miséria da Filosofia*[41], onde ele expressa a ideia de que a massa do povo transformada em trabalhadores pode ser em certo momento uma "classe em si", mas ainda sem uma consciência de classe, até que no próprio processo de luta ela se une para formar uma "classe para si", já com plena consciência dos seus interesses. Por outro lado, esta oposição entre "classe em si" e "classe para si"* é rejeitada por Poulantzas[42].

Os exemplos de conceitos redefinidos dentro das várias correntes marxistas estendem-se indefinidamente. Já nem falaremos, por exemplo, nas múltiplas elaborações marxistas do conceito de "ideologia"* a partir de Karl Marx, passando por diversos autores como Lênin, Gramsci, Lukács ou Althusser.

Diante de tantas nuances internas, filiar-se ao Materialismo Histórico pode parecer em algumas ocasiões muito vago, sendo por vezes necessário delinear um certo "horizonte ou perspectiva teórica" dentro desta corrente mais ampla (5). No mínimo, será necessário precisar alguns "conceitos" (6), conforme eles estejam mais ou menos presentes na instrumentalização da pesquisa a ser desenvolvida e na exploração do tema proposto.

Conforme já foi ressaltado, a filiação a uma corrente de pensamento definida não é, em todo o caso, uma obrigatoriedade. O pesquisador deve ser livre para compor o seu quadro teórico da maneira que achar mais adequada, contanto que haja coerência nas suas escolhas. Assim, é possível combinar autores diversos, utilizando um conceito importante deste, uma abordagem proposta por um outro, e assim por diante. Naturalmente que deve haver um cuidado especial para não combinar perspectivas incompatíveis.

A partir da crise dos grandes paradigmas totalizantes – que pretendiam até antes das últimas décadas do século XX fornecer modelos globais que seriam capazes de explicar toda a experiência humana dentro

41. Karl MARX. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Mandacaru, 1990. Cap. II, 5.

42. Com relação aos usos de E.P. THOMPSON das noções de "classe" e "consciência de classe", ver ainda o Prefácio de 1963 para *A Formação da Classe Operária Inglesa* (Rio de Janeiro:

de um único sistema de pensamento – a tendência mais atual das pesquisas em História e nas Ciências Sociais parece ter passado a ser a de escapar tangencialmente, de alguma maneira, a filiações exclusivas aos grandes sistemas unificados e às posições inflexíveis. Ao contrário, hoje se utiliza com maior liberdade o repertório de possibilidades teóricas das ciências humanas, dissolvendo-se os antigos padrões de incompatibilidade que pareciam bloquear a criatividade teórica. O que não quer dizer, é bom frisar mais uma vez, que em teoria tudo é permitido. Qualquer posição torna-se permitida, sim, quando o autor consegue sustentá-la de maneira coerente e argumentativa, demonstrando a aplicabilidade dos caminhos teóricos escolhidos em situações concretas trazidas à tona pela pesquisa.

Mais importante do que uma filiação parece ser a já mencionada necessidade de esclarecer uma determinada perspectiva teórica que irá orientar o trabalho em questão. Assim, se a perspectiva do "determinismo geográfico" é central em nosso trabalho, isto deve ficar bem estabelecido desde o princípio. Se o meu objeto é o discurso, torna-se imprescindível definir os horizontes teóricos a partir dos quais estou entendendo os fenômenos da língua, da enunciação, da recepção. Por exemplo, a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza?[43] Existe uma correspondência entre o tipo do discurso e as características do seu locutor ou do seu meio?[44] A comunicação é um processo ou um dado?

Em certas pesquisas vinculadas a temáticas pertinentes ao imaginário* social, o posicionamento de um historiador quanto à questão das *mentalidades* também pode implicar em um tipo de abordagem teórica a ser definida com maior precisão, à parte a própria escolha dos tipos fontes que irão constituir o *corpus documental*. Por exemplo: acreditamos em uma *mentalidade coletiva*? Existe uma base comum presente nos "modos de pensar e de sentir" dos homens de determinada sociedade – algo que una "César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês que cultivava as suas terras, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas"? Abraçando esta perspectiva teórica, o historiador

43. C.E. OSGOOD. "The representational model and relevant methods". In I. de Sola Pool (ed.). *Trends in content analysis*. Illinois: Urbana University of Illinois Press, 1959.

deve ampliar necessariamente a sua concepção documental. Conforme assinala François Furet[45], se o historiador das mentalidades procura alcançar níveis médios de comportamento, não pode se satisfazer com a literatura tradicional do testemunho histórico, que é inevitavelmente subjetiva, não representativa, ambígua.

Lucien Febvre tentou ainda uma segunda via. Em sua famosa obra sobre Rabelais[46], o historiador francês se propõe – a partir da investigação de um único indivíduo – identificar as coordenadas de toda uma era. A abordagem é criticada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg que, ao contrário, opta por instrumentalizar o conceito de *mentalidade de classe* em sua obra *O Queijo e os Vermes*[47]. Neste último caso – onde toma como documentação principal os "registros inquisitoriais" do processo de um moleiro italiano perseguido pela inquisição no século XVI – Ginzburg mantém-se atento à questão da "intertextualidade", isto é, ao diálogo que o discurso do moleiro Menocchio estabelece implicitamente com outros textos e discursos.

Deste modo, embora ambos historiadores partam de um estudo de caso individual, a abordagem tornou-se distinta. Além do discurso externo do próprio Menocchio, Ginzburg toma por objeto a multiplicidade de discursos que o constituem; e, além disso, evita a pretensão de reconstituir uma "mentalidade de época".

Outra série de exemplos relativos à diversificação de abordagens pode ser buscada nas várias alternativas que se abrem para uma História Política. Se a minha pesquisa inclui um estudo das relações de poder, é preciso definir, por exemplo, a partir de que perspectiva eu estou entendendo o poder. O poder é gerado a partir de um centro ancorado na organização estatal, ou está distribuído em redes por toda a sociedade?[48] Que conceitos fundamentarão minha análise do poder? Se utilizo, por exemplo, o conceito de *hegemonia*, adotarei qual das diversas concepções que

45. François FURET. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. v. I. p.93.

46. Lucien FEBVRE. *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1962.

47. Carlo GINZBURG. "Prefácio à edição italiana". In *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p.34.

já foram empregadas para este conceito? A adoção de uma certa perspectiva teórica, relacionada a alguma questão específica, deve vir desta forma articulada ao sentido preciso que se pretende atribuir aos diversos conceitos, ideias e categorias teóricas que serão utilizados, conforme se verá mais adiante.

5.3. O Campo Histórico

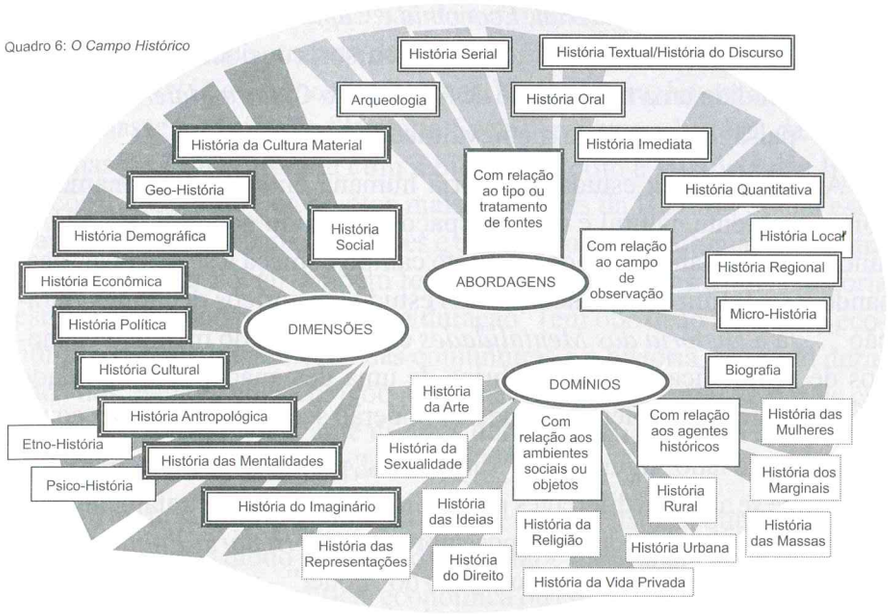
Dizíamos atrás que, em alguns casos, mostra-se adequado explicitar no Projeto de Pesquisa a área de estudos em que se inscreve o trabalho a ser realizado. Esta explicitação não é obrigatória, e pode ser que em alguns casos revele-se gratuita (situação em que deverá ser obviamente dispensada). Para o caso de que seja importante para o pesquisador explicitar o campo histórico em que pretende atuar, serão úteis alguns esclarecimentos.

A divisão do Campo Histórico em áreas mais específicas constitui uma questão extremamente complexa. Ainda assim, tentaremos registrar aqui um pequeno panorama relativo às suas várias possibilidades.

O Quadro 6 foi elaborado com o intuito de organizar melhor os vários critérios em que habitualmente dividimos o campo dos saberes históricos – distribuindo-os em "dimensões", "abordagens" e "domínios" da História – e buscando esclarecer as várias divisões que estes critérios podem gerar. De certo modo, as três ordens de critérios correspondem a divisões da História respectivamente relacionadas a "teorias", "métodos" e "temas". Por ali veremos que uma primeira ordem de classificações é gerada pelas várias *dimensões* da vida humana, embora na realidade social estas nunca apareçam desligadas entre si. Teremos então uma História Demográfica, uma História Econômica, uma História Política, uma História Cultural, e assim por diante.

A maior parte destas dimensões é por si só evidente, e por isto não nos deteremos em uma definição pormenorizada de cada um destes campos (o que exigiria um livro específico com esta finalidade). A *História Demográfica*, por exemplo, enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere à "População": as suas variações quantitativas e qualitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios, e assim

Quadro 6: *O Campo Histórico*



A *História da Cultura Material* estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano. Trata-se de uma especificidade da história que está intimamente associada à *Arqueologia*, mas esta designação refere-se mais a uma "abordagem" das fontes da cultura material do que à "dimensão" de vida social que é trazida por estas fontes. Relacionada a um "modo" de desvendar vestígios materiais e de conectá-los para reconstruir a História, a Arqueologia relaciona-se mais coerentemente com a segunda ordem de critérios indicada no Quadro 6 ("abordagens"). Neste sentido, quando se trata de indicar que a pesquisa deverá empregar "métodos arqueológicos" para levantar fontes e dados empíricos, isto deverá ser feito mais apropriadamente no capítulo "Metodologia" do que no capítulo "Quadro Teórico" (já que se trata mais de um "modo de fazer" do que um "modo de ver"). Mas, de qualquer maneira, a *História da Cultura Ma-*

Cultura Material foi concretizado por Fernando Braudel, em um dos volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*[49]. Por outro lado, Marc Bloch pode ser considerado um precursor, considerando-se que teria empreendido uma modalidade de *História da Cultura Material* ao analisar a "paisagem rural" na medievalidade francesa[50].

A *Geo-História* estuda a história humana em seu relacionamento com o ambiente natural e com o espaço concebido geograficamente. É ainda com Fernando Braudel que este campo começa a se destacar, passando a se definir e a se encaixar nos estudos históricos de "longa duração"[51]. Já a *História das Mentalidades* estuda o mundo mental e os modos de sentir, ficando sob a rubrica de uma designação que tem dado margem a grandes polêmicas que não poderão ser pormenorizadas aqui.

Por outro lado, algumas das "dimensões" propostas referem-se a categorias que se abrem a diferentes possibilidades internas de tratamento, por vezes antagônicas. Já discorremos sobre como a *História Política* – que seria uma história que enfatiza o estudo do "Poder" – pode privilegiar desde o estudo do poder estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana. Algumas das dimensões propostas permitiriam ainda novas subdivisões. A *História Cultural* – que enfatizaria o estudo de aspectos culturais – abre-se a estudos da "cultura popular", da "cultura letrada", das "representações", se bem que em alguns destes casos já entramos no âmbito dos "domínios da História", dos quais já falaremos.

A *História Antropológica* também enfatiza a "Cultura", mas mais particularmente nos seus sentidos antropológicos. Privilegia problemas relacionados à "alteridade", e interessa-se especialmente pelos povos ágrafos, pelas minorias, pelos modos de comportamento não-convencionais, pela organização familiar, pelas estruturas de parentesco. Em alguns de seus interesses, irmana-se com a *Etno-História*, por vezes assimilando esta última categoria histórica aos seus quadros.

---

49. Fernando BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

50. Marc BLOCH. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952.

51. A obra prima de BRAUDEL neste campo é *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na*

A dimensão mais sujeita a oscilações de significado é a da *História Social*, categoria que por ocasião do surgimento da "Revista dos Annales" foi construída – ao lado da *História Econômica* – por oposição em relação à *História Política* tradicional. Nesta esteira, houve ainda quem direcionasse a expressão "História Social" para uma história das grandes massas (em contraste com a biografia, com a História das Instituições, etc.). Entre os objetos mais evidentes da História Social estariam as relações sociais, as classes e estamentos, as ideologias. Por outro lado, a História Social também foi vinculada por alguns a uma "história estrutural" voltada para a "longa duração" (em oposição ao estudo econômico de "média duração" das conjunturas e à história de "curta duração" dos eventos políticos), ou pelo menos ela direcionou-se nestes casos para o estudo totalizante das três durações articuladas. História Social como História da Sociedade...

Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é de algum modo uma História Social – mesmo que se direcionando para as dimensões política, econômica ou cultural. De fato, é possível incorporar uma preocupação social a cada uma das demais dimensões citadas, e também às várias "abordagens" e "domínios" que já veremos. Mas é também verdade que nem toda História é *necessariamente* social. Se é possível elaborar uma *História Social das Ideias* ou uma *História Social da Arte*, é possível elaborar uma *História das Ideias* ou uma *História da Arte* que se restrinjam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem reestruturá-las dentro do seu ambiente social mais amplo. Encontra-se quem fale em uma *História da Cultura*, preocupada em descrever produções culturais de vários tipos, mas contrastando-a com uma *História Cultural* marcada por uma preocupação social bem definida (neste caso, uma *História Social da Cultura*).

Do âmbito das dimensões, passemos ao âmbito das *abordagens*. Existem subdivisões possíveis da História que remontam ao "campo de observação" com que os historiadores trabalham. E há outras que se referem ao tipo de fontes ou ao modo de tratamento das fontes empregado pelo historiador. Em cada um destes casos, estas divisões da História referem-se mais aos "modos de fazer" do que aos "modos de conceber". Portanto, são divisões que estão mais relacionadas com Metodologia do que

aparecer esta inserção é o capítulo Metodologia (mais do que o Quadro Teórico).

Assim, por exemplo, é muito mais pertinente que o pesquisador deixe para comentar no capítulo "Metodologia" que o seu trabalho articula-se com uma *História Oral*, já que poderá aproveitar este comentário para descrever o tipo de entrevista que será utilizado na coleta de depoimentos, os cuidados na decodificação e análise destes depoimentos, o uso ou não de questionários pré-direcionados, e assim por diante. Todos estes aspectos mais se referem a "métodos e técnicas" do que a teoria (e portanto ao capítulo "Metodologia" de um Projeto, que não será objeto deste livro).

Também o campo da *História Serial* refere-se a um tipo de fontes e a um "modo de tratamento" das fontes. Trata-se de abordar fontes com algum nível de homogeneidade, e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades. Num outro sentido, a História Serial lida também com a serialização de eventos (e não apenas com a serialização de fontes) propondo-se a avaliar eventos históricos de um certo tipo em séries ou unidades repetitivas por determinados períodos de tempo. Enquadram-se neste conjunto de possibilidades os estudos dos ciclos econômicos, a partir por exemplo da análise das curvas de preços, e também as análises das curvas demográficas.

A História Serial foi um campo que se abriu com a História Econômica, e que daí se estendeu à História Demográfica e à História Social, mas que terminou por se difundir para além destes limites. É o caso dos estudos de História das Mentalidades, quando se recorre à análise de séries de testamentos a fim de verificar quantas missas desejavam para depois de sua morte os homens de certa classe social em certa sociedade. Neste sentido, a série pode trazer à tona "testemunhos involuntários", permitindo estabelecer uma História das Práticas Religiosas (rubrica que deve ser enquadrada no âmbito dos "domínios" da História). Da mesma forma, é possível serializar "estruturas de parentesco", e neste momento a História Serial estará se articulando à História Antropológica.

A História Serial, relacionada a determinados procedimentos metodológicos (e que portanto podem ser comentados mais apropriadamente

no capítulo Metodologia) articula-se deste modo a outros campos históricos como a História Econômica, a História Demográfica ou a História das Mentalidades, aplicando-se a objetos vários (como na História das Práticas Religiosas ou na História da Família). Por outro lado, com frequência ela se encontra intimamente relacionada com a chamada *História Quantitativa*, uma subdivisão da História que se refere mais ao critério "campo de observação", neste caso associado ao universo numérico e às variações quantitativas.

Dentre as subdivisões pertinentes ao critério "campo de observação", a confusão mais frequente que se faz está entre a *História Regional* e a *Micro-História*, apesar de serem campos radicalmente distintos. Valem aqui alguns esclarecimentos.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer maneira, o interesse central do historiador é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial, etc.).

A Micro-História não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam desapercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente *a* pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade (não é por exemplo a perspectiva da História Local, que busca o estudo da realidade microlocalizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos es-

pecíficos de uma sociedade mais ampla. Da mesma forma

para estudo uma "realidade micro" com o intuito de compreender certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente desapercebidos.

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser desta forma o espaço microrrecortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais que está se dispondo a examinar. Se ele elabora a biografia de um indivíduo (e frequentemente escolherá um indivíduo anônimo), o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame microlocalizado desta vida.

Para utilizar uma metáfora conhecida, a Micro-História propõe a utilização do microscópio ao invés do telescópio. Não se trata, neste caso, de depreciar o segundo em relação ao primeiro. O que importa é ter consciência de que cada um destes instrumentos pode se mostrar mais apropriado para conduzir à percepção de certos aspectos do universo (por exemplo, o espaço sideral ou o espaço intra-atômico). De igual maneira, a Micro-História procura enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, empreendendo para tal uma "redução da escala de observação" que não poupa os detalhes e o exame intensivo de uma documentação. Considerando os exemplos antes citados, o que importa para a Micro-História não é tanto a "unidade de observação", mas a "escala de observação" utilizada pelo historiador, o modo intensivo como ele observa e o que ele observa.

Tal como se deu com as demais divisões da História pertinentes ao tipo de "abordagem", é mais apropriado que o pesquisador declare a sua opção pela Micro-História no capítulo "Metodologia" do seu projeto, embora de certa forma a Micro-História também traga consigo certas implicações teóricas. Em vista destas implicações, não é descabido mencionar a opção pelo campo da Micro-História no Quadro Teórico. Mas o importante é que não haja repetições.

Com relação aos *domínios* da História (terceiro campo proposto

aos "agentes históricos" que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, as massas anônimas, e qualquer outro), aos "ambientes sociais" (rural, urbano, vida privada), e aos "objetos de estudo" (arte, direito, religiosidade, sexualidade). Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim.

Pode se dar que seja mais apropriado deixar para mencionar os "domínios históricos" em que se inscreve a pesquisa por ocasião da "Delimitação do Tema", já que rigorosamente estes tipos de subdivisões da História se referem mais do que tudo a campos temáticos. Ou, se já tiver sido realizada uma "Revisão Bibliográfica", pode ser que ali tenha se mostrado uma ocasião mais oportuna para este tipo de inserção, que neste caso viria sob a forma de associação da pesquisa com a literatura já existente em cada campo temático que tenha com ela certas afinidades (uma tese sobre "a mulher no mundo islâmico" dialoga simultaneamente com a "história das mulheres" e com a "história das religiões"). Tal como se tem ressaltado, o importante é que não haja repetições inúteis, o que tornaria cansativa a leitura do Projeto.

5.4. Conceitos pertinentes ao campo de estudos ou à linha de pesquisa

É hora de discutir que conceitos e categorias deverão ser relacionados pelo pesquisador no seu Quadro Teórico. As várias respostas possíveis dependem, obviamente, da própria pesquisa que está sendo realizada. O que pode ser significativo para uma pesquisa, já não o será para uma outra.

Assim, a própria inscrição da pesquisa em um campo específico, ou em uma determinada "linha de pesquisas"*, pode abrir potencialmente um circuito conceitual a ser discutido. Tomaremos, apenas como um exemplo entre outros possíveis, um campo historiográfico específico.

Se, por exemplo, inscrevo a minha pesquisa na História Regional, será talvez oportuno discutir conceitos como o de "região", "território", "espaço" – o que deixará claro não apenas o conceito de região que estarei empregando (e com isto uma concepção específica de História Regional) como também os critérios que privilegiei para definir a região

Ainda com relação aos problemas pertinentes à História Regional, pode-se considerar que neste caso as considerações teóricas misturam-se de um modo ou de outro a posturas metodológicas. Isto se deve às já mencionadas interações entre Teoria e Metodologia. Habitualmente, a pré-fixação de conceitos refere-se ao Quadro Teórico. Pode-se discutir aqui o conceito de "região", de "território", de "cidade", ou quaisquer outros de interesse da pesquisa inserida no campo da História Regional. Já os critérios de que o pesquisador se valeu para definir os limites espaciais e sociais da sua região específica – isto é, os parâmetros que nortearam a constituição do seu recorte temático em especial – podem aparecer mais propriamente explicitados no capítulo relacionado à Metodologia. Mas o importante é não produzir repetições desnecessárias no Projeto de Pesquisa. Um recurso é desenvolver no Quadro Teórico apenas a discussão dos conceitos pertinentes à História Regional, para remeter no fim desta seção ao capítulo "Metodologia", avisando que a justificativa da aplicação ao recorte temático de alguns dos critérios e conceitos ali discutidos será elaborada na parte inicial deste capítulo metodológico. Não existe, conforme estamos sempre ressaltando, uma receita pronta para organizar o Projeto de Pesquisa, devendo prevalecer em todos os casos o bom senso e a orientação para uma redação não-repetitiva.

O que se pretendeu aqui foi apenas mostrar que, já de princípio, a escolha de uma linha de pesquisa* implica em repensar o instrumental de conceitos e categorias de análise que já se encontram à disposição do historiador neste ou naquele campo de estudos. Esta avaliação consciente do instrumental teórico já existente é uma necessidade efetiva (o que se pode discutir é que aspectos desta avaliação deverão ser registrados ou não no Quadro Teórico). Assim, a escolha de uma linha relacionada à História da Cultura pode implicar na discussão do próprio conceito de "cultura", apenas para citar mais um exemplo. De igual maneira, quando uma pesquisa está claramente inscrita no campo da História Econômica, é muito natural que apareça no Quadro Teórico todo um vocabulário conceitual bem específico deste campo histórico que trabalha em íntima interdisciplinaridade com a Economia, uma vez que pode ser bastante oportuno definir naquele momento alguns conceitos que se mostrarão imprescindíveis para a Pesquisa. Por outro lado, existem conceitos cuja discussão torna-se oportuna em função do próprio recorte temático esta-

5.5. Conceitos pertinentes ao recorte temático

Considerando-se agora o tema da pesquisa, que conceitos, categorias, noções ou termos devem ser esclarecidos ou discutidos no Quadro Teórico de um Projeto (ou mesmo na Tese a ser redigida futuramente)? Esta é uma questão que deve ser orientada sobretudo pelo bom senso. Por um lado, o esclarecimento de conceitos e expressões-chave mostra-se uma necessidade decorrente do próprio movimento do pesquisador pela rede intertextual com a qual ele dialoga. Há expressões e conceitos que são *polissêmicos*, gerando a necessidade de se precisar os sentidos em que serão utilizados pelo pesquisador. Desta forma, será uma boa medida definir tanto os conceitos ou as expressões que poderiam oferecer ao leitor ambigüidades na interpretação, como também aqueles que desejamos que sejam compreendidos com um significado bem específico, mais adequado aos objetivos da pesquisa.

Há outros conceitos que, mesmo que não sejam propriamente polissêmicos, oferecem o pretexto para introduzir esta ou aquela discussão teórica importante para o Projeto e para a futura Tese ou texto de exposição de resultados. Existe ainda a questão de que um Projeto de Pesquisa não se dirige apenas a três ou cinco examinadores que, desde sempre, estariam familiarizados com qualquer noção mais técnica ou erudita a ser empregada no trabalho. O Projeto de Pesquisa ou de Dissertação, depois de qualificado, estará eventualmente à disposição de outros pesquisadores e leitores (isto, em todo o caso, ocorrerá necessariamente para o caso da Tese propriamente dita). Por isto, também pode ser uma boa medida definir conceitos pouco utilizados ou conhecidos que eventualmente irão aparecer ou ser operacionalizados na pesquisa, sobretudo aquelas noções que fazem parte do domínio teórico de um número relativamente restrito de especialistas.

Em vista do que foi colocado, o pesquisador precisa orientar a sua escolha de definições e discussão de conceitos em torno de aspectos que vão das exigências teóricas incontornáveis aos interesses de esclarecer o seu trabalho para uma faixa de público mais ampla. Umberto Eco, em *Como se faz uma tese*, dá a perceber de maneira muito clara esta necessidade de utilizar o bom senso na escolha de expressões a serem esclarecidas:

> De início, *definem-se os termos usados*, a menos que se trate

sa. Numa tese de lógica formal, não precisarei definir um termo como "implicação" (mas numa tese sobre a implicação estrita de Lewis terei de definir a diferença entre implicação material e implicação estrita). Numa tese de linguística não terei de definir a noção de fonema (mas devo fazê-lo se o assunto da tese for a definição de fonema em Jakobson). Porém, nesta mesma tese de linguística, se empregar a palavra "signo" seria conveniente defini-la, pois dá-se o caso de que o termo se refere a coisas diversas em autores diversos. Portanto, teremos como regra geral: definir todos os termos técnicos usados como categorias-chave em nosso discurso[52].

A estratégia de discutir no Quadro Teórico os termos utilizados como categorias-chave do trabalho, descontados os que já sejam por demais óbvios e temperando-se as escolhas com bom senso, mostra-se como a mais adequada para o Projeto de Pesquisa elaborado com seriedade. Em caso de expressões polissêmicas, e também de conceitos que foram utilizados de diversificadas formas por autores diversos, pode-se apresentar um pequeno panorama de possibilidades para o uso da expressão a ser discutida, e no final deixar claro que o autor do Projeto está optando por um uso ou sentido específico, por esta ou por aquela razão. Mas isto deve ser realizado com o cuidado de se evitar a prolixidade, ou demonstrações inúteis de erudição. Discutir uma escolha entre os vários usos possíveis de um conceito só é válido na medida em que se deixa clara a opção por um caminho teórico em detrimento de outros.

A Historiografia, e as Ciências Sociais de uma maneira geral, são bastante ricas em expressões polissêmicas e em conceitos que adquirem significados diversos conforme o sistema teórico em que se inserem ou conforme este ou aquele autor. Apenas para dar um exemplo entre tantos outros possíveis, Terry Eagleton registra em seu livro *Ideologia* nada mais nada menos do que dezesseis sentidos de uso mais comum para este conceito na atualidade[53]:

52. Umberto ECO. *Como se faz uma tese*. S. Paulo: Perspectiva, 1995. p.115.

53. Terry EAGLETON. *Ideologia*. São Paulo: UNESP, 1997. p.15. Sobre um panorama crítico para várias possibilidades de sentido modernamente atribuídos ao conceito de "ideologia", o au-

a) Processo de produção de significados, signos e valores na vida social
b) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social
c) Ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante
d) Ideias *falsas* que ajudam a legitimar um poder político dominante
e) Comunicação sistematicamente distorcida
f) Aquilo que confere certa posição a um sujeito
g) Formas de pensamento motivadas por interesses sociais
h) Pensamento de identidade
i) Ilusão socialmente necessária
j) A conjuntura de discurso e poder
k) O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo
l) Conjunto de crenças orientadas para a ação
m) A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal
n) Oclusão semiótica
o) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social
p) O processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural

Diante da variedade de usos do conceito de "ideologia" possíveis e atualmente circulantes nas Ciências Humanas, o pesquisador que quiser operacionalizar este conceito ou enunciá-lo com maior precisão deve esclarecer, para os outros e para si mesmo, o que está entendendo por "ideologia". Trata-se de uma dimensão "falsificadora" da realidade? De uma autoexpressão simbólica coletiva? Esta autoexpressão simbólica se estabelece a partir da promoção e legitimação de determinados interesses sociais em face dos interesses de grupos sociais opostos? Estes interesses sociais setorializados são restringidos às atividades de um poder social dominante? As ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo dominante são encaminhadas através da distorção

e da dissimulação? Ou a ideologia abrange crenças falsas ou ilusórias oriundas da estrutura material da sociedade como um todo?

Tivéssemos pretendido dar como exemplo o conceito de "cultura", não haveria letras suficientes no alfabeto para organizar uma tabela como a que foi atrás proposta para o conceito de "ideologia" – e mesmo as próximas vinte páginas não dariam conta desta operação – tantos são os significados atualmente utilizados para "cultura" nos campos da História, da Sociologia, da Antropologia, da Geografia, e inclusive das ciências naturais.

Pode-se ter uma ideia ainda mais clara da multiplicidade de sentidos que se relacionam a vários dos conceitos utilizados na História e nas Ciências Humanas, com a leitura de obras que se propõem precisamente a discutir o vocabulário teórico, ou mais especificamente o vocabulário sociológico e historiográfico. É o caso, por exemplo, da obra *Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica*[54], de Pierre Vilar, onde o autor apresenta de forma crítica a riqueza conceitual e a diversidade de usos em noções como "estrutura", "conjuntura", "classes sociais", "povos", "nações", "estados". Discussões deste tipo também aparecem nos verbetes de dicionários especializados em vocabulário histórico, sociológico, antropológico e político[55]. A *Enciclopédia Einaudi*, por sua vez, possui um bom número de volumes que se propõem a discutir de maneira aprofundada determinadas noções e conceitos, fornecendo ao mesmo tempo uma série de indicações bibliográficas para cada caso[56]. Assim, o volume denominado "Região" contém verbetes como "região", "cidade", "aldeia", "população", etc. Por outro lado, a literatura teórica também é rica em livros inteiros que se propõem a discutir uma única noção,

54. Pierre VILAR. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Sa da Costa, 1985.

55. Existem desde os dicionários especializados em um campo disciplinar como a História ou a Sociologia (por exemplo o *Dicionário das Ciências Históricas*, organizado por André BURGUIÈRE), até os dicionários especializados em uma única abordagem teórica, como o *Dicionário do Pensamento Marxista*, organizado por Tom BOTTOMORE. Existem ainda os dicionários especializados em um único objeto de estudos, como o *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, organizado por François FURET e Mona OZOUF.

ideia ou conceito, como é o caso, por exemplo, da obra *Da Revolução* de Hannah Arendt[57].

No que concerne a um Projeto, mostra-se particularmente importante a definição de expressões-chave que, constituintes do próprio título da Pesquisa, possam dar margem a ambiguidades. Assim, uma Tese ou Projeto que tenha o título: "Arariboia: a construção de um mito" pode requerer que se esclareça no Quadro Teórico o que se está entendendo por "mito". É preciso esclarecer ao leitor se a palavra está sendo empregada no seu sentido vulgar, em algum dos seus sentidos antropológicos, no sentido de "mito político", ou em qualquer outro. Se "mito" está sendo empregado com sentido antropológico, convém iniciar uma discussão em torno deste conceito, aproveitando para registrar os diálogos que o autor do trabalho pretende estabelecer com esta ou aquela corrente da Antropologia.

Da mesma forma, se o título da Tese a ser desenvolvida é "Ideologia e Música: apropriações políticas do nacionalismo musical no Estado Novo", pode ser adequado discutir o que se está entendendo por "ideologia", e o que se está entendendo por "nacionalismo musical", para além de encaminhar uma discussão teórica sobre o Estado Novo que deixe clara a posição do autor com relação a esta temática específica (este último aspecto também pode ser discutido na Revisão Bibliográfica, se esta constituir um item separado do Quadro Teórico). De maneira similar, este tema pode exigir que se tome uma posição a favor ou contrária em relação ao uso de conceitos como o de "populismo", "trabalhismo", ou outros. Pode ser que se ache necessário pôr o conceito de "nacionalismo musical" a dialogar com o conceito de "modernismo", e assim por diante.

Conforme já ressaltamos, a decisão de esclarecer ou discutir um conceito, um termo ou uma expressão no Quadro Teórico deve ser orientada na confluência das necessidades da própria pesquisa e do bom senso do pesquisador. Os exemplos acima foram meramente ilustrativos.

57. É elucidativa a leitura do primeiro capítulo desta obra, no sentido de perceber como pode ser aprofundada a discussão de uma única noção, a de "revolução" (Hannah ARENDT. "O Significado de Revolução". In *Da Revolução*. São Paulo: Ática/UNB, 1998. p.17-46). Também existem textos da autora onde se procura definir "política" (*O Que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990). Outro exemplo interessante, agora para o conceito de "estrutura", acha-se em Roger BASTIDE (coord.). *Usos e sentidos do termo "estrutura" nas ciências humanas*. São

5.6. Normas para a elaboração de definições conceituais

Uma vez examinados os aspectos que envolvem as decisões de selecionar determinados conceitos para serem discutidos em um Quadro Teórico seria útil, agora, falarmos sobre os aspectos redacionais relativos a esta operação.

Algumas normas gerais podem ser úteis para a orientação de definições ou de esclarecimentos conceituais a serem elaborados ou corrigidos pelo pesquisador-escritor. Uma definição* deve ser tão breve quanto possível na sua unidade frásica inicial. Em seguida a ela, se for o caso, o autor pode desdobrar tantos comentários quantos achar necessários, ou mesmo situar por oposição a sua definição em relação a outras, indicar as suas referências teóricas ou critérios, apontar as vantagens de suas escolhas, e assim por diante. Estaremos nos referindo, a seguir, apenas a este momento frásico inicial, onde o autor procura sintetizar em duas ou três linhas a essência do conceito que tem em mente, definindo-o a partir dos aspectos que o singularizam.

Uma primeira precaução na elaboração de definições e de esclarecimentos conceituais é evitar o uso de vulgarizações e definições cotidianas. É preciso ter alguma desconfiança, por exemplo, em relação às definições de dicionário (a não ser que seja um dicionário especializado), porque na maior parte das vezes estas definições não são elaboradas de maneira científica. A transferência de definições de um dicionário comum, sem nenhuma crítica, para uma obra que pretende assumir uma dimensão científica, pode produzir equívocos drásticos[58]. É mais acertado confiar em obras teóricas mais densas, ou em livros e artigos especializados na matéria relativa à pesquisa.

Em alguns casos, o pesquisador não deve hesitar em reformular ele mesmo algumas definições, já refletidas a partir do que dizem os textos especializados, mas adaptando-as a partir do seu próprio senso crítico. Também ocorre com alguma frequência a necessidade de criar um conceito inédito, e consequentemente de defini-lo da maneira mais apropriada possível para o leitor (Charles Darwin, em exemplo atrás mencionado, precisou elaborar o conceito original de "seleção natural", já que estava desenvolvendo uma abordagem do mundo natural até então não existente e para a qual o próprio instrumental teórico ainda precisava ser inventado).

Alguns critérios redacionais podem orientar a elaboração correta de uma definição a ser incluída em um trabalho científico. Em primeiro lugar, somente devem ser empregados em uma definição termos suficientemente claros por si mesmos, ou então termos que, embora não sejam necessariamente claros ou simples, já foram definidos anteriormente no mesmo trabalho.

É novamente o bom senso o que deverá orientar a decisão de esclarecer esta ou aquela expressão, de empregar esta ou aquela palavra menos habitual ou mais técnica sem maiores esclarecimentos – sempre evitando os extremos de, por um lado, menosprezar a capacidade compreensiva do leitor, e de, por outro, considerá-lo um *expert* ou um conhecedor de todas as expressões possíveis. Ou seja, aquele que redige o texto científico deve se movimentar equidistante à obsessão ingênua de tudo definir e à negligência de deixar ideias obscuras pelo caminho.

Assim, por exemplo, em um texto de História não é preciso se preocupar com o esclarecimento da expressão "materialismo histórico" que foi utilizada em uma determinada definição de conceito, porque esta expressão já deve ser familiar a qualquer leitor mediano de textos historiográficos. Mas, em uma Tese de História que atue em um registro interdisciplinar com a Psicanálise, talvez seja interessante esclarecer palavras como "pulsão"* ou "denegação", que podem não ser conhecidas por todos os leitores de livros de História (embora sejam palavras bem conhecidas entre os leitores especializados em Psicanálise).

Não se deve cair na armadilha de incluir na definição, mesmo de maneira disfarçada, a própria palavra ou conceito que se pretende definir, o que equivaleria, grosso modo, a explicar de maneira tautológica uma palavra pela própria palavra. Nem se deve enveredar pela operação inútil de definir um termo pelo seu contrário. Por exemplo, é inútil e redundante a definição de que "uma revolução é um movimento social conduzido por revolucionários", ou de que "a guerra é a situação caracterizada pela presença de belicosidade". Da mesma forma, será inútil esclarecer

que se está entendendo "revolução" como "a situação que produz um rompimento em relação à ordem política vigente", ou que se está conceituando "guerra" como "a situação que se opõe à paz". Definições como estas não levam a lugar nenhum, e não têm nenhum "conteúdo" real aproveitável para um trabalho científico.

A elaboração da definição de um conceito deve, efetivamente, associar-se a um enriquecimento ou a uma conquista na produção de conhecimento, contribuindo simultaneamente para ampliar ou redefinir a "compreensão" que se tem de alguma coisa e para deixar claros os limites dentro dos quais se aplica a conceituação proposta, o que em linguagem filosófica significa esclarecer a "extensão" do conceito (já falaremos sobre isto). Eventualmente, a definição pode ainda clarificar a posição do conceito dentro de uma rede teórica mais ampla, com algum tipo de referência.

Para além disto, deve-se atentar para o fato de que um conceito deve implicar em alguma forma de generalização, deixando de fora particularizações que se refiram apenas a um objeto ou fenômeno isolado. Muitas das formulações conceituais inúteis que aparecem nos Projetos de Pesquisa e em Teses devem-se ao fato de que o autor não tem bem claro para si mesmo o que significa mais propriamente um "conceito". Começaremos então por aqui.

*

Um conceito* é uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos passível de generalização, que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais, para si mesmo e para outros. Visto desta forma, o conceito constitui uma espécie de órgão para a percepção ou para a construção de um conhecimento sobre a realidade, mas que se dirige não para a singularidade do objeto ou evento isolado, mas sim para algo que liga um objeto ou evento a outros da mesma natureza, ao todo no qual se insere, ou ainda a uma qualidade de que participa.

Assim, muito habitualmente, os conceitos correspondem a categorias gerais que definem classes de objetos e de fenômenos dados ou construídos, e o seu objetivo é sintetizar o aspecto essencial ou as características existentes entre estes objetos ou fenômenos. Desta maneira, a Revolução

Francesa ou a Revolução Americana não são conceitos, mas "revolução" sim. Da mesma forma, o conceito marxista de "modo de produção" pode encontrar um desdobramento no "modo de produção asiático" ou no "modo de produção feudal": mas não tem sentido, por exemplo, dizer que se pretende conceituar o "modo de produção feudal" em uma determinada região da Europa Medieval. O que se está fazendo neste último caso é descrever uma situação social específica, que pode até se enquadrar no que habitualmente se define como "modo de produção feudal", mas que neste tipo de operação (a descrição de um fenômeno) virá misturada com singularidades que não fazem parte do âmbito conceitual.

De maneira análoga, pode-se "explicar" historicamente o que foi a Revolução Francesa a partir de um certo ponto de vista, mas não se pode "conceituá-la", uma vez que a Revolução Francesa constitui um conjunto singular e único de situações e aspectos. Uma descrição histórica, mesmo que sintetizada, não pode ser confundida com uma conceituação. A explicação construída sobre a Revolução Francesa, por outro lado, poderá se valer dentro dela do uso do conceito de "revolução", mediante o qual, se a explicação for levada até este ponto, o leitor poderá saber o que há de comum entre a Revolução Francesa e a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana, e o que habilita chamar a cada um daqueles eventos e situações de "revolução".

Portanto, este tipo de conceito, quando bem formulado, representa somente os elementos que são absolutamente essenciais ao objeto ou fenômeno considerado na sua generalidade, e deste modo ele deve trazer para a sua definição aspectos que são comuns a todas as coisas da mesma espécie, deixando de fora fatores que são somente particularizantes de um objeto ou fenômeno singular.

Exemplos de conceitos que reúnem objetos particulares em uma única classe podem ser encontrados na própria vida cotidiana. "Pássaro", por exemplo, é um conceito construído a partir da abstração das características que todos os pássaros têm em comum. Trata-se, por outro lado, de um exemplo de conceito muito menos abstrato que o de "revolução", uma vez que as características que todos os pássaros têm em comum, e que constituem o conceito de "pássaro", são facilmente observáveis ou mensuráveis. Já a elaboração do conceito de "revolução", con-

maior de abstração que transcende a mera observação direta. Alguns autores chamam a este tipo de conceito construído a um nível de abstração mais elevado de *constructo**[59].

Enquanto o conceito propriamente dito tem os seus elementos mais imediatamente apreensíveis (por observação ou por mensuração), o constructo* não permite uma apreensão ou mensuração direta de suas propriedades ou aspectos essenciais, e muitas vezes tem de ser construído utilizando-se de outros conceitos, de menor nível de abstração, como materiais de base. Assim, "peso" é um conceito de nível mais direto de apreensão (já que os objetos se apresentam imediatamente à sensibilidade humana como "leves" ou "pesados"). "Volume" remete a apreensões imediatas que estão relacionadas ao espaço ocupado por um corpo. "Massa" é um conceito mensurável fisicamente com os instrumentos adequados (a massa de um corpo depende simultaneamente de quantos átomos ele contém e da massa individual destes átomos). "Densidade", contudo, é um conceito que necessita de um nível maior de abstração: pode ser definido no caso como uma "relação entre 'massa' e 'volume'" (massa ÷ volume). Nesta situação, a elaboração do constructo "densidade" necessitou da utilização dos conceitos de "massa" e "volume", de menor nível de abstração[60].

Retornando à ideia de "revolução", mais adiante veremos que este conceito necessita da utilização de outros materiais conceituais para a sua elaboração, construindo-se na combinação ou na relação entre conceitos e noções como os de "violência", "mudança", "liberdade", "movimento social", que de um modo geral são conceitos mais imediatamente apreensíveis (todos já estão familiarizados com a "violência" ou com a ideia de "mudança" a partir da sua própria vida cotidiana). Assim, mais rigorosamente, "revolução" seria um constructo*. Para simplificar, neste estudo chamaremos de "conceitos" às diversas elaborações

59. Ver, entre outros, Abraham KAPLAN. *A Conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/Edusp, 1969.

60. Poderíamos prosseguir adiante na elaboração de novos constructos, cada vez mais complexos. O constructo "densidade relativa", por exemplo, refere-se à "densidade de uma substância particular comparada com a densidade da água". Portanto, é um constructo de nível ainda maior de abstração, pois requer a utilização do constructo "densidade", que por sua vez já havia rela-

nos vários níveis de abstração, independentemente de serem constructos ou conceitos propriamente ditos.

Vimos acima que "revolução" ou "pássaro" são conceitos que sintetizam as características essenciais de fenômenos ou objetos do mesmo tipo. Mas vale lembrar que existem conceitos que não se referem propriamente a categorias gerais nas quais se enquadram objetos particulares, mas sim a propriedades, a processos ou situações generalizadas que ajudam a compreender o mundo circundante. O conceito darwiniano de "seleção natural", por exemplo, foi cunhado para representar um processo global relativo a um sistema de mútuas interações do qual participariam todos os seres vivos na sua luta pela sobrevivência. O conceito de "centralização política"* articula-se a uma certa maneira de ver o processo mediante o qual determinados poderes e atribuições de controlar e organizar a sociedade passam a se concentrar em torno de um núcleo estatal. O conceito de "imaginário"* procura dar conta de uma dimensão da vida humana associada à produção de imagens visuais, mentais e verbais, onde são elaborados "sistemas simbólicos" diversificados e onde se constroem "representações". Estes três exemplos ("seleção natural", "centralização", "imaginário") referem-se a conceitos que não produzem, necessariamente, sistemas de classificação. Da mesma forma, atributos ou propriedades podem ser conceituados, como "justiça", "liberdade", "densidade".

O importante é compreender que o conceito é uma *abstração* elaborada a partir da generalização de observações particulares. Sobretudo, é preciso ter em mente que o conceito é uma construção lógica que tem o objetivo de organizar a realidade para o sujeito que busca conhecê-la, mas não se devendo confundir a abstração conceitual com esta mesma realidade. Assim, os conceitos não existem como fenômenos reais, mesmo que tentem representar os fenômenos reais (a não ser, é claro, em teorias idealistas como a platônica, onde as ideias têm uma existência concreta para além do universo imaginário criado pelos homens na sua busca de compreender o mundo).

Não obstante, apesar de não possuir uma existência real, o conceito é um instrumento imprescindível não apenas para o conhecimento científico, como para a própria vida comum. Se os objetos e fenômenos não

ajuda dos conceitos, a ciência e uma série de outras atividades humanas fundamentais simplesmente não seriam possíveis. Neste sentido, o conceito é um mediador necessário entre o sujeito pensante e a realidade.

Em se tratando de "conceitos científicos", acrescentaríamos que o conceito deve possuir destacada clareza e suficiente precisão, uma vez que são eles que irão definir a forma e o conteúdo da teoria a ser construída pelo sujeito de conhecimento. Distingue-se, portanto, de outros instrumentos importantes mas certamente mais vagos e menos precisos na comunicação humana, como os "termos" – que são expressões que habitualmente passam a fazer parte do vocabulário de um campo disciplinar ou de um universo temático mas sem uma maior precisão conceitual. Poder-se-ia falar ainda das "noções", que são "quase conceitos", mas ainda funcionando como imagens de aproximação de um determinado objeto de conhecimento que ainda não se acham suficientemente delimitadas. É possível, neste sentido, que um estudioso crie uma "noção" e que, ao longo de diversos trabalhos científicos – seus e de outros – esta noção vá gradualmente se transformando em "conceito" ao se adquirir na comunidade científica uma consciência maior dos seus limites, da extensão de objetos à qual se aplica, e também ao se clarificar melhor o seu polissemismo interno com as consequentes escolhas dos estudiosos. Diga-se de passagem, os "termos" e "noções" mais importantes para um trabalho também podem e devem ser esclarecidos no Quadro Teórico de um Projeto. Serão igualmente "instrumentos" imprescindíveis para o estudioso, cumprindo notar que o conceito pode ser metaforicamente comparado a um "instrumento de alta precisão".

*

Compreendido o que é rigorosamente um "conceito", poderemos agora passar a pontuar o tipo de conteúdo que deve aparecer na sua definição, quando ela é registrada pelo pesquisador na sua Tese ou no seu Projeto de Pesquisa.

Do ponto de vista filosófico, todo conceito possui duas dimensões a serem consideradas: a "extensão" e a "compreensão" (às vezes também chamada de "conteúdo"). Chama-se "extensão" de um conceito precisamente ao grau de sua abrangência a vários fenômenos e objetos; e cha-

ticas que o constituem. À medida que um conceito adquire maior "extensão", perde em "compreensão". Para deixar mais clara esta relação, exemplificaremos com um caso específico.

Quando se conceitua "revolução" como "qualquer movimento social que se produz de maneira violenta", dá-se a este conceito uma "extensão" muito grande, que passa a abranger diversos movimentos sociais mas que, em contrapartida, reduz a sua "compreensão" a dois elementos apenas ("movimento social" e "violento"). Quando definimos "revolução" como um movimento social que se produz de modo violento, implicando em mudanças efetivas nas relações sociais entre os grupos envolvidos, acrescentamos-lhe um elemento de "compreensão", mas diminuímos a sua extensão, já que proposto deste modo o conceito de "revolução" passa a abranger menos movimentos sociais (excluindo os que implicam em meras trocas de poder, mas sem produzir modificações reais na estrutura social, sem falar nas meras agitações sociais).

Hannah Arendt, no seu livro *Da Revolução*, combina alguns elementos essenciais à "compreensão" do seu conceito de "revolução". Para a autora, em primeiro lugar o conceito moderno de revolução "está inextrincavelmente ligado à noção de que o curso da História começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes narrada está para se desenrolar"[61]. Atores e espectadores dos movimentos revolucionários a partir do século XVIII passariam a ter uma consciência ou uma convicção muito clara de que algo novo estava acontecendo. É esta consciência do novo, da ruptura com o anterior, o que a autora considera essencial no moderno conceito de "revolução".

Desta forma, com este elemento essencial incorporado à "compreensão" do que chama de moderno conceito de Revolução, Hannah Arendt separa as autênticas revoluções, posteriores aos dois marcos modernos das revoluções "francesa" e "americana", de insurreições ou revoluções no sentido antigo, onde os homens pensavam nos seus movimentos políticos como restauradores de uma ordem natural que havia sido inter-

rompida, e não como algo que visava à instituição do "novo"[62]. Percebe-se que esta ampliação da "compreensão" do conceito de "revolução" produziu, inversamente, uma restrição da "extensão" deste conceito, que passa a excluir uma série de movimentos sociais da designação proposta.

Prosseguindo na ampliação da "compreensão" do seu conceito de "revolução", Arendt acrescenta que esta sempre envolve o desejo de obtenção da "liberdade", noção incorporada dentro da definição de revolução e que a autora distingue muito claramente da noção de "libertação". Enquanto a "liberdade" é conceituada em torno de uma opção política de vida (implicando em participação das coisas públicas, ou em admissão ao mundo político), a "libertação" implica meramente na ideia de ser livre da opressão (por exemplo, quando se livra um povo de uma tirania intolerável, mas sem modificar-lhe fundamentalmente as condições políticas). Assim, embora a "libertação" possa ser a condição prévia de "liberdade", não conduziria necessariamente a ela. A noção moderna de "liberdade", pensada como direito inalienável do homem, diferia inclusive da antiga noção de "liberdade" proposta pelo mundo antigo, relativa "à gama mais ou menos livre de atividades não-políticas que um determinado corpo político permite e garante àqueles que o constituem".

Podemos ver, assim, que o conceito de revolução proposto por Hannah Arendt combina dois elementos essenciais, para além da mera mudança política matizada pela violência social, e mesmo da modificação na estrutura social. Devem estar presentes necessariamente a ideia de "liberdade", na moderna acepção já discutida, e a convicção dos próprios atores sociais de que o ato revolucionário instaura um "novo começo". Ampliada a "compreensão" do conceito para esta combinação de elementos (mudança política, violência, transformação social efetiva, liberdade política, convicção de um "novo começo"), a "extensão" de Revolução passa a enquadrar muito menos situações, excluindo uma série de movimentos políticos e sociais aos quais Hannah Arendt assim se refere:

62. Neste sentido, Hannah Arendt assinala que "a Revolução Gloriosa, o acontecimento em que, muito paradoxalmente, o termo encontrou guarida definitiva na linguagem histórica e política, não foi entendida, de forma alguma, como revolução, mas como uma reintegração do poder mo-

> Todos esses fenômenos têm em comum com a revolução o fato de que foram concretizados através da violência, e essa é a razão pela qual eles são, com tanta frequência, confundidos com ela. Mas a violência não é mais adequada para descrever o fenômeno das revoluções do que a mudança; somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução[63].

Percebe-se, através do exemplo atrás discutido, que a conceituação científica deve ser muito mais rica e precisa do que a conceituação cotidiana. O conceito de "revolução" proposto por Hannah Arendt mostra-se muito mais enriquecido, ao propor uma ampliação da sua "compreensão" e uma redução da sua "extensão", do que o conceito banalizado proposto por um dicionário comum.

Assim, no *Dicionário Aurélio* (edição de bolso) pode-se ler no verbete "revolução" que esta é uma "rebelião armada; revolta; sublevação". Um tal conceito, com tamanha redução da sua "compreensão", mostra-se extensivo a um tal número de movimentos sociais, ou mesmo de golpes de Estado, ações criminosas e privadas, insurreições espontâneas e badernas, que muito pouco se poderia fazer com ele em termos de precisão sociológica e historiográfica[64]. Foi com uma "compreensão" assim reduzida do conceito de "revolução" que a Ditadura Militar de 1964, no Brasil, procurou afastar de si o estigma de que ali se tinha nada mais nada menos do que um articulado "golpe militar" direcionado para a conservação de antigos privilégios e para o abortamento de um movimento social e de consciência política que começava a se fortalecer. Admitidas estas características, o Golpe de 1964 encaixa-se mais na no-

63. Hannah ARENDT, *op.cit.* p.28.

64. É verdade que, na versão completa, o *Aurélio* acrescenta outras definições possíveis para além desta que coincide com a sua segunda definição proposta. A de número 4 é praticamente tão extensa quanto a segunda ("qualquer transformação violenta da forma de um governo"). Mas pelo menos a 3ª definição aproxima-se do âmbito sociológico ao mencionar a transformação social para além da mudança política ("transformação radical e, por via de regra, violenta, de uma estrutura política, econômica e social"). [Aurélio B. de HOLANDA. *Novo Dicionário da Língua*

ção de "contrarrevolução", ou pelo menos de "golpe de Estado", do que qualquer outra coisa[65].

Outro aspecto que pudemos examinar a partir do exemplo de Hannah Arendt é que, conforme já havíamos mencionado anteriormente, a elaboração de uma definição de conceito pode gerar a necessidade da especificação de novos conceitos, ou requerer novas definições como desdobramentos. Assim, uma vez que a autora inclui como elemento inerente ao conceito de "revolução" a ideia de "liberdade", preocupa-se em definir com muita precisão o que está entendendo por "liberdade", já que não se trata aqui da noção vulgar de liberdade. Deste modo, opõe este conceito ao de "libertação", também definido com precisão, além de apresentá-los dentro de um percurso histórico onde se examina a passagem da antiga noção de liberdade a uma noção já moderna. Também não faltam as referências teóricas e históricas pontuando um e outro caso.

Para confirmar ainda uma vez a diferença de qualidade entre a conceituação científica e a conceituação vulgar, basta comparar o conceito altamente elaborado de "liberdade política" em Hannah Arendt com a noção de "liberdade" que aparece registrada na versão de bolso do *Dicionário Aurélio*:

> **liberdade**. 1. Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação. 2. Estado ou condição do homem livre.

Já nem será necessário lembrar que na definição 2 o Dicionário comete a inadequação lógica de definir uma palavra por ela mesma, dizendo que "liberdade é o estado ou condição do homem livre" (definição que não acrescenta nada), e que na definição 1 ("faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a sua própria determinação") uma mesma sequência de palavras poderia se adaptar à ideia de "tirania" enquanto

65. Com relação ao conceito de golpe de Estado, valem as observações de Gianfranco Pasquino: "A revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e socioeconômicos. Além disto, enquanto a Rebelião ou a Revolta é essencialmente um movimento popular, o golpe de Estado é tipicamente levado a efeito por escasso número de homens já pertencentes à elite, sendo, por conseguinte, de caráter cimeiro" (Gianfranco PASQUINO. "Revolução". In Norberto BOBBIO *et alii*, *Dicioná-*

modo de governar (o tirano também "age e decide segundo a sua própria determinação", particularmente sem consultar bases políticas e sociais).

Assim, para tornar a segunda definição de liberdade mais científica (já que a primeira não tem salvação), seria necessário acrescentar mais elementos, ampliando a sua compreensão e diminuindo a sua extensão. Está bem, "liberdade é a faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a sua própria determinação"; mas com respeito a que tipo de ações, observando que tipos de limites no que se refere ao confronto com a liberdade do outro? Fazendo acompanhar as decisões e ações de que tipo de consciência? Não seria necessário nuançar também este último aspecto para distinguir o homem livre do homem louco (que por vezes tem a sua liberdade encerrada dentro das paredes de um hospício exatamente porque "decide e age segundo a sua própria determinação")? Ou seria o caso de dizer que "a liberdade é a faculdade *socialmente restringida* de decidir ou agir segundo a sua própria determinação"?[66] Como se vê, para tornar um conceito utilizável em um trabalho científico, é preciso lhe dar um tratamento mais elaborado.

Ainda com relação ao esforço de elaborar a "compreensão" de um conceito, deve-se destacar que um conceito mais amplo pode ir sendo desdobrado em sucessivas divisões conceituais. Assim, retomando o conceito mais amplo de "revolução", delineado de acordo com a "compreensão" proposta por Hannah Arendt, poderia ser o caso de se construir uma nova divisão conceitual, que cindisse a classe maior das revoluções em "revoluções burguesas" e "revoluções socialistas".

Por um lado todas as revoluções (de acordo com Arendt) possuem em comum certas características – como a mudança política brusca e violenta, a consecução ou o projeto de uma transformação social efetiva, a presença da ideia de "liberdade política" para além da mera "libertação", e a convicção de um "novo começo" por parte dos atores sociais.

66. Na verdade, a versão completa do *Dicionário Aurélio* acrescenta, para além da definição proposta pela versão de bolso, pelo menos uma definição mais sofisticada (a de número dois), onde se diz que liberdade é "o poder de agir, no seio de uma sociedade organizada segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas" (Aurélio Buarque de HO-

Este conjunto de atributos independe de estas revoluções serem "revoluções burguesas" ou "revoluções socialistas".

Por outro lado, no que se refere à participação ou ao tipo de participação de determinados atores ou classes sociais no processo de luta, e também ao seu resultado ou intenções em termos da organização social alcançada ou a alcançar, podem começar a ser entrevistas as diferenças entre as "revoluções burguesas" (conduzidas pelas classes enquadradas dentro da burguesia e almejando uma sociedade fundada na propriedade privada individual e na expansão capitalista) e as "revoluções socialistas", conduzidas por lideranças operárias ou camponesas e motivadas pela possibilidade da dissolução das formas de propriedade típicas da sociedade burguesa (isto é, considerando-se a conceituação de "revolução socialista" habitualmente proposta pelo marxismo).

Seria possível continuar conduzindo desdobramentos conceituais como estes. Cindir, por exemplo, a classificação das "revoluções socialistas" entre aquelas que tiveram uma participação mais ativa do proletariado (como a Revolução Russa) e as que tiveram uma participação mais ativa do campesinato (como a Revolução Chinesa). Estaríamos deste modo elaborando "compreensões" mais amplas e "extensões" mais restritas que se desdobrariam nos novos conceitos de "revolução socialista proletária" e "revolução socialista camponesa". Cada um destes desdobramentos conceituais passa a se restringir a um número menor de casos que, em contrapartida, seriam compreendidos de maneira mais rica.

Mas chega um momento em que a operação de ampliar a "compreensão" de um conceito e de reduzir a sua "extensão", ou de desdobrar um conceito mais amplo em novas subdivisões conceituais, atinge os seus limites. Saímos do plano generalizador de "revolução", para entrar no plano particularizador de cada revolução específica. Se a Revolução Chinesa e a Revolução Albanesa podem ser caracterizadas como "revoluções socialistas camponesas", o evento da "Grande Marcha" foi uma especificidade histórica da Revolução Chinesa. Descrever os vários processos e eventos inerentes a este acontecimento único e irrepetível que foi a Revolução Chinesa já não é mais da esfera da conceituação. Não se pode conceituar a Revolução Chinesa; pode-se enumerar as suas características, descrever aspectos essenciais do seu desenrolar histórico, e

necessárias aos estudos históricos e sociológicos, mas são de outra natureza que não a das operações da conceitualização.

Cumpre, portanto, extrair um ensinamento do exemplo acima. A definição proposta para um conceito não deve ser nem excessivamente ampla, nem demasiado estreita, existindo uma medida mais ou menos adequada que o autor deve se esforçar por atingir. Definir "revolução" de maneira exageradamente ampla, fazendo-a significar "qualquer movimento social armado", seria tão problemático quanto definir "revolução" de maneira extremamente estreita, a tal ponto que dentro desta designação só coubesse um único exemplo histórico de revolução. Tais procedimentos são inúteis do ponto de vista científico.

Um exemplo aparentemente mais simples poderá iluminar a questão. "Homem" não pode ser definido simplesmente como um "mamífero bípede", já que existem inúmeros outros animais que são mamíferos bípedes mas que não são homens; também não pode ser definido como "um animal que habita cidades construídas por ele mesmo", já que existem homens que vivem no campo e não em cidades, sem falar nas sociedades humanas que não investiram na urbanização (como os povos indígenas brasileiros ou os aborígenes australianos). Neste último caso a "expressão definidora" foi demasiado estreita (mais estreita que a essência do "termo a definir") incluindo uma característica que não é *essencial* ao gênero humano, mas apenas *eventual* (a urbanidade). Já no primeiro caso a "expressão definidora" foi mais ampla do que a essência do "termo a definir", mencionando apenas uma combinação de duas características que não pertence exclusivamente ao gênero "homem" (mamífero bípede).

Quem sabe se a definição do "homem" como "construtor de cidades" não poderia ser melhorada dando-se uma maior extensão ao aspecto *faber* (construtor) registrado na "expressão definidora" proposta? O homem seria então definido como "um animal que constrói" (não apenas cidades, mas também ocas como os indígenas, e também ferramentas, armas, utensílios). Ou, na mesma linha, poderia se tentar uma definição adaptada daquela que foi proposta por Marx e Engels: "o homem é o único animal capaz de produzir as suas próprias condições de existência"[67].

---

67. "Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* os seus meios de vida, um passo condicionado pela sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios

Definição que, se por um lado registra a inserção do homem no mundo animal, por outro lado o diferencia como animal capaz de produzir inventivamente as suas próprias condições de vida, interferindo na natureza. Mas então sempre surgiria alguém para dizer que o pássaro joão-de-barro também constrói o seu ninho, ou um castor a sua represa, de modo que seria preciso acrescentar que o homem produz os seus meios de vida *transformando* os materiais que a natureza oferece, e não apenas coletando-os[68]. Estes tateamentos em busca de uma definição mais ajustada mostram as imprecisões que os estudiosos devem enfrentar diante da aventura de conceituar e de definir.

Uma lição, ainda, pode ser colhida dos exemplos até aqui discutidos: nenhum conceito é definitivo, sendo sempre possível redefini-lo. Se Hannah Arendt definiu "revolução" a partir do seu caráter originário de movimento social, operando sucessivos recortes na sua extensão, o mesmo conceito pode adquirir um enfoque bem diferente, mas igualmente válido, como aquele proposto por Krzystof Pomian:

> Efetivamente, qualquer revolução não é mais que a perturbação de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura. Considerada neste sentido, a palavra "revolução" perde o seu halo ideológico. Já não designa uma transformação global da sociedade, uma espécie de renovação geral que relega para a sua insignificância toda a história precedente, uma espécie de ano zero a partir do qual o mundo passa a ser radicalmente diferente do que era. Uma revolução já não é concebida como uma mutação, se não violenta e espetacular, pelo menos dramática; ela é, muitas vezes, silenciosa e imperceptível, mesmo para aqueles que a fazem; é o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Nem sequer é sempre muito rápida, acontece que se alongue por vários séculos. Assim (como o demonstram François Furet e Mona Ozouf), uma estrutura cultural caracterizada pela alfabetização irrestrita foi substituída por outra, a da alfabetização generalizada, no decurso de um processo que, em França, durou cerca de trezentos anos[69].

---

68. Note-se que, mesmo quando os homens organizam-se em comunidades de coletores, costumam utilizar-se para a coleta de instrumentos e utensílios por eles mesmos fabricados.

69. K. POMIAN, "A História das Estruturas". In J. LE GOFF, R. CHARTIER e J. REVEL

"Revolução", segundo a "compreensão" proposta por Pomian, já não é necessariamente uma mudança brusca ("acontece que se alongue por vários séculos") ou sequer violenta ("ela é muitas vezes silenciosa e imperceptível"). Tampouco é concebida como um novo começo ("essa espécie de ano zero a partir do qual o mundo passa a ser radicalmente diferente do que era"). Por outro lado, implica necessariamente na passagem de uma "estrutura" a outra. Desta forma, associada ao conceito de "estrutura" tal foi como proposto pelos historiadores dos *Annales*, "revolução" passa a ter a sua "extensão" aplicável a uma série de outros fenômenos para além dos movimentos políticos, como a "revolução agrícola" ou a "revolução demográfica".

Pode-se dar que o polissemismo possível de um conceito esteja presente em um mesmo autor, mas referindo-se a situações diversas. Em Marx e Engels, por exemplo, ocorre que às vezes – como em *A Ideologia Alemã* – a expressão "revolução" apareça relacionada com o salto de um modo de produção para o seguinte[70]. Neste sentido, portanto, também pode incorporar fenômenos como a "revolução agrícola" ou a "revolução urbana", de maneira similar ao enfoque de Pomian. Mas Marx e Engels também empregam a expressão "revolução" no seu sentido mais propriamente político, referindo-se especificamente a movimentos sociais – o que implica em um enfoque mais próximo do proposto por Hannah Arendt, embora bem mais flexível (ou "extenso")[71].

É preciso notar, ainda, que dois autores podem elaborar um conceito a partir de uma "compreensão" idêntica ou muito próxima, e no entanto diferirem na sua concepção concernente à "extensão" deste conceito, no que se refere a quais os casos observáveis que se enquadrariam neste conceito. Assim, Gianfranco Pasquino, encarregado de compor o verbete "revolução" para o *Dicionário de Política* coordenado por Norbert Bobbio, não deixa de chegar a uma "compreensão" deste conceito bastante compatível com a de Hannah Arendt, uma vez que nela combina os

---

70. A ideia de "revolução" como substituição de um modo de produção por outro tornou-se típica do marxismo economicista da Segunda Internacional. O texto fundamental de Marx que autoriza este uso conceitual é o "Prefácio" da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859.

71. Assim, movimentos sociais que não seriam considerados como "revoluções" por Arendt, como a Revolução Gloriosa ou alguns movimentos sociais do século XVI, são referidos como

aspectos da violência, da intenção de promover efetivamente mudanças profundas nas relações sociais, além do aspecto relativo ao sentimento do novo[72]. No entanto, no exame dos casos empíricos – isto é, na avaliação de que processos históricos se enquadrariam na categoria "revolução" – discorda da afirmação de que a Revolução Americana tenha sido efetivamente uma Revolução, preferindo enxergá-la como uma "subespécie da guerra de libertação nacional"[73]. Por outro lado, já admite que a Revolução Francesa teria introduzido uma mudança no conceito de "revolução", passando-se à fé na possibilidade da criação de uma ordem nova. Assim, apesar de uma "compreensão" relativamente próxima ou compatível de um mesmo conceito, os dois autores divergem no que se refere ao ajuste dos casos concretos à "extensão" atribuída a este conceito.

Estes exemplos, entre tantos outros que poderiam ser relacionados, são suficientes para mostrar que, ao procurar precisar os conceitos que irá utilizar, o estudioso pode ter diante de si uma gama relativamente ampla de alternativas. É esta variedade de possibilidades – verdadeira luta de sentidos diversos que se estabelece no interior de uma única palavra – o que torna desejável uma delimitação bastante clara do uso ou dos usos que o autor pretende atribuir a uma determinada expressão-chave de seu trabalho.

Para além do estabelecimento preciso da sua "compreensão" e "extensão" deve-se salientar ainda que a elaboração da definição de um conceito no Quadro Teórico também pode incorporar articulações intertextuais. Pode ser que seja oportuno, por exemplo, incluir uma referência teórica ou autoral no texto de uma definição.

Por exemplo, "utilizaremos a expressão 'intelectual orgânico' no mesmo sentido proposto por Gramsci, aplicando-se àqueles que, saídos

72. Além disto, incorpora implicitamente o fator da "liberdade" no mesmo sentido compreendido por Arendt ao distinguir a revolução da mera luta de libertação (Gianfranco PASQUINO. "Revolução". In Norberto BOBBIO *et alii*. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000. p.1125). Por outro lado, Pasquino restringe um pouco mais a "compreensão" do seu conceito ao referir-se à revolução como uma "tentativa" de mudanças, e não como movimentos sociais *necessariamente* bem-sucedidos. A este respeito, menciona o subconceito de "revolução frustrada". Já Arendt refere-se exclusivamente a movimentos sociais bem-sucedidos quando busca exemplos de revoluções.

de dentro de um grupo social específico, representam os interesses de sua própria classe social". Ou então: "denominaremos 'liberdade', incorporando alguns desenvolvimentos propostos por Hannah Arendt, como uma situação complexa que inclui não apenas a faculdade socialmente restringida que é atribuída ao indivíduo para decidir ou agir segundo a sua própria determinação, mas também a sua *admissão ao mundo político*".

Quando se trata de um autor conhecido como Gramsci ou Hannah Arendt, não é necessário acrescentar nenhuma outra indicação além de seu nome (a não ser que se queira puxar uma nota de rodapé para indicar com precisão a obra de onde foi extraído o conceito ou núcleo de pensamento)[74]. Mas em se tratando de um autor menos familiar, talvez convenha acrescentar um aposto ou puxar uma nota de rodapé esclarecedora, registrando alguns dados deste autor para o leitor (inclusive a sua filiação teórica).

Assim, suponhamos a seguinte definição conceitual: "empregaremos a noção de *'excepcional' normal* com o mesmo sentido utilizado por Edoardo Grendi, ou seja, para tratar daquela espécie de casos que, embora estatisticamente pouco frequentes, destacam-se da massa dos dados disponíveis de maneira relevante e significativa, funcionando como indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer".

O conceito de "excepcional normal" tem sido operacionalizado pela corrente historiográfica denominada Micro-História*. No caso da definição acima proposta para este conceito, ela foi elaborada a partir de uma intertextualidade* relacionada a uma formulação do micro-historiador Edoardo Grendi[75]. Pela definição dada como exemplo, reduziu-se a "compreensão" do conceito "excepcional normal" aos atributos "estatisticamente pouco freqüente" e "oculto na documentação", mas tam-

74. É verdade que um autor como Gramsci pode ser um nome familiar em um domínio do conhecimento, como a História, e menos conhecido em outro, como o Direito. Para se decidir que comentários explicativos acrescentar a um texto, é fundamental levar em consideração o tipo de público que se espera ter como leitor, ou a que campos de conhecimento o seu trabalho interessa.

75. E. GRENDI. "Microanalisi e storia sociale". In *Quaderni storici*. 35. Roma: maio-agosto

bém aos atributos "significativo e relevante", além de "capaz de dar a perceber uma realidade mais ampla". Dito de outra maneira, utiliza-se o conceito "excepcional normal" para a identificação de certos detalhes aparentemente gratuitos que aparecem em uma documentação, mas que apesar disto dão acesso a uma realidade mais ampla.

Com relação às marcas de intertextualidade explicitadas pela definição proposta, convém considerar que Edoardo Grendi é um autor bem menos familiar fora dos círculos da Micro-História do que Hannah Arendt ou Gramsci, que são bem conhecidos dos leitores de História em geral. Neste caso pode ser interessante puxar uma nota de rodapé junto à referência a Grendi, explicando que este historiador trabalha junto à perspectiva da Micro-História* italiana, esta que se propõe a uma tentativa de reconstituir o vivido a partir de uma escala reduzida de observação e que se coloca atenta a pequenas realidades cotidianas, aos indivíduos anônimos, aos detalhes que passam mais desapercebidos, à documentação despretensiosa, e assim por diante. Com isto, a definição conceitual adquirirá um enquadramento teórico mais preciso, além de remeter o leitor a referências intertextuais que ele poderia desconhecer.

Ainda com relação aos aspectos redacionais de um conceito, convém ressaltar que uma definição deve valer para todos os sujeitos e objetos que se incluem no âmbito da coisa definida, e só para estes sujeitos e objetos (ou, utilizando uma linguagem mais filosófica, a definição deve ser *conversível ao definido*). Assim, no exemplo acima extraído de um dicionário, a definição de "liberdade" proposta não valia somente para os sujeitos socialmente integrados que estavam incluídos no seu âmbito, mas também para os tiranos e para os loucos (e mais ainda para os tiranos do que para os homens meramente livres).

Da mesma forma, dizer que a definição deve ser "conversível ao definido" implica na ideia de que, uma vez que se considere que as revoluções francesa, americana e chinesa são exemplos autênticos de "revolução", todos os elementos que se combinam para produzir a minha definição generalizada de "revolução" devem aparecer em cada um destes exemplos particulares de revolução, mesmo que cada um destes exemplos tenha as suas próprias singularidades em relação aos outros.

"Compreensão"; "extensão"; "generalização"; "clareza" e "precisão"

se pretendam ajustar ao seu âmbito; "argumentação complexa" que supere as noções mais vulgarizadas da linguagem cotidiana; "ajuste teórico coerente" e, se possível, com "referências intertextuais" – é isto o que se espera dos conceitos a serem discutidos no Quadro Teórico de um Projeto, ou na própria Tese.

Para além disto, pode ser boa medida esclarecer como o conceito discutido articula-se ao objeto de Pesquisa, quais as justificativas e as vantagens de sua escolha. Neste momento sim, seria oportuno discutir o caso particular nas suas singularidades, falar sobre a Revolução Francesa e não mais sobre a "revolução". Já não se está empreendendo mais, como atrás foi dito, uma análise do conceito, mas sim uma análise da sua aplicação a um caso específico, que é precisamente aquele que interessa à Pesquisa.

6
HIPÓTESES

6.1. Hipóteses: sua natureza e importância

Em uma pesquisa que se destina a produzir um texto em modelo de Tese, a Hipótese desempenha uma importância fundamental. Vejamos, em primeiro lugar, o que significa "hipótese" do ponto de vista da Filosofia e da Ciência, ou mesmo na vida cotidiana, para depois tentar compreender a posição por ela ocupada na pesquisa científica e o seu lugar em um Projeto.

Conforme já se discutiu na primeira parte desta obra, a investigação científica no Ocidente tem se edificado basicamente em torno da intenção de resolver "problemas" bem delineados, que grosso modo constituem o ponto de partida do próprio processo de investigação. Com a História, desde que ela assumiu o projeto de ser uma ciência, não tem sido muito diferente. Isto se tornou, aliás, cada vez mais característico da historiografia ocidental – sobretudo a partir do século XX, quando se superou a História Narrativa ou Descritiva do século XIX em favor de uma "História-Problema". Já não existe sentido, para a historiografia profissional de hoje, em narrar simplesmente uma sequência de acontecimentos, se esta narrativa não estiver *problematizada*.

A formulação de hipóteses, no processo de investigação científica, é precisamente a segunda parte deste modo de operar inaugurado pela formulação de um problema. Antes de mais nada, a hipótese corresponde a uma resposta possível ao problema formulado – a uma suposição ou solução provisória mediante à qual a imaginação se antecipa ao conhecimento, e que se destina a ser ulteriormente verificada (para ser confirmada ou rejeitada).

A hipótese é na verdade um recurso de que se vale o raciocínio humano diante da necessidade de superar o impasse produzido pela formulação de um problema e diante do interesse em adquirir um conhecimento que ainda não se tem. É um fio condutor para o pensamento, através do qual se busca encontrar uma solução adequada, ao mesmo tempo em que são descartadas progressivamente as soluções inadequadas para o problema que se quer resolver.

Um exemplo extraído da vida cotidiana poderá ajudar a esclarecer este uso das hipóteses ao longo de um raciocínio que visa resolver ou esclarecer um problema. Suponhamos que em uma determinada noite alguém está assistindo a um programa de televisão, com as luzes apagadas, e que de repente a imagem do aparelho de TV se apaga, interrompendo o filme e deixando a sala às escuras, já que o televisor era o único foco de iluminação. Diante desta perturbação, o dono da casa formula um problema claramente delineado: o que terá levado a televisão a se apagar?

Para sair deste impasse, ele formula uma primeira hipótese. Talvez a tomada do televisor tenha se soltado da parede, interrompendo o fluxo de energia. É uma hipótese que pode ser facilmente verificada. Ele se levanta e vai até a tomada, quando verifica imediatamente que ela ainda está lá, corretamente conectada. Descartada esta hipótese, ele formula uma outra. Talvez tenha sido o tubo de imagens do televisor que, já antigo, não resistiu mais esta noite.

Como não entende de eletrônica, e não poderá verificar diretamente esta nova hipótese examinando os circuitos internos do aparelho de TV, o dono do televisor tem a ideia de caminhar até o interruptor da sala para acender a luz: se a luz se acender, é porque o problema é somente com a televisão (e neste caso será preciso chamar no dia seguinte um técnico, para saná-lo). Mas se também a luz da sala não se acender, por hipótese haverá um problema com a energia geral do apartamento, e o desligamento do televisor será apenas um de seus aspectos. Ele se levanta e, ao testar o interruptor, verifica que a luz não se acende, demonstrando que a hipótese válida é mesmo a de que a interrupção da imagem da TV corresponde a uma interrupção na energia do apartamento.

Mas o que terá ocasionado então a interrupção de energia global-

soluções (ou, melhor dizendo, o problema é agora *recolocado* em termos mais precisos: não se trata de um problema só com o televisor, mas sim com o apartamento na sua totalidade). Quem sabe não foi o fusível geral do apartamento que se queimou? Eis aqui uma nova hipótese, da qual se pode verificar a exatidão de sua proposição através de um método ou operação bastante simples: substituir o disjuntor antigo, que hipoteticamente teria se queimado, por um novo. Feita a substituição, percebe-se que a luz continua apagada, e que portanto esta nova hipótese formulada não resistiu à verificação.

Quem sabe, então, se a luz do apartamento não foi cortada por falta de pagamento à Companhia de Energia Elétrica? O método para verificar esta hipótese é rapidamente encontrado: através de uma ligação telefônica o dono do apartamento verifica junto a um serviço de gravações da Companhia de Energia Elétrica que os seus pagamentos estão em dia, e que portanto a sua energia não foi cortada por este motivo (também poderia ter comprovado isto por outro método: o de examinar os seus recibos bancários para verificar se estavam em dia). Se tivesse vingado a hipótese do corte de energia elétrica por falta de pagamento, as ações do investigador tomariam um novo rumo: seu novo problema seria o de sanar esta situação, o que poderia ser feito no dia seguinte pagando a conta de luz em um banco. Mas como não foi o caso, permanece em aberto a indagação sobre as verdadeiras razões da interrupção de energia, e a investigação prosseguirá neste mesmo rumo.

Uma última hipótese é a de que o problema não seja só com o seu apartamento, mas com todos os apartamentos daquela rua. Por algum motivo, pode ter sido interrompido o fornecimento de energia elétrica àquele setor da cidade. O primeiro método para verificar isto é levantar as persianas para examinar a vizinhança. Realmente, ele percebe em um relance de olhos que não há iluminação em nenhum dos prédios de sua rua. Confirma-se a hipótese de que existe realmente um problema mais geral no fornecimento de energia elétrica. Para se aproximar de uma compreensão ainda mais plena da extensão do problema, ele se utiliza novamente do telefone e, entrando em contato com outro setor da Companhia de Eletricidade, recebe de um funcionário a informação precisa de que ocorreu um acidente que afetou a fiação que fornece eletricidade

mento já estará resolvido. O problema chegou ao fim, depois de terem sido testadas algumas hipóteses e se verificado que uma delas correspondia à realidade.

Este exemplo, imaginado a partir de uma situação da vida cotidiana, permitirá esclarecer alguns aspectos sobre a utilização de hipóteses. Em primeiro lugar, pudemos perceber que todas as hipóteses são *provisórias*. Elas foram formuladas na tentativa de antecipar uma solução possível ao problema, e foram submetidas em seguida a um *processo de verificação* que buscou comprová-las ou rejeitá-las. Rejeitada, uma hipótese cede lugar a outra mais verossímil, que será submetida também a um processo de verificação. Deste modo, a formulação de uma Hipótese não inclui uma garantia de verdade.

Nesta mesma linha, deve ser considerado que a Hipótese *não é uma evidência*, mas sim uma suposição. Se o vidro do tubo de imagens tivesse se partido em pedaços quando ocorreu a interrupção da imagem, ficaria evidente de maneira imediata e óbvia que o problema ocorrera com o televisor, e não com o fornecimento de luz. Isto não seria mais uma hipótese, mas uma afirmação incontestável que não tem qualquer necessidade de verificação, por ser demais evidente. Trata-se antes de um "enunciado empírico"* de comprovação direta e imediata. Uma hipótese, ao contrário, é uma sentença que se propõe para um teste de verificação, ou que traz consigo possibilidades efetivas de ser verificada. Nisto a Hipótese também se distingue da mera Conjectura*, que, embora também não corresponda a uma evidência imediata, não se pode ou não se pretende submetê-la a verificação.

Para o exemplo proposto, foi possível refutar a hipótese do corte por falta de pagamento através de um telefonema. Mas imaginemos que também as linhas de telefone não estivessem funcionando, ou que o apartamento não tivesse um telefone que pudesse ser utilizado. Neste caso, como a suposição não poderia ser verificada, não passaria de mera "conjectura". Para que uma simples conjectura salte para a qualidade de hipótese é preciso que ela traga consigo as possibilidades de uma verificação sistemática.

A formulação da suposição de que existe vida em Saturno, por exemplo, constitui no atual estado do conhecimento humano uma mera con-

derá passar a ser uma hipótese quando surgirem meios efetivos que permitam comprová-la. Se um dia for confirmado, de maneira definitiva e incontestável, que existe efetivamente vida no planeta Saturno, a afirmação deixará de ser uma hipótese e passará a constituir um conhecimento adquirido. Também ocorrem casos em que uma hipótese comprovada (ou aparentemente comprovada) passa a ser aceita como uma "lei" em um determinado sistema científico (a "seleção natural" é uma "lei" para os darwinistas).

Voltando ao exemplo atrás proposto, pudemos perceber que, para ser verificada, foi utilizado para cada hipótese um *método* específico. Por exemplo, para verificar se a queda de energia não se deu em virtude da queima de um fusível, procedeu-se à sua substituição por um outro. Houve também momentos em que mais de um método poderia ter sido usado, alternativamente, para confirmar ou rejeitar uma hipótese. Por exemplo, para verificar se o fornecimento de luz não foi interrompido por falta de pagamento, tanto se poderia utilizar o método de consulta junto à Companhia de Eletricidade como o método de checar os recibos bancários para verificar se todos os pagamentos estavam em dia. Para verificar se o problema era só com o apartamento, tanto se pôde examinar a vizinhança para verificar se não havia problemas similares com os demais apartamentos da rua como se pôde consultar por telefone a Companhia de Eletricidade.

Uma hipótese, conforme a sua natureza, encaminha o pesquisador para a utilização destes ou daqueles métodos (não necessariamente um apenas, mas de qualquer modo sempre métodos adequados ao tipo de hipótese proposta). Portanto, é ela que em última instância orienta o pesquisador na escolha dos métodos[76].

Da mesma maneira, a utilização de hipóteses no exemplo considerado permitiu ao investigador que este desenvolvesse uma linha de ação concreta, desfazendo uma situação de imobilidade inicial. Dito de outra forma, cada hipótese forneceu a seu tempo uma *direção para a pesquisa*. Mesmo quando não comprovada, cada hipótese testada mostrou ser

76. Por isto, do ponto de vista formal mais rigoroso, o lugar mais apropriado do capítulo de Hi-

um eficiente instrumento para o encaminhamento da pesquisa, permitindo que se chegasse, ao final de um processo dedutivo de hipóteses interligadas, à solução definitiva do problema.

Ainda com relação aos processos de verificação de cada hipótese, vimos que estes puderam ser encaminhados em alguns casos através da *observação* de suas possíveis consequências (examinando dados empíricos como a correta conexão da tomada do televisor ou como a presença de outras luzes apagadas nos edifícios da vizinhança). Assim, para que o problema fosse só com o televisor, seria necessário que nenhum outro eletrodoméstico tivesse sido afetado. Da mesma forma, se o problema fosse só com o apartamento, o restante da vizinhança não deveria estar afetado. Portanto, examinando-se a *consequência* que seria necessária para que uma hipótese fosse verdadeira e observando que empiricamente os dados não a confirmavam, pôde se deduzir que a hipótese geradora seria falsa. Ou, ao contrário, se ao ser examinada a consequência necessária da hipótese fosse verificado que ela ocorre, ter-se-ia o sinal de uma possível veridicidade da hipótese, ou ao menos uma sinalização para continuar a investigação nesta direção.

Para dar um exemplo já dentro do campo da História, suponhamos a hipótese de que, "no século XVIII, o período revolucionário francês foi precedido por uma alta secular e geral de preços". Para que esta hipótese seja rigorosamente verdadeira, é preciso que o preço do trigo em Marselha tenha tido uma alta no período, que o preço dos cereais na Provença tenha sofrido aumentos análogos, e assim por diante. Caso contrário, não teria ocorrido efetivamente uma alta *geral* dos preços. Se também em um certo número de cidades a alta de preços tiver correspondido apenas às duas últimas décadas do século, neste caso também não teria ocorrido uma alta *secular* dos preços. A afirmação de que ocorreu uma alta de preços simultaneamente *geral* e *secular* deve resistir nestes casos a um exame da verificabilidade das consequências que esta afirmação hipotética implicaria (*generalidade* relativa aos produtos e *secularidade* em relação à abrangência do recorte temporal). Em suma: para que tal ou qual hipótese seja verossímil, é preciso que *todas* as suas consequências necessárias se mostrem confirmáveis com dados empíricos.

Retomemos o exemplo da falta de energia atrás aventado. Naquele

ção das hipóteses. Tratou-se, em um caso ou outro, de proceder também à *experimentação*. Foi o caso, por exemplo, quando se experimentou um fusível no lugar do outro para ver se este não estava queimado. A experimentação é uma espécie de intervenção do pesquisador na realidade. Enquanto na observação o pesquisador examina os fenômenos nas condições em que eles se apresentam, na experimentação o pesquisador examina os fenômenos em condições determinadas ou produzidas por ele mesmo. É a diferença entre *observar* a realidade através da janela do apartamento e *experimentar* uma peça no lugar de outra para ver se há um defeito com a primeira.

Experimentação e *observação sistemática*, diga-se de passagem, são os dois procedimentos básicos utilizados nos métodos científicos. Ciências como a Física ou a Química costumam empregar frequentemente a experimentação. Ciências como a História costumam se ater aos processos de observação sistematizada (neste caso, examinando dados obtidos das fontes e analisando-os com métodos diversos)[77].

Examinemos até aqui o que já sabemos sobre as Hipóteses, não mais considerando o seu uso na vida cotidiana, mas sim na Filosofia e na Ciência. Sabemos por exemplo o que a Hipótese *não* é. Ela não é um mero enunciado empírico (embora possa ser comprovada precisamente pela investigação de um enunciado empírico)[78]. A hipótese também não é uma evidência incontestável, e é por isto mesmo que necessita de demonstração. Neste sentido, a Hipótese difere do Axioma*, que na linguagem filosófica corresponde a um princípio indemonstrável mas considerado imediatamente evidente por todos aqueles que lhe compreendem o sentido.

---

77. Por outro lado, existem experiências que não deixam de ser tentativas de introduzir a experimentação na História, como as empreendidas pela historiografia que lida com a Econometria e com a utilização de variáveis contrafatuais (como na chamada *New Economic History* que surgiu a partir de 1960). Sobre estas possibilidades contrafatuais na Nova História Econômica, ver: (1) E.H. HUNT. "The new economic history: Professor Fogel's study of the American railways". In History, vol. LIII, n° 177, fevereiro de 1968; (2) Ernest NAGEL. "Os Condicionais Contrafatuais". In *The Structure of Science, Problems in the Logic of Scientific Explanation*. New York: Harcourt Brace Janovich, 1961.

78. "A tomada está desligada" é mero enunciado empírico. Já "a televisão não está funcionando

Assim, não é uma hipótese a afirmação de que "todos os homens são mortais" (no sentido da conservação do corpo físico). Não temos aqui uma hipótese porque, por um lado, esta afirmação seria indemonstrável (para demonstrá-la seria preciso matar todos os homens, e não sobraria nenhum para concordar com a demonstração). Por outro lado, esta afirmação tem uma dimensão axiomática, já que ela parece evidente a qualquer um pelo simples fato de que não se conhece o caso de nenhum homem que, depois de determinado período de vida, tenha escapado à mórte do corpo físico.

A Hipótese, por outra parte, é mais do que uma Conjectura*, já que está ligada à ideia de que pode ser submetida a um processo de *verificação*, onde se poderá comprovar ou refutar a sua veridicidade. Dizer que existiu uma sociedade em algum ponto do passado que foi chamada Atlântida e que submergiu sob as águas devido a um grande cataclismo seria, no atual estado dos conhecimentos científicos, mera conjectura, uma vez que não existe ao que se saiba nenhum elemento historiograficamente aceitável para comprovação desta afirmação.

Para que uma conjectura salte para o *status* de hipótese é preciso que haja meios ou possibilidades de comprová-la; em História isto está ligado à presença de fontes, e às possibilidades efetivas de submetê-las a uma análise mais sistemática para posterior interpretação. As conjecturas têm menor valor científico. Elas só são admitidas para preencher os espaços vazios do conhecimento que sequer as hipóteses conseguiram preencher, e mesmo assim existe uma tendência na atitude científica ocidental em rejeitar o uso de meras conjecturas dentro de uma explicação científica[79].

A Hipótese deve portanto se conservar equidistante em relação à "ficção" livremente concebida e aos "fatos" evidentes ou inquestionavelmente comprovados. Ela está neste "caminho do meio": traz em si o potencial imaginativo da ficção (mas sempre partindo de bases verossí-

---

79. Carlo GINZBURG discute a possibilidade de preencher as lacunas da documentação com a imaginação histórica e com o uso de conjecturas, desde que fique esclarecido na obra quando se tratam de trechos conjecturas, separando-os das partes demonstradas (C. GINZBURG. "Provas e possibilidades à margem de 'il ritorno de Martin Guerre', de Natalie Zemon Davis". In *A Mi-*

meis e fundamentadas), e a possibilidade de ser comprovada em algum momento por fatos concretos que deverão ser discutidos argumentativamente. A Ficção e a Evidência são os horizontes em relação aos quais a Hipótese marca sua distância. Da mesma forma, pode-se dizer que a Hipótese vale-se da imaginação e dos fatos, mas não se confunde com eles.

É também em função de sua ligação a um processo de verificação ou demonstração que a Hipótese distingue-se da figura filosófica do Postulado*, que é uma proposição que se faz admitir dentro de uma argumentação, com o assentimento do ouvinte, embora se reconheça que esta proposição não é nem suficientemente evidente para que seja impossível colocá-la em dúvida (como o axioma) e nem passível de demonstração (como a hipótese).

Cabe ainda distinguir a Hipótese da Definição*. Esta não afirma nem nega nada, mas apenas procura dar exatidão do significado daquilo que se fala. Dizer que a "seleção natural" é "a conservação das diferenças e das variações favoráveis individuais e a eliminação das variações nocivas pelo crivo da Natureza" (Darwin) não é uma Hipótese, mas apenas o enunciado de uma Definição* (no caso, uma "definição" que procura esclarecer a "compreensão" de um "conceito"). A Definição é portanto um ponto estático, um esclarecimento útil para facilitar o processo de comunicação e permitir que um termo ou expressão utilizado pelo autor seja compreendido de acordo com o sentido que este lhe emprestou.

A argumentação científica e filosófica se estabelece a partir de enunciados empíricos*, princípios*, fundamentos*, axiomas*, postulados*, definições*, conceitos*, e até mesmo conjecturas*. Ao lado destas figuras a hipótese* ocupa um espaço privilegiado na argumentação e na investigação desenvolvida de acordo com o modelo de Tese, e é por isto que é preciso compreender muito bem o seu significado e a sua finalidade.

A Hipótese, para resumir o que foi visto até aqui, é uma asserção *provisória* que, longe de ser uma proposição evidente por si mesma, pode ou não ser verdadeira – e que, dentro de uma elaboração científica, deve ser necessariamente submetida a cuidadosos procedimentos de *verificação* e *demonstração*. Constitui-se em um dos elos do processo de argumentação ou investigação (na pesquisa científica ela é gerada a partir depois da sua enunciação). É por isto que, etimologicamente, a palavra "hipótese" significa literalmente "proposição subjacente". O que se "põe embaixo" é precisamente um enunciado que será coberto por outros, ou por uma série articulada de enunciados, de modo que a Hipótese desempenha o papel de uma espécie de fio condutor para a construção do conhecimento.

Apesar do seu caráter provisório, a Hipótese tem sido a base da argumentação científica e desempenha uma série de funções dentro da pesquisa e do desenvolvimento do conhecimento científico, como se verá a seguir...

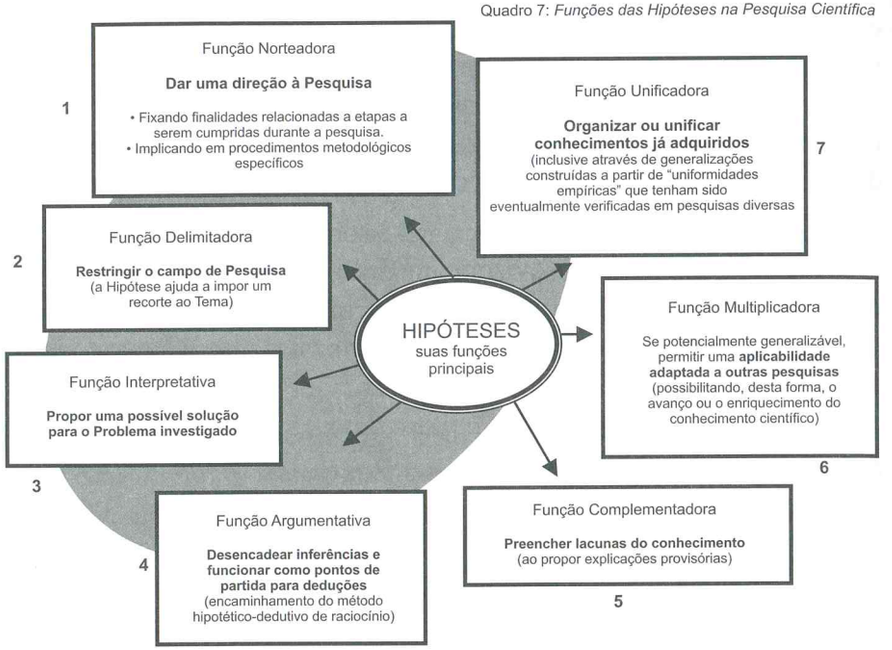
6.2. As funções da Hipótese na Pesquisa

São várias as funções desempenhadas pela Hipótese na Pesquisa Científica, tanto no que se refere a uma pesquisa específica que está sendo concretamente realizada, como no que se refere ao conhecimento científico de uma maneira geral. O Quadro 7 enumera algumas destas funções, organizando na parte sombreada aquelas funções referentes a uma pesquisa determinada ou ao seu Projeto. Na parte não sombreada estão as funções que a Hipótese desempenha em relação ao desenvolvimento científico em geral.

Em primeiro lugar, a Hipótese estabelece uma "direção mais definida para a Pesquisa" que está sendo realizada – seja fixando finalidades relacionadas a etapas a serem cumpridas, seja implicando em procedimentos metodológicos específicos. Dito de outra forma, ela possui uma "função norteadora" (1). Assim, no exemplo desenvolvido no item anterior, vimos que cada hipótese pontuou uma etapa no enfrentamento do problema a ser solucionado, da mesma forma em que implicou em métodos específicos para a sua investigação.

Uma hipótese é norteadora precisamente porque articula as diversas dimensões da pesquisa, funcionando como um verdadeiro ponto nodal onde se encontram o tema, a teoria, a metodologia e os materiais ou fontes da pesquisa. Um bom teste para verificar se você está no caminho certo no que se refere à formulação de hipóteses é já associar cada hipótese aos seus possíveis procedimentos de verificação ou às metodolo-

Quadro 7: *Funções das Hipóteses na Pesquisa Científica*



cação poderá ser empreendida, para além da sua base teórica e da sua articulação com o tema.

Bem entendido: se não existem fontes e metodologias adequadas para comprovar a hipótese, ela será inútil, pois não ultrapassará o estado de mera conjectura. Se não existir uma articulação teórica, retorne ao quadro teórico do seu projeto de pesquisa porque ele ficou incompleto (no mínimo, é preciso definir todos os termos importantes incluídos nas hipóteses). Se a hipótese não está articulada a algum dos aspectos do tema, ou ela é irrelevante, ou o recorte temático de seu Projeto não foi bem formulado com relação ao que você pretendia verificar com a sua pesquisa.

Para evitar as armadilhas de investir em uma hipótese inútil, desarticulada, ou irrelevante – isto é, uma hipótese que não irá cumprir adequadamente a sua "função norteadora" –, uma excelente estratégia é organizar imaginariamente uma espécie de quadro associando as hipóteses aos procedimentos metodológicos, fontes e aspectos teóricos com ela relacionados. Digamos, por exemplo, que a sua pesquisa desenvolve-se em torno de três ou quatro hipóteses, cada uma delas com os seus próprios

procedimentos e possibilidades de documentação comprobatória. O quadro de articulação das hipóteses com os demais aspectos da pesquisa poderia ser algo assim:

	Fontes a serem utilizadas na comprovação	**Metodologias** a serem empregadas	**Articulações teóricas** (ex.: conceitos com os quais a hipótese dialoga)	**Articulações com o tema** (ex.: fatores levados em consideração)
Hipótese 1				
Hipótese 2				
Hipótese 3				
Hipótese 4				

(Quadro para registrar a *articulação da Hipótese* com outras dimensões da pesquisa)

Mais adiante voltaremos a este quadro, exemplificando com uma situação concreta. Por ora, retornemos às múltiplas funções da Hipótese na pesquisa.

Além de impor uma direção à pesquisa relacionando-se previamente aos procedimentos metodológicos e recursos teóricos e documentais que serão empregados, as hipóteses cumprem a finalidade primordial de "restringir o campo de pesquisa", impondo um recorte mais específico ao Tema. Neste sentido, a hipótese possui uma "função delimitadora" (2).

Assim, por exemplo, estudar a "Conquista da América" constitui uma temática muito ampla, ou mesmo vaga. Para saltar da condição insatisfatória do investigador que tem diante de si um panorama de inúmeras possibilidades... e entrar na condição de uma investigação concreta a se realizar, será preciso delimitar dentro deste campo temático um sistema de problema e hipótese. Vejamos alguns desdobramentos desta exemplificação.

Na História da Conquista da América, um dos problemas mais fascinantes que têm sido enfrentados pelos historiadores é o de tentar entender como impérios tão bem organizados como o dos astecas e o dos incas, habitados por milhões de nativos, foram derrotados por apenas algumas centenas de soldados espanhóis em tão curto espaço de tempo e com tão aparente facilidade.

As hipóteses que têm sido propostas como respostas possíveis a este problema são muitas, "indo desde a inferioridade do armamento indígena (Las Casas), até as divisões políticas no interior desses impérios (Bernal Díaz, Cieza de León); desde os erros de estratégia militar apontados para explicar a derrota de Atahualpa em Cajamarca (Oviedo), até as sofisticadas explicações dos estudiosos modernos que consideram a derrota dos índios como consequência de sua incapacidade de decodificar os signos dos conquistadores (Todorov)"[80].

Ora, a mera delimitação do problema acima proposto já impõe um primeiro recorte ao tema mais amplo da Conquista da América. Em seguida, a escolha de uma ou de algumas hipóteses combinadas como soluções provisórias ou como caminhos para a pesquisa delimitarão ainda mais o recorte temático.

Desta maneira, quando Todorov formulou a hipótese da rápida e dramática derrota dos nativos mexicanos como consequência de sua "incapacidade de decodificar os signos dos conquistadores" e de assimilar a alteridade radical com a qual se confrontaram diante da chegada dos espanhóis, estava abrindo uma espécie de trilha em uma floresta de possibilidades. Esta trilha, na verdade, conduziria o estudioso búlgaro a investigar aspectos relacionados ao imaginário, ao confronto entre as visões de mundo de conquistadores e conquistados, aos sistemas de signos em confronto. Da mesma forma, este recorte transversal no tema apontaria para a possibilidade do uso de metodologias que dialogam com a linguística, com a semiótica, ou mesmo com a psicanálise.

80. Héctor BRUIT. "O Trauma de uma Conquista Anunciada" em GEBRAN, P. e LEMOS, M.T. (org.). *América Latina: Cultura, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.

Também a escolha das fontes, que deveriam incluir textos a partir dos quais fosse possível acessar também o discurso dos nativos mexicanos, surgiu de maneira mais ou menos consequente – conduzindo Todorov a examinar com especial atenção fontes como aquelas que foram produzidas pelos nativos astecas no período imediatamente subsequente à Conquista. Por outro lado, era preciso confrontar estas fontes – representativas do ponto de vista asteca, embora em alguns casos com mediações – com fontes representativas do ponto de vista dos conquistadores espanhóis, como é o caso das famosas "Cartas de Fernando Cortês ao rei de Castela". Esta combinação de fontes permitiria compreender mais de perto o "choque cultural" entre as duas civilizações, e as reações das várias partes envolvidas diante deste confronto.

Articulando convenientemente todos os aspectos acima considerados, a iluminação do tema problematizado da Conquista da América a partir de uma hipótese bem colocada e inovadora conduziu Todorov a produzir um dos mais interessantes livros sobre o assunto escritos neste último século[81].

A título de exemplificação, poderia ser elaborado para a Hipótese proposta por Todorov um quadro como o que foi proposto mais atrás (ver adiante o Quadro representando a articulação da Hipótese de Todorov com outras dimensões da Pesquisa).

Vimos, enfim, um bom exemplo das funções "norteadora" e "delimitadora" de uma hipótese de pesquisa. Estas funções articulam-se, naturalmente, com a função básica da Hipótese que é a de "propor uma possível solução para o Problema investigado", e que poderíamos denominar "função interpretativa" (3). A este respeito, é preciso lembrar que um problema científico, sobretudo na área das ciências humanas, nem sempre apresenta uma única solução. Isto pode ocorrer com um problema matemático, mas não com estudos sociais que envolvem complexas questões de interpretação e de leituras que são produzidas na interação entre sujeito e objeto de conhecimento.

81. Tzvetan TODOROV. *A conquista da América – A questão do outro*. São Paulo: Martins

Hipótese	Fontes	Metodologia	Articulação Teórica	Articulação com o Tema da "Conquista da América"
A rápida e devastadora sujeição de milhões de astecas por apenas algumas centenas de conquistadores espanhóis explica-se, sobretudo, pela incapacidade dos astecas em assimilarem o "choque cultural" produzido no confronto entre as duas civilizações e pela sua incapacidade em decifrar os códigos dos conquistadores.	• "Os informantes de Sahagún" • Cartas de Fernando Cortês	• Análise semiótica • Abordagem comparativa	Conceitos de • "choque cultural" • "alteridade"	Razões principais para a ocorrência da "conquista" no que se refere à *rapidez* com que aconteceu e à *desproporcionalidade numérica*.

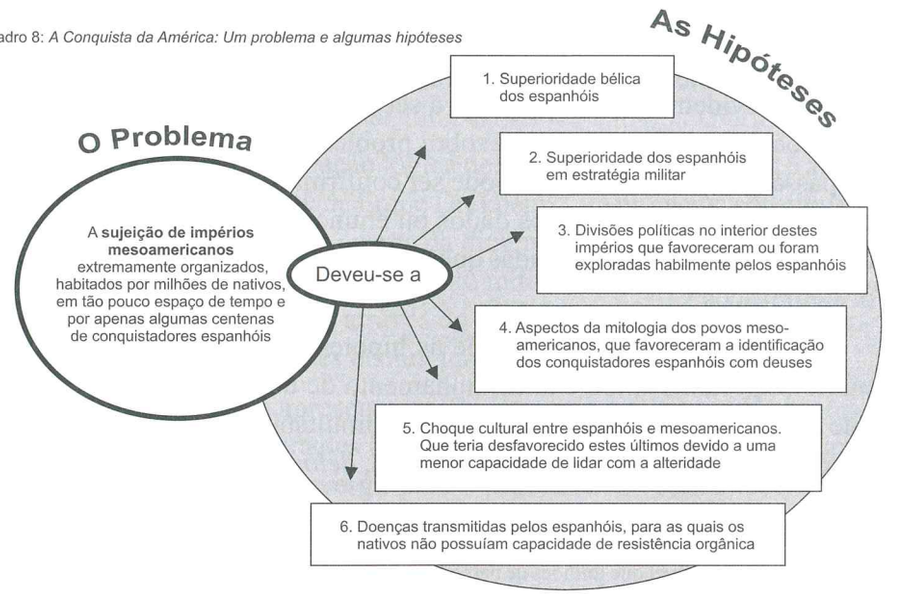
(Quadro representando a *articulação da Hipótese* de Todorov com outras dimensões da pesquisa)

Retomaremos como exemplificação o problema da Conquista da América. O Quadro 8 procura esquematizar o problema proposto – o da sujeição de milhões de nativos mesoamericanos organizados em impérios desenvolvidos como o dos astecas, em tão pouco espaço de tempo e para apenas algumas centenas de conquistadores espanhóis. Pergunta-se pelo fator ou pela combinação de fatores que teriam favorecido

este acontecimento, tão significativo para o destino subsequente do continente americano.

O círculo à esquerda enquadra o problema proposto, que é também a primeira parte de uma hipótese a ser redigida. À direita são apresentadas algumas respostas possíveis para o problema, que constituem a segunda parte da redação proposta para a Hipótese a ser formulada. Assim, uma das várias hipóteses indicadas no esquema (a hipótese de Todorov a que já nos referimos) poderia ser redigida da seguinte forma:

> a sujeição de milhões de nativos mesoamericanos, organizados em impérios centralizados e desenvolvidos como o dos astecas, em curto espaço de tempo e para apenas algumas centenas de soldados espanhóis, ...deveu-se fundamentalmente à dificuldade dos astecas em lidar com a alteridade e com o choque cultural produzido pelo seu contato com os conquistadores.

Basta substituir o segundo termo (depois das reticências...) por qualquer das alternativas propostas, ou por uma combinação de duas ou três das alternativas propostas, e teremos outras possibilidades para o mesmo problema.

Quadro 8: *A Conquista da América: Um problema e algumas hipóteses*